

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**MARCOS VINICIUS BERTACHI**

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS GERAIS:**

**A LUTA PELA TERRA EM CAMPO DO MEIO-MG**

**ALFENAS/MG**

**2023**

**MARCOS VINICIUS BERTACHI**

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS GERAIS:**

**A LUTA PELA TERRA EM CAMPO DO MEIO-MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Dinâmica dos espaços rurais e urbanos

Orientador: Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

**ALFENAS/MG**

**2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Bertachi, Marcos Vinicius.

A Questão Agrária no Sul de Minas Gerais : A luta pela terra em Campo do Meio-MG / Marcos Vinicius Bertachi. - Alfenas, MG, 2023.

176 f. : il. -

Orientador(a): Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Questão Agrária. 2. Campesinato. 3. Recampesinização . 4. Reforma Agrária. I. Coca, Estevan Leopoldo de Freitas, orient. II. Título.

**MARCOS VINICIUS BERTACHI****A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS GERAIS: A LUTA PELA TERRA EM CAMPO DO MEIO-MG**

O(A) Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental.

Aprovada em: 26 de junho de 2023.

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Yamila Goldfarb  
Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Prof. Dr. João Cléps Júnior  
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



Documento assinado eletronicamente por **Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2023, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CLEPS JUNIOR, Usuário Externo**, em 27/06/2023, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yamila Goldfarb, Usuário Externo**, em 28/06/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1013554** e o código CRC **C3D2EB1F**.

**Dedicado ao meu pai Luiz Carlos Bertachi  
(em memória) e suas raízes camponesas**

## AGRADECIMENTOS

Devo começar essas breves palavras agradecendo minha família, querida mãe Dulcinéia e sua força imensa, meus irmãos Luiz (Gigio) e André, referências em minha formação. Ao meu pai Luiz, que hoje não se encontra entre nós, seu amor pelos livros e pelo conhecimento, ao lado de minha mãe, conseguiu formar três filhos professores.

Minha companheira Anna Castro, foi meu porto seguro em todos os momentos de dificuldades, me ajudou com transcrição das entrevistas, sempre incentivou a seguir em frente. A você sou grato, espero poder retribuir com todo afeto e amor.

Agradeço aos meus colegas e amigos, professores e professoras da Escola Estadual Padre Chico em Campo do Meio-MG, que se dedicam ao nobre ofício de ensinar e aprender. Em especial a diretora Joana D`arc, uma incentivadora de meus estudos, possibilitando que em alguns períodos me ausentasse para concluir minha formação.

Da mesma forma, sou grato aos amigos do Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, na condução de nossas tarefas na secretaria operativa, compreenderam quando necessitei me dedicar para finalizar esse ciclo, obrigado Gil, Tatiana, João e Uschi. Obrigado professor Sérgio Pedini pela condução dos trabalhos e pelo exemplo. Durante um período pude receber uma bolsa de estudos através do projeto do Polo, com esse recurso foi possível adquirir livros essenciais para o mestrado.

A todos os membros do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), ao professor Adriano Santos pela amizade. Ao Leonardo Lencioni companheiro de orientação, estudos e militância.

As professoras Lêda Gonçalves e Nathália Caldeira Brant do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) pelos anos de construção agroecológica no Sul de Minas.

Agradeço a todos meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em nome da professora e coordenadora Sandra de Castro Azevedo, vocês foram essenciais na minha formação. Devo ressaltar que o programa me possibilitou um prazo “a mais” que foi determinante para conclusão da pesquisa. Obrigado PPGEO, viva a Universidade Pública!

Aos meus companheiros e companheiras da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sul de Minas, que lutam nas mesmas trincheiras para tornar esse mundo mais justo. Obrigado Taira, Débora, Jailson, Kathia, Dona Ricarda, João Biloba, Hellen, Tiãozinho, Roberto e Ester, Fábio e Rosa, Iara e Daniel, seguimos na esperança.

Ao professor João Cleps Junior e a professora Yamila Goldfarb, pelas orientações na qualificação e pela disponibilidade com nossa defesa, foram compreensíveis com nossos limites e nos ajudaram a concluir essa etapa.

Devo agradecer de forma especial meu orientador Estevan Leopoldo de Freitas Coca, lembro-me de seu incentivo alguns anos atrás para que eu retornasse aos estudos, contribuiu da definição do tema até o ingresso no PPGEO. Acreditou que eu poderia, foi humano e paciente, tornou-se nossa referência como professor e pesquisador. A você professor Estevan Coca, serei sempre grato e espero contribuir com os seus ensinamentos para a transformação desse mundo caduco. Meu muito obrigado!

A todos camponeses e camponesas sem terra do Quilombo Campo Grande, Venceremos!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*O camponês não é relíquia, mas projeto. (BARTRA, 2011, p. 80).*

## RESUMO

O debate sobre a questão agrária durante décadas foi pautado entorno da dissolução ou permanência dos camponeses e camponesas em todo o mundo. No entanto, pesquisas e estudos têm demonstrado novos fluxos migratórios em direção ao campo ou a conversão de produtores em direção ao um “modo camponês” de agricultura, de trabalhar a terra e suas relações com a natureza, esse fenômeno foi denominado de recampesinização. A presente pesquisa busca compreender a formação do campesinato em uma área de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), denominado Quilombo Campo Grande, no município de Campo do Meio-MG. O estudo foi realizado através de uma análise histórica e geográfica da formação da região do sul de Minas Gerais e sua agricultura, o estabelecimento do MST e a formação do campesinato através de processos e dinâmicas de recampesinização. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, dados secundários, entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo com camponeses e camponesas sem-terra. O trabalho evidenciou que a formação do campesinato ocorreu através da incorporação de antigos trabalhadores da falida Usina Ariadnópolis, assalariados rurais e migrantes relacionados a colheita do café e famílias de oriunda de grandes cidades, mas que possuíam raízes no campo. Através da junção desses três grupos configurou-se de um processo de recampesinização no Acampamento Quilombo Grande – MST.

**Palavras-chaves:** Questão Agrária; Campesinato; Recampesinização; Reforma Agrária.

## ABSTRACT

Along decades the discussion about the land issues was around the dissolution or permanency of the peasants around the world. Therefore, researchs and papers has shown new migratory flow towards the countryside and the conversion of food producers in direction of a "peasant" agriculture mode, a way to work the land and its relationship with nature, phenomena calle repeasantment. This paperwork seeks to understand the formation of the peasantment in a settlement of the Landless Worker's Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), called by the name Quilombo Campo Grande, in the city of Campo do Meio - MG. The research was conceived through a Historical and Geographical analizys of the peasantment formation through the repeasantment process. The current methodology was bibliographical research, secondary data, semistructured quality interviews with land workers and a landless workers. According to the research, three groups have been made part of the repeasantment process occurred in the settlement Acampamento Quilombo Grande (MST): former land workers from the bankrupted Ariadnópolis sugar plant, coffee culture migratory workers, and city families with agriculture tradition.

**Keywords:** Land Issue; Peasantment; Repeasantment; Land Reform.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção agrícola no município de Campo do Meio – MG (1955) .....	47
Figura 2 – Usina de Açúcar e Álcool - Ariadnópolis .....	49
Figura 3 – Recorte de notícia sobre a visita de Comissão Especial da ALMG .....	62

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-“Coronel” Manoel Alves de Azevedo.....	44
Fotografia 2 - Família Azevedo .....	46
Fotografia 3 - Casarão - Sede da Usina Ariadnópolis.....	57
Fotografia 4 – Reunião dos acampados no “Barracão Coletivo do Rosa” .....	132
Fotografia 5 – Foto panorâmica do Acampamento Fome Zero .....	144

## **LISTA DE GRÁFICO E QUADROS**

Gráfico 1 - Unidade Federativa de origem dos acampados.....	133
Quadro 1 - Faixa de concentração de terras em hectares (Alfenas-MG - 1855-1856).....	35
Quadro 2 - Expressões territoriais - descampesinização e recampesinização .....	123
Quadro 3 - Área e número de famílias de cada acampamento .....	131

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de todo o Campo Grande.....	39
Mapa 2 – Localização do município de Campo do Meio-MG e das áreas de acampamento do MST.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NETASA	Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PT	Partido dos Trabalhadores
RPT	Registros Paroquiais de Terra
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	METODOLOGIA .....	21
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO SUL DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>26</b>
2.1	A FORMAÇÃO DO SUL DE MINAS GERAIS.....	27
2.2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ABASTECIMENTO INTERNO.....	29
2.3	A REBELDIA NEGRA NO TERRITÓRIO SUL MINEIRO.....	37
2.4	CAMPO DO MEIO-MG: USINA ARIADNÓPOLIS, APOGEU E DECADÊNCIA.....	41
2.5	A LUTA PELA TERRA EM CAMPO DO MEIO-MG .....	58
<b>3</b>	<b>INTERPRETAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO.....</b>	<b>69</b>
3.1	OS CAMPONESES(AS) NO CAPITALISMO.....	70
3.2	FORMAS DE EXPLORAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO.....	92
3.3	O CAMPESINATO E O NEOLIBERALISMO.....	103
3.4	O CAMPESINATO E O DEBATE PARADIGMÁTICO.....	110
<b>4</b>	<b>A RECAMPESINIZAÇÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE.....</b>	<b>114</b>
4.1	A RECAMPESINIZAÇÃO .....	115
4.2	A RECAMPESINIZAÇÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE.....	128
4.3	ORIGENS E MUDANÇAS.....	134

4.4	TRABALHO E PRODUÇÃO .....	148
4.5	A LUTA PELA TERRA E O MST.....	156
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>170</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundado no ano de 1984 em Cascavel-PR, tornou-se uma das experiências mais significativas de organização de trabalhadores(as) camponeses no Brasil. Nesse período, a atuação do MST se expandiu por quase todo território nacional, estabelecendo-se como um movimento de referência na América Latina, reconhecido mundialmente por sua luta por Reforma Agrária e Justiça Social. Além da busca pela terra, propriamente dita, o MST realizou avanços em diferentes setores, como: a educação do campo, saúde coletiva, cooperativismo, questões de gênero, juventude, cultura, mas principalmente na produção de alimentos saudáveis através dos princípios da Agroecologia.

A trajetória desse movimento socioterritorial está documentada em diversos artigos acadêmicos e livros, como o documento “Brava Gente” de João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes (STEDILE; FERNANDES, 2012). Nessa direção, podemos citar o livro de Mitsue Morissawa “A História de Luta pela Terra e o MST” (MORISSAWA, 2001), entre outros estudos, que traçam a história do MST a nível nacional. Em Minas Gerais, data de 1988 a primeira ocupação de terras realizada pelo MST, na antiga Fazenda Aruega, município de Novo Cruzeiro no Vale do Jequitinhonha (MOREIRA, 2017), territorializando-se por outras regiões posteriormente, representando grande avanço em um estado marcado pelo conservadorismo e coronelismo.

Nesse sentido, o município de Campo do Meio-MG, situado na região do Sul de Minas, tornou-se um marco a partir da década de 1990 de um dos mais antigos conflitos agrários da região sudeste do Brasil. A falência da antiga Usina Ariadnópolis, fazenda canavieira, trouxe inúmeras dívidas trabalhistas e com a União, deixando na maioria de seu território (3.190 ha) um latifúndio ocioso e improdutivo. Nesse cenário, no ano de 1996 o MST chega na região, convocado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a intenção de auxiliar a luta dos trabalhadores(as) e propor ações concretas. Uma das primeiras medidas, foi a ocupação em 18 de novembro de 1996 da Antiga Fazenda Jatobá, também localizada município de Campo do Meio-MG, a primeira ocupação de terra conduzida pelo MST na região, que foi transformado no assentamento 1º do Sul em 1997 (LUCAS; VALE, 2014).

Após a conquista da terra com a efetivação do assentamento 1° do Sul, localizado próximo a antiga Usina Ariadnópolis, o MST ocupa em 1998 uma parcela do latifúndio canavieiro, em um local denominado “coloninha”, ação reprimida rapidamente por uma reintegração de posse. Uma nova ocupação foi realizada pelos camponeses sem terra, dando origem ao acampamento Girassol, o primeiro dos onze acampamentos que foram estabelecidos em mais de vinte e cinco anos de conflito na área, formando as comunidades que fazem parte do chamado “Quilombo Campo Grande”<sup>1</sup>.

Desta forma, o nosso objeto de estudo está centrado na Questão Agrária no Sul de Minas, na formação e territorialização do campesinato que detém a posse das áreas de acampamento que compõem o Quilombo Campo Grande. A composição das famílias acampadas, nos indicam que houve um processo de *recampesinização* nesse território, conforme autores (as) que se debruçaram sobre o tema em outros contextos (PLOEG, 2006; SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005; FELÍCIO, 2014) e pesquisas em áreas de acampamentos e/ou assentamentos de reforma agrária (GOLDFARB, 2007). Assim, de forma específica buscaremos compreender quais são as dinâmicas da *recampesinização* neste território, o que motivou as famílias migrarem para o campo, dificuldade e benefícios de tornar-se camponês na luta pela terra, se existe uma experiência anterior com agricultura entre essas famílias, quais os desafios para desenvolver a produção nos lotes, atividades realizadas além da agricultura, qual o papel do MST na organização das famílias, quais as diferenças e semelhanças entre os “novos camponeses” e o “camponês tradicional”, entre outras questões.

Embora o MST seja o responsável pela articulação, organização e luta pela terra na região, nosso foco de pesquisa estará voltado para o campesinato presente nas áreas dos acampamentos do Quilombo Campo Grande, traçando elementos de sua formação e estruturas internas. Para tanto, dividimos nosso trabalho em três capítulos, visando estabelecer uma discussão sobre a Questão Agrária e seus desdobramentos sobre o campesinato, como linha geral de toda a pesquisa. A organização de cada capítulo pode ser entendido de maneira separada, mas que ao nosso ver, possuem uma coerência interna, como um esforço de reflexão sobre o tema da terra em sua dimensão histórica-geográfica,

---

<sup>1</sup> O MST na região denomina de “Quilombo Campo Grande” a junção dos 11 acampamentos do território ocupado nas terras da Usina Ariadnópolis.

dos sujeitos que nela vivem e trabalham, como demonstraremos a seguir na descrição dos capítulos presentes no texto.

O primeiro capítulo do trabalho, aborda a formação e ocupação territorial da região denominada Sul de Minas, seus fluxos de povoamento a partir do século XVIII, nomeações usadas para referir-se ao território, primeiros povoados e vilas fundadas. Assim, partimos de uma concepção da Questão Agrária que visa compreender como eram configurados os usos e posses das terras na região, composta por unidades produtivas de caráter camponês e fazendas escravistas de médio e grande porte, com uma agricultura de subsistência, mas também voltada para produção agropecuária, voltada para o abastecimento do mercado interno, principalmente em direção ao Rio de Janeiro. Nesta região, constatamos a presença da resistência negra durante o período de vigência do escravismo, através da existência de diversos núcleos/comunidades quilombolas, que formavam o chamado “Quilombo Campo Grande”, além de episódios de sublevação escrava, como a “Revolta de Carrancas”.

O estabelecimento do município de Campo do Meio-MG e sua relação intrínseca com a antiga Usina Ariadnópolis são descritas nesta primeira parte do texto. A formação do povoado ocorre pela doação de terras oriundas da “Família Azevedo” e outros fazendeiros, a Usina Ariadnópolis era a grande concentradora fundiária e o poder de seus donos comandava a política local, através de práticas coronelistas. Portanto, desenvolvemos um histórico desse empreendimento canavieiro, de seus períodos de prosperidade até o momento de sua falência na década de 1990. Neste período, acontece a chegada do MST no município e na região, realizando as primeiras ocupações de terras e enfrentamento ao latifúndio, ações buscaremos resgatar em sua historicidade. O surgimento do MST em nível nacional e regional são abordados, a territorialização dos acampamentos e assentamentos no município, indicamos algumas lutas travadas pelo campesinato durante as duas décadas de existência do conflito agrário nas terras do Quilombo Campo Grande.

O segundo capítulo de nossa pesquisa concentra-se no debate sobre a Questão Agrária, em sua concepção clássica e novas formulações acerca do tema, analisaremos o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura e seus impactos sobre o campesinato. A ideia central deste capítulo está na compreensão dos processos de exploração e subordinação do camponês pelo capital, em outras palavras, as dinâmicas capitalistas que geram a descampesinização e/ou submissão do campesinato aos ditames

e imperativos do mercado. Deste modo, começamos descrevendo as observações realizadas por Karl Marx da chamada “Acumulação Primitiva”, período de desenvolvimento inicial do capitalismo que afetou sobretudo o campesinato inglês, indicações que colaboram com a tese sobre a “origem agrária do capitalismo”. As análises de autores(as) marxistas sobre a inserção do capital na agricultura em suas respectivas épocas também serão discutidas, acrescentando as contribuições e reavaliações de pensadores contemporâneos sobre a leitura da Questão Agrária realizadas por esses marxistas.

Neste aspecto, utilizaremos o conceito de “regime alimentar” conforme proposto por Philip McMichael (2016) e outros(as), para compreender como as mudanças dentro do sistema de acumulação do capital, estão relacionadas com a própria agricultura e a produção de alimentos. As formas de exploração e subordinação do campesinato, são apresentadas através da extração da denominada *renda da terra* e mecanismos de desvalorização da produção camponesa, para entendermos como ocorre a reprodução do camponês de forma dependente. O período de vigência do neoliberalismo e do grande poder das corporações multinacionais na agricultura são descritos, caracterizados no conceito de “regime alimentar corporativo” (MCMICHAEL, 2016), que na atualidade retoma o avanço sobre territórios camponeses e indígenas, controla as cadeias produtivas agrícolas, de comercialização e distribuição de alimentos, mas também geram novas formas de lutas e resistências. Por último, discutiremos as correntes teóricas que interpretam a agricultura no que autores(as) classificam como o “debate paradigmático”, indicando as concepções do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), suas diferenças e principais expoentes de cada vertente.

No terceiro capítulo e parte final de nossos estudos, buscaremos desenvolver o conceito de *recampesinização*, suas formulações e significados, realizando um levantamento sobre esse tema através de estudos e pesquisas de diferentes regiões do mundo, para apresentar as dinâmicas de recampesinização no acampamento Quilombo Campo Grande, objeto de nossa pesquisa. Todavia, se no capítulo anterior descrevemos as formas de descampesinização e subordinação promovidas pelo capitalismo sobre o campesinato, neste realizaremos o movimento inverso, procuraremos demonstrar as diversas formas de resistência e busca por autonomia, características dos processos de recampesinização na contemporaneidade. Assim, a recampesinização pode ser compreendida como uma volta ao campo por pessoas e/ou grupos advindos de outras

situações, mas também como um retorno ao “modo camponês” de se fazer a agricultura (PLOEG, 2008). Entre as formas que a recampesinização pode ocorrer, indicamos a ação dos movimentos socioterritoriais, através do fortalecimento da agroecologia entre os agricultores, na construção de novas relações de gênero entre campesinos, na busca pela manutenção dos jovens no campo, na garantia de escolas e uma educação do campo, entre outros aspectos.

As experiências de recampesinização das famílias moradoras do acampamento Quilombo Campo Grande, serão analisadas nesta última parte do trabalho. Uma breve descrição dos acampamentos é apresentada, para entendermos o perfil das famílias que atualmente compõem as lutas por reforma agrária, indicaremos dados gerais do acampamento, local de origem dos acampados e outras questões. Nesse sentido, compreenderemos quais são as dinâmicas da *recampesinização*, através da análise da trajetória de vida das famílias presentes no acampamento Quilombo Campo Grande. Em nossa concepção, a formação do campesinato nesse território ocorreu através de três situações principais: a) famílias de ex-trabalhadores da Usina Ariadnópolis e seus descendentes; b) famílias de assalariados rurais da região sul de Minas e famílias migrantes relacionadas colheita e produção de café; c) famílias vindas das cidades e grandes centros urbanos, especialmente da região metropolitana de Campinas-SP. Todavia, existem famílias oriundas de outros municípios e estados, mas acreditamos ser os três grupos indicados os predominantes. As análises dessas experiências de recampesinização foram divididas em três eixos principais, as origens e mudanças, trabalho e produção, a luta pela terra e o MST.

## 1.1 METODOLOGIA

A escolha do tema de pesquisa, deve-se a nossa atuação como educador popular em áreas de reforma agrária há mais de uma década, especificamente no território dos acampamentos do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG. Nesse período, pudemos observar a presença significativa de famílias oriundas de grandes cidades que retornaram para o campo, que possuíam outros empregos e profissões e haviam se convertido em agricultores(as). Nas descrições clássicas, o tema do êxodo rural fazia-se presente, ressaltando as transformações de camponeses em operários urbanos, nossa

intenção era compreender o caminho contrário, como pessoas de vivência nas cidades retornavam para a zona rural, por quais motivos e como era esse processo de adaptação, entre outros questionamentos. Assim, em conversa com nosso orientador foi nos apresentado o conceito de *recampesinização*, textos e pesquisas de autores(as) que abordam a temática, principalmente na atualidade. Com esse conceito, pudemos ampliar nossa visão sobre o assunto e propor um projeto de pesquisa que correspondesse a realidade das áreas de acampamento do MST no Sul de Minas. Portanto, devemos ressaltar que grande parte de nossas observações são decorrentes da experiência de trabalho e vivência entre o campesinato do Quilombo Campo Grande, aprofundados com as elaborações teóricas sobre a Questão Agrária. A inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) gerou um ganho qualitativo para nossa formação acadêmica e profissional. Todavia, justamente por nossa relação com o MST, optamos por estudar o processo de gênese e desenvolvimento do campesinato nos acampamentos, sobre o movimento Sem Terra no Sul de Minas existem uma gama de trabalhos e pesquisas realizadas, que serão abordadas como parte da revisão bibliográfica.

Neste aspecto, as nossas formulações partem do esforço de reflexão conjunta realizadas por membros do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) da UNIFAL-MG, sobre o tema da *Pesquisa Militante em Geografia Agrária Crítica*, como pudemos abordar em um outro texto (COCA; XAVIER; BERTACHI, 2021). A pesquisa militante ocorre quando o conhecimento produzido no ambiente acadêmico colabora com processos de mudanças sociais, construindo um saber em conjunto com os movimentos socioterritoriais, no caso da geografia agrária, movimentos com atuação social nos campos e florestas. As suas bases teóricas e metodológicas podem ser descritas da seguinte forma:

Essas bases teóricas e metodológicas consistem no seguinte: rigor na utilização do método, da metodologia e da teoria; convergência entre os saberes acadêmico e popular e objetivos explícitos de integrar a pesquisa acadêmica aos processos de mudança social contra hegemônicos. Com isso, estamos afirmando que a Geografia Agrária só pode se articular com a pesquisa militante quando ela assume uma perspectiva crítica. (COCA; XAVIER; BERTACHI, 2021, p. 2).

No âmbito dos trabalhos acadêmicos e ações de extensão do NETASA, onde podemos incluir a questão da pesquisa militante, destacamos duas pesquisas que foram realizadas nos acampamentos do Quilombo Campo Grande, das quais utilizamos como base de dados e informações para o nosso trabalho. A primeira pesquisa foi realizada no ano de 2018, fruto de uma parceria do MST e instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), com o objetivo de efetivar um perfil das famílias acampadas através da aplicação de um questionário, chamado internamente de “Censo Sem Terra”. Esse estudo mapeou dados como a religião dos moradores, tamanho dos lotes, número de famílias por acampamento, produção agrícola e pecuária, entre outras informações, que compuseram um dossiê sobre o acampamento Quilombo Campo Grande. A segunda pesquisa foi desenvolvida no ano de 2021, com a atualização dos dados referentes ao estudo anterior, mas com novas perguntas direcionadas aos moradores dos acampamentos, como por exemplo, origem das pessoas, implementos agrícolas disponíveis por família, número de árvores plantadas, média de renda familiar, etc. Na ocasião, participamos da equipe de trabalho, realizando visitas e aplicando o questionário entre os acampados, além de conhecer melhor a realidade das famílias camponesas. Os dois estudos realizados foram de suma importância para o MST, para compreensão de sua base social, mas também à Universidade, ao gerar um banco de dados para futuras pesquisas e construir o conhecimento direcionado às demandas sociais.

Nosso trabalho realizou um amplo levantamento bibliográfico sobre as temáticas da Questão Agrária e o campesinato, buscando artigos e livros que apresentassem o debate clássico sobre o assunto e trabalhos atuais, que podemos indicar como alinhados aos chamados “estudos agrários críticos”, com novas leituras e temas para o debate agrário. Da mesma forma, para compreensão da formação histórica e geográfica da região Sul de Minas consultamos estudos de referência, com ênfase em obras e/ou artigos que abordassem a agricultura e unidades produtivas existentes regionalmente, durante o processo de ocupação e usos da terra. Sobre o tema da recampesinização, as referências bibliográficas de dissertações e artigos produzidos no Brasil foram agrupados, utilizamos também livros que tiveram sua tradução para o português, na América Latina a temática tem obtido grande interesse, de modo que realizamos a tradução desses textos para utilizarmos em nossa pesquisa, tornando possível um balanço sobre o assunto e estudos de casos em nível continental.

Os trabalhos de pesquisas sobre o MST e o Quilombo Campo Grande foram reunidos, durante as duas décadas de existência dos acampamentos e assentamentos realizaram-se muitos estudos neste território, nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente na geografia agrária. Contudo, optamos por cruzar informações e dados desses trabalhos, para corrigir possíveis inconsistências. Em alguns momentos de nossa pesquisa, encontramos lacunas que não haviam referências bibliográficas ou poucas coisas descritas sobre determinados assuntos, por exemplo, a história do município de Campo do Meio-MG ou da Usina Ariadnópolis, nos levando à procura de novas fontes. Assim, buscamos informações em notícias de jornais e periódicos, imagens fotográficas, publicações antigas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vídeos e documentários, entre outras fontes disponíveis.

No período de vivência entre os camponeses(as), alguns anos como relatamos acima, do desenvolvimento da pesquisa posteriormente, pudemos participar em inúmeras ocasiões de reuniões do MST, momentos de confraternização e festas da comunidade, feiras e eventos, ações de lutas e resistência, levando em consideração que atravessamos períodos de restrições e distanciamento social relativos a pandemia do Covid-19. Esses momentos em que o pesquisador se relaciona com a comunidade, podem ser descritos no conceito de *observação participante*, como relata o professor Carlos Rodrigues Brandão:

Outra coisa é isso que eu chamo a observação participante, que é esse conviver mais livre, mais pessoal, com a situação que implica um envolvimento pessoal e implica um participar de momentos, de uma discussão com as pessoas que conversam no sindicato; ou participar de uma dança; ou participar de um ritual religioso; ou participar de um trabalho. (BRANDÃO, 2007, p. 20).

Desta forma, após o aumento da cobertura vacinal e o retorno de atividades presenciais, realizamos os trabalhos de campo, que acreditamos ser de suma importância para o conhecimento geográfico, concordamos com a pesquisadora Gisela Aquino Pires do Rio (2011) ao refletir sobre o trabalho de campo na atualidade das pesquisas em geografia, quando a autora afirma que:

O trabalho de campo permanece como método que fundamenta o conhecimento empírico nas ciências sociais. O campo como método legítimo da Geografia parece, a partir da análise precedente, prescindir de qualquer discussão mais aprofundada dessa singularidade geográfica, ignorando por completo essa tradição em outras ciências sociais. (RIO, 2011, p.55).

Em nosso trabalho de campo, foram realizadas visitas nas unidades produtivas camponesas dos acampamentos que compõem o Quilombo Campo Grande, observações e anotações, período que realizamos entrevistas com as famílias. A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu pelo conhecimento prévio da origem de moradia das famílias, anterior a chegada ao acampamento. Deste modo, foram entrevistados sete camponeses(as), representando cinco famílias, duas entrevista com a participação do casal de agricultores. A divisão foi estabelecida da seguinte forma, uma família de ex-trabalhadores(as) da antiga Usina Ariadnópolis, uma família de migrantes que vieram para região Sul de Minas para trabalhar na colheita do café, três famílias oriundas da região metropolitana de Campinas-SP. No trabalho de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo, nossa intenção era compreender como famílias de lugares distintos, vivenciavam os processos e dinâmicas de recampesinização. Portanto, as perguntas visavam entender as origens dessas famílias, motivos para mudança e inserção na luta pela terra, formas de trabalho e produção nos lotes, dificuldades de adaptação, benefícios da vida no campo, a importância da reforma agrária e do MST, entre outras questões.

## 2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO SUL DE MINAS

O início de nossos estudos neste primeiro capítulo busca estabelecer um resgate histórico e geográfico da ocupação e usos da terra na região hoje denominada de Sul de Minas. Para tanto, demonstraremos como ocorreu a formação deste território, seu povoamento e o desenvolvimento de atividades agrícolas e agropecuárias, que colocaram a região como uma grande produtora de alimentos e mercadorias agrícolas para o abastecimento interno do Brasil Colônia e Império.

Um outro aspecto que abordaremos, foram as lutas travadas nesta região durante sua formação, da qual destacaremos duas: A luta dos quilombolas pela sobrevivência na terra, pelas diversas vilas e núcleos do chamado “Quilombo Campo Grande” e a rebelião escrava contra uma família de influentes latifundiários sul mineiros, denominada por estudiosos(as) de “Revolta de Carrancas”.

O objeto de nossas reflexões está centrado na formação do campesinato no município de Campo Do Meio-MG, especificamente as famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupam há 25 anos as terras da falida Usina Ariadnópolis. Todavia, faz-se necessário estabelecer como ocorreu a criação da antiga usina canavieira, história que se entrelaça com o estabelecimento do próprio município, seu apogeu e decadência, resultando na falência total da usina na década de 1990 e a ocupação da terra por ex-trabalhadores(as) e novas famílias Sem Terra.

Deste modo, embora nossa pesquisa não tenha como prioridade de análise propriamente o MST, o movimento é o articulador e organizador das famílias acampadas e assentadas no sul de minas. Assim, indicamos de forma breve o surgimento do MST no Brasil, o estabelecimento do movimento em Minas Gerais e sua territorialização no Sul de Minas, através de 3 assentamentos de Reforma Agrária e 11 acampamentos, que conformam o grande acampamento “Quilombo Campo Grande”<sup>2</sup> um dos mais antigos conflitos fundiários da região sudeste e do Brasil. Nesse aspecto, vamos compreender a formação do campesinato e a recampesinização nos acampamentos do Quilombo Campo Grande, grande parte oriundos de antigos trabalhadores(as) da Usina Ariadnópolis, uma

---

<sup>2</sup> A regional do MST no sul de Minas Gerais também é denominada “Quilombo Campo Grande”.

significativa parcela vinda de centros urbanos do Estado de São Paulo, assalariados rurais de cidades vizinhas e região.

Para esta análise, recorreremos as formulações desenvolvidas nos últimos anos pelo coletivo de pensamento<sup>3</sup> DATALUTA (Banco de Dados da Luta Pela Terra) acerca dos movimentos sociais, elaborando as categorias de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais como uma contribuição da geografia para o estudo deste objeto, como a concepção de Território utilizada por esse coletivo.

## 2.1 A FORMAÇÃO DO SUL DE MINAS GERAIS

A região denominada “Sul de Minas” compreendia no século XVIII um vasto território<sup>4</sup>, que possuía como limites naturais a Serra da Mantiqueira, divisando com a capitania de São Paulo e com a capitania do Rio Janeiro. Com a descoberta de metais preciosos e buscando maior controle sobre a extração mineral, no ano de 1720 houve a separação pelas autoridades coloniais das capitanias de Minas Gerais e São Paulo, tornando a região uma grande área de litígio entre as três capitanias, mas principalmente entre mineiros e paulistas, estes últimos haviam adentrado pela região em direção à área das minas e a procura de novas jazidas, formando núcleos iniciais de povoamento. Com a separação entre as capitanias, a porção sul do território mineiro ficou sob jurisdição política e administrativa da vila de São João Del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, local de destacada importância durante os séculos XVIII e XIX no Brasil Colônia e Império, palco da “Guerra dos Emboabas” e berço de alguns inconfidentes. O território e os povoados na região da Serra da Mantiqueira eram chamados de “Minas do Rio Verde” conforme destaca em uma passagem o historiador Marcos Ferreira de Andrade:

Nas primeiras décadas do século XVIII, a região mais ao sul da capitania de Minas Gerais era conhecida genericamente como as “Minas do Rio Verde”. Desde o início do setecentos, a área foi ocupada pelos paulistas, que devassaram o território mineiro na busca desenfreada pelo metal precioso. (ANDRADE, 2008, p. 28).

---

<sup>3</sup> Sobre grupos de pesquisas e coletivos de pensamento “Os grupos de pesquisas são territórios materiais ou coletivos de pensamento que produzem territórios imateriais ou estilos de pensamento, apresentando para a comunidade científica seus modelos interpretativos ou paradigmas oriundos de diferentes correntes filosóficas” (CAMPOS; FERNANDES, 2019, p. 172).

<sup>4</sup> Trata-se de um período de ocupação, formação de povoados, disputas de fronteiras, em mudança constante. Indicaremos ao decorrer do texto, quando possível, as mudanças jurídicas e administrativas.

Deste modo, podemos indicar outras denominações encontradas para o território ao sul da capitania mineira, como “Região dos Campos”, seguindo do sul para o sudoeste mineiro encontramos o que a documentação à época referia-se como “Campo Grande”, uma enorme faixa que se estenderia até o atual Triângulo Mineiro. Ainda, de acordo com a pesquisadora Laura de Mello e Souza “Na segunda metade do século XVIII, essa região era conhecida pelos nomes genéricos de Campo Grande, Sertão do Bambuí, Picadas de Goiás” (SOUZA, 2012, p. 223).

A ocupação do Sul de Minas ocorre como destacado inicialmente, pela entrada e bandeiras paulistas a procura de ouro, através da presença de quilombos e indígenas na região, posteriormente pela aquisição de terras por fazendeiros e comerciantes de outras partes da província mineira, mas também pela ação dos tropeiros de carga e mantimentos que cruzaram os caminhos em infinitas viagens pelas estradas de Minas Gerais, conforme relata Marcos F. de Andrade:

Também no sul de Minas, o tropeirismo foi responsável pela articulação entre o mundo rural e o urbano, pelo desenvolvimento e o surgimento de várias unidades agropastoris e povoações. Algumas cidades ainda conservam sua toponímia relacionada a esse tipo de atividade, como é o caso de Pouso Alto e Pouso Alegre. (ANDRADE, 2008, p. 159).

Uma outra vertente da ocupação do território sul e sudoeste mineiro, com diversos indícios deste fato, está relacionada a concessão de grandes extensões de terras (sesmarias) pelas autoridades coloniais à homens que participaram das expedições de identificação e destruição contra os quilombos do Campo Grande. Como por exemplo, a concessão de terras para Bartolomeu Bueno do Prado, entre outros, comandante da campanha militar contra os quilombos do Campo Grande em 1759:

Pelo trabalho de “limpeza”, Bartolomeu Bueno do Prado recebeu sesmarias de três léguas por uma, em paragem que conhecera quando das andanças atrás de quilombo no sertão do Campo Grande. Era dessa forma que muitos agricultores futuros tomavam contato com as terras que depois se tornariam suas. (SOUZA, 2012, p. 221).

Por se tratar de uma região de “fronteira aberta” no período, constata-se a migração interna de pequenos camponeses como fator de ocupação territorial, buscando a sobrevivência para além dos centros mineradores, como esclarece o pesquisador da história agrária de Minas Gerais, Angelo Alves Carrara “Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas colonial é o da ampliação constante dessa

fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis.” (CARRARA, 2012, p. 54).

Do ponto de vista político, administrativo e jurídico, a criação da Vila de Campanha desempenhou um fator importante para a conformação da região Sul Mineira. Em 1737 uma expedição militar comandada por Cipriano José da Rocha, a serviço da capitania de Minas Gerais, toma posse da região e funda um arraial<sup>5</sup>, detendo o controle das minas, que foram mantidas na clandestinidade até esta data. Assim, com o crescimento demográfico e econômico, a população local e os “homens bons” do arraial reivindicam a elevação à condição de vila, o que permitiria a arrecadação de recursos, a formação de uma Câmara de Vereadores, a presença de oficiais de justiça, obras públicas, entre outras atribuições. O arraial foi alçado a categoria de vila em 26 de dezembro de 1799, sob protestos da Câmara da Vila de São João Del-Rei que perderia recursos, recebendo o nome de “Campanha da Princesa”, uma homenagem e agrado à futura Rainha de Portugal D. Carlota Joaquina (ANDRADE, 2008).

Com a elevação de Campanha da Princesa à categoria de Vila, em sua responsabilidade e jurisdição ficariam um enorme território correspondente a nove freguesias (Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde, e Jacuí) “Como se pode perceber, a extensão do termo compreendia praticamente toda a área do que hoje se denomina Sul de Minas” (ANDRADE, 2008, p.29). Assim, o limite geográfico que estabeleceria as fronteiras entre a região do Campo das Vertentes e o Sul de Minas seria o Rio Grande, bacia hidrográfica da região.

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS NO SÉCULO XIX: PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ABASTECIMENTO INTERNO

A abordagem dos estudos agrários, que propõe-se crítica, trabalha com a concepção sobre a chamada “Questão Agrária” através da perspectiva do avanço do capital na agricultura e sua relação com os povos do campo, os diversos problemas engendrados pelo modo destrutivo como o capitalismo se apropria de tudo e de todos,

---

<sup>5</sup> O arraial foi nomeado de início “São Cipriano”, com a construção da capela no arraial passa a se chamar “Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade” (ANDRADE, 2008).

uma análise correta. Contudo, podemos colocar em foco quando analisamos períodos passados, a conceituação apresentada por João Pedro Stedile, estudioso da Questão Agrária, quando indica:

O termo *questão agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2012, p. 639).

Desta forma, quando estudamos a formação da sociedade brasileira, reforçamos a abordagem debatida por João P. Stedile, quando em outro texto afirma que podemos utilizar o conceito de questão agrária “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” (STEDILE, 2005, p. 17-18). Portanto, buscamos utilizar essa conceituação da questão agrária para compreender, numa perspectiva histórica e geográfica, a região do Sul de Minas Gerais.

Os estudos sobre a história agrária brasileira por um longo período privilegiaram o enfoque sobre as áreas produtivas para exportação, calcadas no modelo da *Plantation* de monocultura em larga escala, latifúndio e escravidão. É certo que esse modelo produtivo afetou de modo significativo as formações sociais das colônias americanas, deixando marcas profundas na concentração da terra e na cultura dos povos colonizados. Porém, grande parte desses estudos negligenciavam a esfera de produção interna de abastecimento e subsistência, vista como residual e pouco rentável. Em Minas Gerais, o século XVIII foi considerado a “Idade do Ouro” com a descoberta e exploração desenfreada de metais preciosos, adentrando no século XIX com um esgotamento significativo das lavras auríferas. Esse fato, levou durante décadas muitos estudiosos (as) a sustentarem a tese da “decadência mineira”, com esvaziamento de núcleos populacionais, queda econômica e fluxo de cativos para outras regiões em expansão. O pesquisador Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) descreve que mesmo entre autores (as) que de certa forma partilhavam dessa impressão, o Sul de Minas era visto como uma exceção no quadro geral da economia mineira:

Em outros autores, como Caio Prado Jr., Sérgio B. de Holanda, Mafalda P. Zemella e José F. Carrato, a região do Sul de Minas é considerada como uma exceção no quadro da decadência mineira, onde a agricultura e a pecuária conseguiram se estabelecer num nível mais elevado do que em outras regiões de economia similar. (GRAÇA FILHO, 2002, p. 19).

Nos anos de 1980 começam a surgir trabalhos inovadores<sup>6</sup>, questionando a tese da “decadência mineira”, amparados em grande base documental, estudos quantitativos e qualitativos, realizando pesquisas com enfoques regionais. Conforme o Censo realizado pelo Império em 1872, Minas Gerais possuía o maior plantel escravista do país, era preciso explicar que atividade absorvia tamanha mão-de obra:

Desta Maneira, somos forçados a reconhecer um relativo dinamismo econômico das zonas produtoras de alimentos, que se somaria ao questionamento da auto-suficiência da *plantation* e a reduzida atenção dos historiadores aos mecanismos de formação do mercado interno brasileiro. (GRAÇA FILHO, 2002, p. 20).

Deste modo, novos estudos serão elaborados, com enfoques regionais, buscando compor um quadro da economia mineral e agrária em Minas Gerais no período colonial e Império. Um desses estudos, de Angelo Carrara (2012), realiza um processo de síntese indicando a existência de dois modos de produção, um de caráter escravista (minerador e agrário) e outro de produção camponesa (familiar e/ou parcelar), conforme o autor:

Desse modo, a partir da perspectiva do caráter do processo de produção, as unidades produtivas são aqui classificadas segundo a maneira de produzir de cada uma, i. e., segundo um modo de produção escravista (com seus dois setores — minerador e agrário — responsáveis pela maior parte da circulação mercantil da Capitania de Minas Gerais) e um modo de produção camponês, ou familiar, ou parcelar, e que também tinha, na figura do faiscador, o sucedâneo do 'setor minerador'. (CARRARA, 2012, p. 52).

A região do Sul de Minas e a vila de Campanha da Princesa<sup>7</sup> no decorrer do século XVIII e XIX se estabelecem como uma grande produtora de gêneros agrícolas para o abastecimento interno, não subordinada ao setor mineral, produção destinada para o comércio dentro da Capitania de Minas Gerais, mas principalmente em direção à Capitania do Rio de Janeiro<sup>8</sup>:

Dentro dessa perspectiva, a constituição de uma agricultura no sul de Minas independeu completamente da exaustão dos veios. Surgiu da possibilidade de abastecer um mercado cada vez mais emergente: o Rio de Janeiro, que se beneficiara ao longo do século XVIII de sua condição de porto mais importante para a região mineradora. (CARRARA, 2012, p. 53).

---

<sup>6</sup> Como os trabalhos de Roberto Borges Martins, Robert Slenes, Douglas Libby, entre outros (as) (GRAÇA FILHO, 2002).

<sup>7</sup> Atualmente o município de Campanha-MG.

<sup>8</sup> O comércio com o Rio de Janeiro irá aumentar significativamente com a chegada da Corte Real Portuguesa no Brasil em 1808.

As unidades produtivas sul mineiras reproduzem o padrão concentrador, encontrados em outras regiões da capitania mineira, com utilização de trabalho escravo em larga escala, posse de grandes extensões de terra e recursos naturais “A demanda inicial, inerente e imprescindível ao modo de produção escravista colonial em Minas Gerais compreende-se assim em ambos os setores minerador e agrário: monopólio de terras e das águas.” (CARRARA, 2012, p. 53). A concentração das terras e a produção agrícola possibilitou o enriquecimento de diversas famílias e seus membros, levando à ascensão a cargos políticos e influenciando o Estado Imperial no período, a exemplo da família de latifundiários e comerciantes “Os Junqueiras” (ANDRADE, 2008).

As fazendas e unidades produtivas do Sul de Minas, revelam uma produção diversificada. Entre os principais alimentos cultivados estavam o arroz, feijão, o milho e a mandioca, outras fazendas ou sítios, dedicavam-se a pecuária (gado, cavalos, bestas, porcos e ovelhas), mesmo esses plantavam alimentos para subsistência e criação de animais, possuindo “terras de cultura e campos de criar”. Um fator comum encontrado era o consórcio de atividades envolvidas “Um fazendeiro poderia ser dono de engenho, criar gado, produzir alimentos e ainda dedicar-se ao pequeno comércio de loja ou ao comércio de tropas e, também, à mineração” (ANDRADE, 2008, p.40).

Assim, ao analisar as fontes documentais, o historiador Marcos F. de Andrade nota que a atividade de produção de alimentos e criação de animais, a produção agropecuária, era predominante na região “O traço mais marcante é que todas as unidades produtivas (escravistas ou não) estavam diretamente ligadas ao plantio e à colheita de alimentos e/ou à criação de animais” (ANDRADE, 2008, p. 43). O comércio de animais, gado e porco, representava umas das principais atividades econômicas em direção ao Rio de Janeiro, através das Tropas de Carga que cruzavam a região e outras que partiam do próprio Sul de Minas.

Entre outras atividades produtivas estavam os Engenhos de Açúcar, produção de aguardente e rapadura, que diferentemente das áreas agroexportadoras, estava voltada para o abastecimento interno, comércio regional e entre Capitânicas, uma atividade que demandava uma grande quantidade de escravos e era exercida por proprietários médios e grandes, consorciada com a criação de animais, para tração nos engenhos.

A produção de Tabaco demonstrou-se significativa na região, com seus principais centros produtores (Baependi, Cristina e Itajubá) ligados ao comércio com o Rio de Janeiro, que absorvia boa parte da produção e outra parte era despachada:

Os circuitos terrestres garantiam a chegada do fumo até a praça mercantil carioca, que se tornara o principal centro consumidor e distribuidor do fumo sul-mineiro para outras províncias (Rio Grande Do Sul, Pernambuco, Santa Catarina) e a Bacia do Prata (Montevideu e Buenos Aires), através do comércio de cabotagem. (ANDRADE, 2008, p. 50).

Convém destacar, o cultivo do café que se apresenta na atualidade como uma das principais produções agrícolas no Sul de Minas, dominando as paisagens e as terras, teve um desenvolvimento tímido ao longo do século XIX, ganhando força no final deste período. Conforme apontam Edgar Filleto e Edgard Alencar (2001), a introdução do café na região ocorreu provavelmente por intermédio dos tropeiros, que trouxeram as primeiras mudas da planta ao retornarem das viagens capitania do Rio de Janeiro. As primeiras plantações de café apareceram na região no final do século XVIII, nas localidades de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, cultivados de forma rudimentar e para consumo local. O aumento da demanda internacional pelo café contribui para sua expansão, na década 1830 o Brasil torna-se o maior produtor mundial de café, em 1832 a mercadoria alcança o primeiro lugar nas exportações brasileiras, com as principais regiões produtoras neste período o Sul Fluminense e o Vale do Paraíba (FILLETO; ALENCAR, 2001). O Sul de Minas, terá sua fase de crescimento na produção cafeeira após 1880, com a construção de ferrovias na região.

Por outro lado, ressaltamos que mesmo as regiões produtoras agropecuárias para o abastecimento interno em Minas Gerais, como o caso do Sul de Minas, não se resumiam em médias e grandes unidades escravistas, coexistiam com as pequenas unidades de produção camponesas “Parte significativa da população rural estabeleceu também desde o primeiro momento um padrão de produção rural que se adequa ao conceito de 'economia camponesa” (CARRARA, 2012, p. 52). Essa estrutura também foi identificada na região do Campo das Vertentes, limítrofe com o Sul de Minas, grande produtora de gêneros agropecuários e centro comercial de abastecimento, conforme aponta Afonso de Alencastro Graça Filho “a forma organizacional do município de São João del Rei incluía a presença destacadas de grandes fazendas escravistas, convivendo com outras formas de produção, de tipo familiar ou camponesa” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 24).

Os estudos realizados demonstram a presença da produção camponesa de subsistência, que quando haviam excedentes não eram voltados para mercados distantes, participavam de uma economia local em níveis variados. Contudo, existem dificuldades de encontrar registros e fontes que permitam lastrear a quantidade e a qualidade desta participação mercantil da produção camponesa:

Além disso, havia os inúmeros mundinhos dos mercados a retalho e das trocas miúdas locais — nos sertões mineiros, seus vestígios contemporâneos são os muitos lugares somente denominados "comercinhos" — tão importantes para a constelação de roceiros e pequenos lavradores, e que são também a carne e o sangue de seu modo de produção. Mas, a sua própria limitação não encontra muitas fontes nas quais se deixem revelar. É como se a natureza de seu processo de produção se refletisse na exiguidade das fontes que lhes possam iluminar a História. (CARARRA, 2012, p. 54).

A promulgação da Lei de Terras de 1850, buscou estabelecer uma regulamentação das terras no Brasil, sobre as terras “devolutas” e instituindo a propriedade privada sobre a estrutura fundiária rural, substituindo a antiga forma de concessão de posses de terras por Sesmarias. O pesquisador Isaac Cassemiro Ribeiro (2022) apresenta um estudo em desenvolvimento sobre os efeitos da Lei de Terras no Sul de Minas, logo após sua implementação. De forma geral, comenta os impactos da Lei de Terras sobre a expansão da propriedade privada e da concentração das terras:

Essa foi a primeira legislação sobre a propriedade fundiária no Brasil. Antes dela existiu apenas a Lei de Sesmarias, no Período Colonial, originada na Idade Média Portuguesa, e que concedia a posse da terra, em nome do rei, a um pequeno grupo de privilegiados. Com a independência do Brasil em 1822, o instituto das Sesmarias foi abolido, e até a promulgação da lei de 1850, predominou certa confusão no que dizia respeito ao tema, prevalecendo a posse com o única forma possível de acesso à terra. O principal objetivo dessa lei era criar uma legislação moderna para o país instituindo a propriedade privada da terra e garantindo ao Estado o domínio sobre as ditas “terras devolutas”. A eficácia da lei no concernente ao domínio estatal de terras sem títulos foi questionável, sendo o seu principal resultado a legitimação da propriedade privada e a garantia de expansão da mesma, sobretudo para os grandes fazendeiros. (RIBEIRO, 2022, p. 373).

Nesse sentido, foram realizados por Ribeiro (2022) sistematizações sobre os Registros Paroquiais de Terra (RPT), que atendiam ao Decreto nº 1.318, de 30 de Janeiro de 1854<sup>9</sup> do Estado Imperial Brasileiro. Esses levantamentos correspondem ao período de 1855-1856, os registros foram realizados mediante a declaração dos próprios proprietários das terras e constavam algumas descrições como extensão da área, valor das

---

<sup>9</sup> O Decreto em questão visava regularizar os dispositivos da Lei de Terras de 1850.

terras, forma de aquisição, entre outras características. Assim, a pesquisa de Ribeiro (2022) realizou a transcrição de informações dos Registros Paroquiais de Terra (RPT) de dois municípios da região Sul de Minas, Caldas e Alfenas<sup>10</sup>, para os objetivos de nossos estudos focaremos neste último município e abordaremos questão da concentração de terras (Quadro 1).

Quadro 1 - Faixas de concentração de terras em hectares (Alfenas - MG, 1855- 1856)

<b>Faixas em hectares</b>	<b>Nº de Declarantes</b>	<b>% Declarantes com área</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Área %</b>	<b>% acumulada</b>
0,1 - 25	23	14,29%	315,81	0,41%	0,41%
26 - 50	27	16,77%	1.090,21	1,42%	1,83%
51 - 100	28	17,39%	2.096,93	2,73%	4,56%
101 - 200	25	15,53%	3.558,61	4,64%	9,20%
201 - 399	20	12,42%	5.624,08	7,33%	16,52%
400 - 800	13	8,07%	6.587,24	8,58%	25,10%
801 - 2.000	13	8,07%	19.456,80	25,34%	50,45%
2.001 - 4.000	11	6,83%	33.202,40	43,25%	93,70%
4.001 - 8.000	1	0,62%	4.840,00	6,30%	100,00%
8.001 ou mais	0	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.772,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Terras de Alfenas. Elaborada por Ribeiro (2022).

Devemos de início pontuar o que os pesquisadores (as) da História Agrária Imperial consideram como “grandes propriedades” e/ou “grandes proprietários” de terra para o período, estabelecendo o marco de 400 hectares para caracterizar uma grande propriedade, sendo inclusive a área média na época das fazendas voltadas para exportação de café do Vale do Paraíba (RIBEIRO, 2022).

Neste aspecto, abrangendo o período de 1855-1856, foram realizadas as transcrições de 372 declarações de Registros Paroquiais de Terra para o município de Alfenas-MG. No entanto, deste total apenas 161 pessoas declararam a extensões de suas terras, notando-se a ausência de extensões nos registros de 211 declarações. A explicação

<sup>10</sup> O Município de Alfenas-MG possui divisas com o território de Campo do Meio-MG, constituindo-se no município Polo da microrregião.

para tal fato, pode estar relacionada a uma negação dos fazendeiros em declarar o tamanho de suas posses “A classe latifundiária dominante, que controlava o parlamento, resistiu à aplicação da lei até o final do século XIX” (FERNANDE; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 30). Em diversas regiões do país, essa questão teve como desdobramento a prorrogação do prazo para o registros de terras, chegando até o período republicano e transferindo a responsabilidade dos registros para os governos estaduais, dominados por práticas coronelistas<sup>11</sup>. Portanto, a negação e/ou omissão em declarar a extensão de suas terras por parte dos fazendeiros, pode indicar um receio com taxaço e cobrança de impostos sobre as terras:

Os latifundiários brasileiros da época (bem como os de hoje) não estavam interessados em que se pudesse ter ciência do tamanho de suas terras. O estabelecimento de medidas fixas possibilitava a fixação de uma base fiscal que poderia representar custos para o latifundiário. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 32).

Quando observamos os levantamentos realizados nos registros paroquiais (Quadro 1), podemos indicar alguns elementos sobre a concentração de terras na região, para o período posterior a promulgação da Lei de Terras (1850). Dos 161 registros que informaram alguma extensão das terras, somam em seu conjunto uma área de 76.772,08 hectares, quando tomamos como parâmetro para as “grandes propriedades” a média de 400 ha, a concentração fundiária fica em evidência “A maior parte desse território, 83,48% (64.086,44 ha), concentrava-se em mãos de apenas 38 indivíduos (23,6%), com um total de terras igual ou superior a 400 ha.” (RIBEIRO, 2022, p. 377). Todavia, se levarmos em consideração a média de até 50 hectares para caracterizar os “pequenos proprietários” de terras, notamos uma grande diferença na propriedade fundiária, indicando que 50 declarantes (36,06 %) detinham juntos 1.406,02 ha, ou seja, apenas o montante de 1.83 % das extensões de terras declaradas.

Por fim, os níveis de concentração fundiária registrados para Alfenas-MG no período estão próximos aos identificados em outras regiões mineiras, produtoras agropecuárias e de abastecimento interno:

Apesar de não representar a totalidade dos declarantes, a concentração fundiária na freguesia de Alfenas aproximava-se de localidades da província de Minas voltadas para o abastecimento interno, com o as do Vale do Piranga; e daquelas altamente vinculadas ao comércio interprovincial (como São João del-Rei). (RIBEIRO, 2022, p. 377).

---

<sup>11</sup> Abordaremos adiante o período que vigorou no Brasil as práticas denominadas “Coronelistas”.

### 2.3 A REBELDIA NEGRA NO TERRITÓRIO SUL MINEIRO

A descoberta do Ouro em fins do século XVII e na primeira metade do século XVIII nas terras das Minas Gerais, provocou uma mudança significativa na configuração da sociedade colonial escravista, grandes contingentes de pessoas se deslocaram para a região em busca do “sonho dourado” da atividade mineradora. Entre essa população, uma enorme parcela de africanos escravizados foram utilizados, entre outras atividades, no duro trabalho das minas e rios na busca de metais preciosos e também nas fazendas de produção agropecuária, a comando dos senhores de escravos

Desta forma, uma preocupação constante das autoridades coloniais e classes dominantes da época, era o medo de revoltas escravas, o assalto a vilas e fazendas, a fuga do cativo e a formação dos Quilombos. O medo da Coroa Portuguesa, da repetição em território mineiro do exemplo de resistência e luta de “Palmares de Pernambuco” foi uma constante durante todo o século XVIII, receio que será renovado durante o século XIX de uma revolução dos negros, como ocorre no Haiti em 1791.

O historiador Carlos Magno Guimarães nos informa que entre 1710 e 1798 a documentação disponível indica a descoberta e destruição de aproximadamente 160 quilombos em Minas Gerais (GUIMARÃES, 2012). Nesse sentido, devemos compreender a fuga de negros e formação dos quilombos como uma resistência ao sistema escravista, uma forma de organização sistematicamente combatida e reprimida. Nos quilombos mineiros, eram praticadas agricultura de subsistência, criação pastoril e alguns casos atividades mineradoras (variando as atividades conforme a região), possuíam uma organização interna, trocavam e mantinham uma rede de informações e trocas comerciais com outros setores da sociedade colonial mineira.

Entre os quilombos existentes em Minas Gerais neste período, talvez o mais conhecido seja o caso do “Quilombo do Ambrósio” pelo número de sua população e as intensas campanhas pelo seu aniquilamento por tropas de capitães do mato. O Quilombo do Ambrósio é citado por pesquisadores(as) como parte do que aparece como “Campo Grande” e/ou “Quilombo Grande” nos documentos arquivísticos (SOUZA, 2012).

O pesquisador Tarcísio José Martins (2008) que estuda o período e os quilombos relacionados ao Campo Grande há décadas, indica não se tratar apenas de um quilombo

ou alguns poucos núcleos quilombolas, mas que o “Quilombo Campo Grande” seria uma junção ou confederação de 27 núcleos e vilas existentes (nesse aspecto maior que Palmares), que possuíam articulações entre si, em um território que abrangeu do Sul/Sudoeste até o atual Triângulo Mineiro. De acordo com Tarcísio José Martins a conformação do Quilombo Campo Grande estaria ligada, entre outros motivos, a fuga da imposição pelo governo colonial de um sistema de captação e tributação de impostos aos moradores das vilas mineiras a partir de 1735, que incidiu principalmente sobre a população negra alforriada e pobres livres, contribuindo para o aumento populacional das vilas do Quilombo Campo Grande. Foram intensas e violentas as campanhas e guerras contra o Campo Grande, demandando grandes investimentos do governo colonial em tropas e suplementos para derrotar os quilombolas, até meados de 1760.

Deste modo, podemos encontrar conforme as pesquisas, a presença de quilombos do Campo Grande que eram situados próximos ao município de Campo do Meio-MG, objeto de nosso estudo. Por exemplo, o Quilombo Boa Vista (Campos Gerais), Quilombo do Cascalho (Três Pontas), Quilombo Ouro Fala (Guapé) (MARTINS, 2008). Uma informação no mínimo interessante, o município de Campos Gerais manteve-se com o nome de “Carmo do Campo Grande” até 1901, ano que o povoado foi elevado à categoria de vila e recebeu a atual denominação (IBGE, 2017).

O combate aos quilombos, como os do Campo Grande, foram motivados por questões políticas, culturais e religiosas, além da ameaça quilombola ao sistema escravista em Minas Gerais. Contudo, como indicamos no início deste texto, as expedições militares contra os quilombos também cumpriram a função de expansão da fronteira agrícola na região sul e sudoeste de Minas, abrindo a possibilidade de concessões de posse de terras aos integrantes das campanhas de identificação e destruição dos núcleos quilombolas. Sobre esse fato, a pesquisadora Laura de Mello e Souza realiza algumas observações pertinentes:

Caçar negro fugido, por sua vez, abria o acesso à posse de terras, garantindo igualmente a continuidade do trabalho nas fazendas antigas, que, acossadas pelas investidas quilombolas, não conseguiam prosperar. Tudo indica, portanto, não ser apenas por cuidado com a ameaça de revolta ou por temor ante a possibilidade de os negros assumirem o comando da sociedade que se batiam os matos atrás de mocambos. Tratava-se da continuidade e da sobrevivência da exploração agrícola nas zonas afastadas, e ainda do acesso mais o menos livre às terras, abundantes naquela situação de fronteira aberta. (SOUZA, 2012, p. 222).

Mapa 1 - “Mappa de todo o Campo Grande, tanto da parte da conquista que parte com a campanha do rio Verde e S Paulo, como de Puihy Cabeceiras do S. Francisco e Goyazes”



Fonte: Mapa do capitão Antônio Francisco França feito entre 1760 e 1763 – Coleção da Família Almeida Prado – Instituto de Estudos Brasileiros/USP – foto de 1992/ Tarcísio José Martins. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

O “Mappa de todo o Campo Grande” apresenta a maioria dos núcleos quilombolas identificados e destruídos, alguns foram encontrados despovoados diante do avanço das tropas militares. O mapa foi elaborado de forma invertida, destoando de nossas representações cartográficas convencionais, com o sul (acima) e o norte (abaixo), podemos identificar o “Rio Grande” e a “Serra da Boa Esperança” no centro do mapa, na parte superior estão representados o “Rio Verde” e o “Rio Sapucaí”, na parte inferior destacamos as nascentes do “Rio São Francisco” e a “Serra da Canastra”.

A história do Quilombo Campo Grande, ainda parece distante do grande público e livros didáticos. Contudo, notamos o interesse de novos pesquisadores(as) pelo tema

nos últimos anos, como um estudo de pesquisadores da PUC-MG<sup>12</sup> em reconstruir cartograficamente a localização dos quilombos do Campo Grande, através dos mapas elaborados nas campanhas de guerra, que se encontram sob guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Uma outra rebelião negra que instalou o temor nas classes dominantes escravistas durante o século XIX foi a chamada “Revolta de Carrancas”, ocorrida no território sul mineiro, entre as localidades de Carrancas e São Tomé das Letras. A revolta coletiva dos escravos dirigiu-se contra a Família Junqueira, grandes proprietários de terras e cativos na região, uma das mais influentes da província de Minas Gerais no período, ganharam fortunas com a produção agropecuária e o comércio de abastecimento interno com a praça do Rio de Janeiro.

O motim teve início em 13 de maio de 1833, nas terras do deputado Gabriel Francisco Junqueira, o futuro Barão de Alfenas, político influente foi eleito em três legislaturas como deputado pela província de Minas Gerais no Parlamento Nacional. O historiador Marcos Ferreira de Andrade, principal estudioso da revolta, descreve de forma viva os acontecimentos:

A revolta eclodiu na tarde do dia 13 de maio de 1833. Iniciou-se na fazenda Campo Alegre, de Gabriel Francisco Junqueira, então o principal representante da facção *liberal moderada*, eleito deputado em 1831. Os escravos liderados por Ventura Mina, mataram o filho do deputado, Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, enquanto este supervisionava o trabalho dos cativos nas roças da fazenda. O “senhor moço”, como era chamado, também ocupava um cargo de importância naquele contexto. Era o juiz de paz do distrito de São Tomé das Letras. Os escravos não atacaram a sede da fazenda Campo Alegre por suspeitarem que a família tinha sido avisada do que ocorrera na roça e porque o terreiro da casa-grande estava guarnecido por capitães-do-mato. O grupo liderado por Ventura Mina logo se dirigiu à fazenda Bela Cruz e se associou a outros escravos daquela propriedade, assassinando oito integrantes da família do irmão do deputado, José Francisco Junqueira, incluindo três crianças e duas pessoas “de cor”, segundo os autos. Parte do grupo permaneceu na fazenda Bela Cruz e preparou uma emboscada para assassinar o genro de José Francisco, Manuel José da Costa, o que ocorreu assim que ele cruzou a porteira. (ANDRADE, 2008, p. 299).

O trecho relatado acima é longo, mas elucidativo da revolta e violência que ocorreram em 13 de Maio de 1833. Os escravos seguiram para fazenda Bom Jardim, onde encontraram forte resistência armada, no confronto Ventura Mina, liderança da rebelião

---

<sup>12</sup> Ver: SILVA FILHO, Edson da; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; CASTRO, José Flávio Morais. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. Iº Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 14 de maio de 2011. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA\\_FILHO\\_EDSON\\_ET\\_AL.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf)

e outros cativos foram mortos. A notícia da revolta se espalhou na região, as Câmaras Municipais da Província foram notificadas, as regiões cafeeiras fluminense e paulistas informadas devido ao grande contingente de escravos nas lavouras. A motivação para tal ato de insubordinação estão em aprofundamento, mas são indicadas por estudiosos a relação da revolta com contexto mais amplo, das conturbações políticas que atingiram a Província de Minas Gerais no ano de 1833, de disputa entre frações das classes dominantes e um ideal de liberdade que motivou os cativos a tal ação (ANDRADE, 2008).

A punição para os revoltosos foi a pena de morte “Os escravos rebeldes de Carrancas foram exemplarmente punidos, sendo 16 condenados à morte por enforcamento e executados em praça pública, em dias alternados, e com cortejo da Irmandade da Misericórdia, na Vila de São João del-Rei” (ANDRADE, 2008, p. 313). Um ponto importante a se destacar “trata-se de uma das maiores condenações coletivas à pena de morte aplicadas a escravos na história do Brasil Império” (ANDRADE, 2008, p. 313). A revolta de Carrancas teve como consequência o endurecimento das leis, foram debatidos na Câmara e Senado do Império amplamente o tema da punição para escravos que atentassem contra vida de seus senhores e familiares, estabelecendo em 10 de junho de 1835 a pena de morte para cativos envolvidos em assassinatos de seus algozes.

#### 2.4 CAMPO DO MEIO-MG: USINA ARIADNÓPOLIS, APOGEU E DECADÊNCIA

A formação do município Sul Mineiro de Campo do Meio e sua memória estão imbricadas com a história da antiga Usina de Cana-de-Açúcar e Álcool Ariadnópolis, engenho que remota ao período de transição do Brasil Império para o Brasil República. As narrativas de tempos áureos muitas vezes são as fontes encontradas para o estudo desta Usina, de um passado glorioso e pioneiro. O fundador da Usina, Manoel Alves de Azevedo, o “Mané Marreco” como era conhecido, foi um dos latifundiários doadores dos terrenos que 1906 deram origem ao povoado (IBGE, 2017).

Como destacamos, a memória do município de Campo do Meio sempre esteve entrelaçada com a história da Usina Ariadnópolis, entre a população local ainda existem esses resquícios dos tempos passados de funcionamento da Usina e do chamado “progresso” que ela trouxe para a cidade. Os documentos que permitem uma compreensão

da história da Usina, também reforçam uma ideia de primazia e desenvolvimento do município ao redor do empreendimento canavieiro. Contudo, existe uma relação dialética entre história e memória, que somente pode ser apreendida em sua totalidade e contradições com a pesquisa documental e o cruzamento de fontes, revelando novos fatos, confirmando ou contradizendo hipóteses.

O historiador Henrique Wellerson Rodrigues elaborou um estudo<sup>13</sup> que aborda, entre outros pontos, a relação entre a memória da Usina Ariadnópolis e o estabelecimento do município de Campo do Meio. O autor problematiza a busca por um “mito de origem” e a “instrumentalização da história” para a conformação de uma identidade e memória coletiva local, vinculadas as ações pioneiras do fundador da Usina, Manoel Alves de Azevedo e sua família:

A construção da memória de uma sociedade formada pelo colaboracionismo familiar ressalta o ímpeto de vincular a tradição da produção açucareira à formação do país, à produção da usina em questão ao início da formação do posterior município de Campo do Meio. Ressalta-se aqui a construção de um mito de origem, onde há uma instrumentalização da história em benefício de forjar uma tradição e assim uma memória coletiva, visando empreender uma identidade social, nesse caso, o pertencimento ao município, ligando a um ponto comum da história de todos, aqui na tentativa de estabelecer esse ponto nas conquistas de Manoel Alves de Azevedo. (RODRIGUES, 2021, p. 118).

Conforme informações preliminares, Manoel Alves de Azevedo nasceu em Portugal, vindo para o Brasil em 1871 ainda jovem a convite de um tio, passou pelo Rio de Janeiro e chegou em Minas Gerais na cidade de Três Pontas, ali trabalhou com comércio e lavoura, utilizou-se de arranjos matrimoniais casando-se com Ariadna Jesuína de Araújo<sup>14</sup>, neta de Antônio Luís de Azevedo, o Barão de Pontal. O casamento com representantes da aristocracia agrária, estratégia muito utilizada na época (ANDRADE, 2008), trouxe estabilidade financeira. A família transfere-se para região de Campo do Meio em 1896, morando na Fazenda “Mato Dentro”, com a prosperidade econômica Manoel Alves de Azevedo adquire mais terras, que dariam origem ao latifúndio de Ariadnópolis, recebendo no período a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Portanto, devemos analisar a formação da localidade de Campo do Meio-MG nas

---

<sup>13</sup> Para um debate mais aprofundado sobre os usos da memória coletiva no caso da Usina Ariadnópolis, ver o artigo de Henrique W. Rodrigues: Quando a Memória é Ressignificada em luta pela posse da terra: A Usina Ariadnópolis (1908), O Acampamento Quilombo Campo Grande (1998) E os embates de Memória, Campo do Meio, MG. Em Favor de Igualdade Racial, Rio Branco – Acre, v. 4, p. 112-126, 2021.

<sup>14</sup> Primeira esposa de Manoel Alves de Azevedo, recebendo o nome a Fazenda e Usina “Ariadnópolis” em sua homenagem.

primeiras décadas do século XX, considerando o poder econômico e político do nomeado Coronel Manoel Alves de Azevedo e família, sob a ótica do que se convencionou denominar de “coronelismo”, período de grande influência dos fazendeiros e oligarquias agrárias, principalmente durante a vigência no Brasil da “Primeira República” ou “República Velha” entre 1889 e 1930. O estudo clássico de Vitor Nunes Leal “Coronelismo, Enxada e Voto” apresentado em livro ao público pela primeira vez em 1949, segue como referência para o estudo do tema e deste fenômeno político. O “coronelismo” funcionaria em seus arranjos como uma troca de favores entre o poder público e o poder privado, buscando a manutenção do poder local e a eleição de grupos políticos na esfera estadual e federal. Entretanto, a compreensão desta prática política não poderia estar desvinculada da análise da estrutura agrária brasileira:

Por isso mesmo, o “coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p. 44).

No âmbito local, o Coronel e chefes políticos organizavam suas bases eleitorais, empregados e agregados das fazendas, pessoas de sua influência, para o voto direcionado à determinados candidatos, o chamado “Voto de Cabresto”. Em troca, recebiam significativos recursos para melhorias locais, como a construção de igrejas, hospitais, praças, escolas, estradas, entre outras obras, além de poderem indicar ou nomear funcionários públicos, delegados de polícia, oficiais de justiça, uma infinidade de cargos na administração municipal. A figura e a influência do “coronel”, sua capacidade de controlar parcelas significativas de eleitores e votos, vinculadas a sua condição social de proprietário de terras, seriam elementos importantes para decidir os rumos políticos dos distritos e municípios:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabrestos*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. (LEAL, 2012, p. 45).

Fotografia 1 - “Coronel” Manoel Alves de Azevedo (s/d)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo do Meio-MG.

Neste aspecto, tratamos de um período de predominância da população rural sobre a população urbana, com grandes contingentes de trabalhadores rurais vivendo em uma situação de extrema vulnerabilidade e pobreza, sem instrução formal e letramento, indicativos para compreender os mecanismos do “voto de cabresto” em candidatos apoiados pelos senhores de terra, que custeavam todos os preparativos para as eleições, desde transporte à alimentação (LEAL, 2012). O “coronel” também exercia sua autoridade na mediação de desavenças e brigas entre seus dependentes, apadrinhamentos de crianças, empréstimos de dinheiro e concessão de favores, chegando em alguns casos a atuar com funções policiais “que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas” (LEAL, 2012, p. 46).

A patente de oficial “Tenente-Coronel” era concedida pela Guarda Nacional, corpo militar criado em 1831 para atuar como força de manutenção da ordem pública, subordinada ao Ministério da Justiça. Todavia, a Proclamação da República, o fortalecimento do exército e das polícias militares, o estabelecimento do sistema judicial nos municípios, foram fatores que levaram à desmobilização da Guarda Nacional a partir

de 1918. No entanto, as práticas “coronelistas” perdurariam por muitos anos no interior do país e a figura do “coronel” permaneceu no imaginário popular.

A propriedade de terras sempre foi sinônimo de poder político no Brasil, a história do município de Campo do Meio não destoa deste quadro. Portanto, quando observamos a lista de Prefeitos que governaram a cidade, os donos da Usina Ariadnópolis, filhos e netos do Coronel Manoel Alves de Azevedo, mesmo após seu falecimento em 1950, estiveram à frente do governo municipal por cinco mandatos, de sua emancipação em 1948 até 1989. O poder da família Azevedo foi grande, levando inclusive a situação de que em alguns períodos o administrador da Usina era também o prefeito do município (RODRIGUES, 2021).

O povoado formado em 1906 de Campo do Meio é elevado à distrito pela Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, vinculado ao município de Campos Gerais, torna-se município pela lei nº 336 em 27 de dezembro de 1948 (IBGE, 2017). A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), descreve informações muito importantes para o panorama do município em 1958, dez anos após sua emancipação. Deste documento podemos extrair informações relevantes, como a origem do nome da cidade:

O topônimo, de acordo com os informes recolhidos, tem sua origem no fato de que, havendo na região vários campos, com denominações diversas, convencionou-se dar aquele, em que foi situado o povoado, o nome de Campo do Meio, dada justamente a sua posição central em relação aos outros. (IBGE, 1958, p. 318).

Os vários campos referentes no trecho citado, são localidades que ainda mantêm essa denominação na região, como Campo das Flores, Campo Alegre, Campo Redondo, Campos Gerais. Assim, nos referimos anteriormente ao antigo nome do município de Campos Gerais (Carmo do Campo Grande) e que uma extensa região estava dentro do vasto território nomeado no passado de “Campo Grande”, talvez seja a indicação para os nomes encontrados na região.

O documento descreve dados sobre a população do município conforme o recenseamento de 1950, indicando uma população de 6.910 habitantes<sup>15</sup> (IBGE, 1958), distribuídos da seguinte forma entre zona urbana e rural:

---

<sup>15</sup> A população estimada do Município atualmente é 11.648 pessoas (IBGE, 2017).

A população recenseada, em 1950, tinha a seguinte localização: na zona urbana, isto é, no perímetro urbano e suburbano da cidade, 2 380 pessoas, sendo 1 341 homens e 1 039 mulheres; no quadro rural 4 530 pessoas, sendo 2 304 homens e 2 226 mulheres. A percentagem da população urbana é de 34,44% contra 65,46% correspondentes aos habitantes da zona rural. (IBGE, 1958, p. 318).

Fotografia 2 - Família Azevedo (s/d)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo do Meio-MG.

Neste aspecto, notamos a predominância no período da população rural (65,46%) em relação à urbana (34,44%), refletindo na ocupação dos habitantes, majoritariamente ligada a atividades agrícolas, pecuárias e silvicultura. Neste ponto, eram empregadas nos trabalhos agropecuários 1.747 pessoas (36,34%), a atividade que é descrita com maior número de ocupação é “Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes” ou seja, uma grande quantidade de mulheres “donas de casa” e seus filhos(as) em idade escolar, que representam o montante de 2.402 pessoas (49,96%) (IBGE, 1958). Esse dado deve ser destacado, do total de pessoas declaradas em atividades agropecuárias

(1.747) apenas 18 mulheres estavam listadas, quando analisamos as “atividades domésticas não remuneradas” aparecem 2.031 mulheres. Tendo em vista a grande quantidade de habitantes na zona rural, podemos inferir que grande parte dessas mulheres não tinha seu trabalho “na roça” com a família contabilizados e/ou reconhecidos, as mulheres além de serem responsáveis historicamente pelas atividades ligadas a reprodução de suas famílias (limpeza, preparo da comida, cuidado dos filhos) sempre estiveram envolvidas com atividades agrícolas em suas moradas, no trato com os animais, plantio de hortaliças, reprodução das sementes, etc.

Figura 1 - Produção Agrícola no Município de Campo do Meio – MG (1955)

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO		VALOR	
		Unidade	Quantidade	Cr\$ 1 000	% sobre o total
Café.....	8 000	Arrôba	80 000	33 600	74,83
Alho.....	350	„	20 000	4 000	8,90
Cana-de-açúcar.....	30	Tonelada	39 100	3 519	7,83
Arroz.....	1 500	Saco 60 kg	52 600	1 999	4,45
Feijão.....	530	„ „ „	3 380	844	1,87
Milho.....	2 230	„ „ „	47 200	762	1,70
Outras.....	105	—	—	189	0,42
<b>TOTAL.....</b>	<b>12 745</b>	—	—	<b>44 913</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, 1958.

Os dados sobre a produção agrícola são esclarecedores sobre muitos aspectos, por outro lado sucinta algumas dúvidas (Figura 1). Naquele período, o café já parece com uma produção de destaque, ocupando uma área de cultivo de 8.000 hectares com “4.600.000 pés, 2.000.000 dos quais ainda novos.” (IBGE, 1958, p. 319). Hoje o cultivo do café é a principal atividade agrícola do município e da região, o interessante é que o documento ressalta essa produção crescente no período.

O plantio de arroz e milho também ocupam uma parcela considerável da área cultivada no município, 1.500 (ha) e 2.230 (ha) respectivamente. A produção de alho conforme o documento “É digna de nota a verificação do elevado contingente da produção de alho, produto de horticultura praticada em reduzidos trechos de terreno e que

concorre com cerca de 9% para o valor total da produção agrícola do município.” (IBGE, 1958, p. 319). O município de Campo do Meio no passado foi um grande produtor de alho, tanto que na bandeira do município estão destacados duas culturas, o alho e a cana-de-açúcar. Na atualidade, essa produção é residual, segundo ouvimos de moradores mais antigos, as lavouras foram atingidas por um “praga” e o cultivo em grande quantidade foi encerrado.

As dúvidas que nos referimos sobre o recenseamento de 1955, que estamos analisando, estão relacionadas a produção de cana-de-açúcar. Como que no município haviam apenas 30 (ha) cultivados com cana-de-açúcar, mesmo possuindo uma das maiores Usinas Açucareiras da região, que chegou a possuir quase 4.000 (ha) de terras? A resposta está descrita no próprio documento:

A organização industrial do município limita-se à existência de um único estabelecimento, destinado à fabricação de açúcar e álcool. Trata-se da Usina Ariadnópolis, a respeito da qual deixam de ser consignados dados estatísticos, para evitar a individualização. (IBGE, 1958, p. 319).

Desta forma, não encontramos no documento dados sobre a produção de cana-de-açúcar da Usina Ariadnópolis para o período analisado, mas deixa o indicativo desta ser o único estabelecimento industrial do município na época, mesmo assim vinculado à agricultura. Por fim, o documento do IBGE descreve mais algumas informações sobre a Usina Ariadnópolis, por exemplo, a data do começo de seu funcionamento em 1918<sup>16</sup>, os locais de destino da comercialização da produção:

Ali funciona, desde 1918, uma usina açucareira, com apreciável produção de açúcar e álcool. Os produtos da lavoura e da pecuária escoam-se, ordinariamente, para as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Varginha, Campos Gerais e Alfenas. Vem sendo tentada no município, em terrenos da Usina Ariadnópolis, a cultura da oliveira, com perspectivas de êxito bastante animadoras. (IBGE, 1958, p. 320).

O interessante desta passagem é a observação sobre uma produção nos terrenos da Usina Ariadnópolis da “cultura da oliveira”, provavelmente a experimentação não vingou, não temos registros atualmente no município e cidades vizinhas deste cultivo. Por outro lado, a produção de café obteve destaque nas terras da Usina, contando com um setor específico voltado para cafeicultura e comercialização dentro de sua estrutura

---

<sup>16</sup> Existem divergências de datas em relação ao início da atividades da Usina, contudo é possível que no local já funcionasse um engenho.

administrativa, além de profissionais que acompanhavam o desenvolvimento das lavouras.

Figura 2 - Usina de Açúcar e Álcool – Ariadnópolis



**Usina de Açúcar e Álcool.**

Fonte: IBGE (1958).

Embora fossem cultivados outros gêneros agrícolas nas terras da Fazenda Ariadnópolis, a monocultura canavieira foi predominante e a razão de seu funcionamento, voltada à produção de açúcar e álcool. São muitas as lacunas e perguntas sobre quais motivos levaram a desestruturação deste imenso empreendimento na década de 1990, os argumentos encontrados nas poucas fontes disponíveis até o momento são vagos, como: “má administração”, “sucessões de crises”, “venda de ações da Usina” e outros. No entanto, podemos trazer para o debate a inserção da Usina Ariadnópolis no contexto mais amplo da produção canavieira no Brasil, amparados na bibliografia sobre o tema, para indicar possíveis caminhos e hipóteses.

Os nossos indícios estão relacionados ao período de implementação pela Ditadura Militar do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) na década de 1970 e sua posterior desregulamentação no início da década de 1990, pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello. O período indicado acima, corresponde justamente com os momentos de expansão e grande produtividade da Usina Ariadnópolis, como também sua decadência e falência total, em uma conjuntura que refletia o momento de avanço neoliberal e da reestruturação produtiva do capital em nível global.

A monocultura canavieira esteve relacionada desde o princípio com a formação territorial brasileira, primeira atividade agrícola realizada em larga escala no Brasil colonial, concentradora de terras, responsável pela implantação de um regime desumano de trabalho apoiado na escravidão de indígenas, mas principalmente no trabalho de negros(as) africanos escravizados, que desembarcaram aos milhões nos portos brasileiros e das Américas. Contudo, não é nosso objetivo debater todos os ciclos da produção canavieira, visto que outros autores(as) o fizeram<sup>17</sup>. Assim, tomamos como base as pesquisas do sociólogo Adriano Pereira Santos que dedicou seus estudos de mestrado<sup>18</sup> e doutorado à cadeia produtiva canavieira, para compreender o ciclo da cana a partir da década de 1970, abordaremos o período de vigência do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e seus desdobramentos no setor sucroalcooleiro, além de suas possíveis relações com a desativação da Usina Ariadnópolis.

Na década de 1970 o descendente da família Azevedo, Clóvis José de Azevedo<sup>19</sup>, assume o comando da Usina “É em sua administração que Ariadnópolis foi do auge à decadência, impulsionada pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool) do regime militar em 1970 a usina ampliou a sua produção” (RODRIGUES, 2021, p. 120). Neste período, outras empresas associadas são registradas no nome da Família Azevedo<sup>20</sup>, ramificando seu patrimônio, a saber: Usina Ariadnópolis de Açúcar e Álcool Sociedade Anônima (S/A), Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) em 1968, a transportadora TRANSMARRECO e o ARMAZÉM.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi instituído em novembro de 1975 pela Ditadura Militar, como resposta a duas crises: a crise mundial do petróleo e a crise do açúcar no mercado internacional. A primeira crise, foi decorrente da guerra do “Yom Kippur” em 1973, envolvendo Israel, Egito e Síria, o conflito elevou significativamente os preços do barril de petróleo em escala mundial. A segunda crise, correspondeu a diminuição internacional da demanda do açúcar e a superprodução da mercadoria

---

<sup>17</sup> Podemos citar os escritos de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade e outros (as).

<sup>18</sup> Ver: A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A Equipamentos Pesados de Sertãozinho-SP. SP: Expressão Popular, 2010.

<sup>19</sup> O Administrador da Usina, Clóvis José de Azevedo, foi prefeito do município de Campo do Meio-MG de 1989 à 1992.

<sup>20</sup> Embora não fosse o intuito de Rodrigues (2021) debater as causas da falência da Usina Ariadnópolis, o autor sugere que a divisão de empresas entre a Família Azevedo seria uma dos resultados do fim do empreendimento agrícola. Entretanto, uma nota seu artigo aponta o ano de 1996 para divisão dessas empresas, sabemos que esse processo ocorre na década de 1970, talvez mais como um motivo de expansão do que retração de suas atividades comerciais e produtivas.

brasileira “Mas, em 1975, como é da característica do ciclo do açúcar, as demandas internacionais entraram em crise, o que seria agravado também com a superprodução do produto naquele momento. É certo que a crise eclodiria, afetando todo o setor.” (SANTOS, 2013, p. 81). Conforme o Santos (2013), o aumento das contas externas brasileiras, que dependiam naquele período da importação de 80% do petróleo, a grande disponibilidade de cana-de-açúcar no campo brasileiro e a crise no mercado internacional, levariam a uma “orquestração de interesses” entre governo e empresários do setor, fatores que foram decisivos para criação do Proálcool:

Assim, o desequilíbrio nas contas externas em parte causadas pela crise do petróleo, levou o governo brasileiro e empresários a se manifestarem, buscando alternativas para a substituição de alguns derivados do petróleo. Com o objetivo de substituir a gasolina como combustível é que o Proálcool foi criado. [...] Porque, com o gargalo gerado no processo produtivo em decorrência da crise do petróleo, a crise do açúcar no mercado internacional e a orquestração de interesses levaram o país a optar pelo Proálcool. (SANTOS, 2013, p. 81-82).

Portanto, buscando conjugar suas demandas com a do setor sucroalcooleiro, o Governo Militar elaborou ações fornecendo linhas de créditos especiais, incentivo à ampliação dos parques agroindustriais e destilarias, construção de novas unidades produtivas, apoio ao setor de máquinas e equipamentos agrícolas (SANTOS, 2013). Entre os anos de 1980 e 1985, tem início a segunda fase do Proálcool, com o apoio à produção de álcool hidratado visando a substituição da gasolina no mercado de combustíveis, atrelados a incentivos fiscais à indústrias automobilísticas na produção de carros movidos a álcool, além da garantia de preços e compra de álcool pela Petrobrás (SANTOS, 2013).

Neste período, os setores vinculados a cadeia produtiva sucroalcooleira desenvolveram-se consideravelmente, esse foi o caso do Grupo Zanini S/A localizado no município Sertãozinho-SP, empresa do ramo da metalurgia especializada na construção, manutenção e reforma de usinas de açúcar e álcool, que tornou-se na época o maior grupo financeiro industrial do estado de São Paulo, contando com grandes subsídios governamentais para sua estruturação:

Por isso, é preciso dizer que, embora o Proálcool estivesse totalmente a cargo do setor privado, tanto o seu crescimento quanto a expansão das indústrias de bens de capital, responsáveis pela instalação da infraestrutura produtiva, dependeram de amplas subvenções governamentais. (SANTOS, 2013, p. 84).

Por outro lado, a rápida expansão da lavoura canavieira acarretou diversos impactos sociais e ambientais, como a concentração da terra dos latifúndios, diminuição das áreas produtoras de alimentos, a expulsão de pequenos produtores e posseiros do campo, desmatamento de áreas nativas, poluição de rios, entre outras consequências. Além do crescimento significativo da exploração de trabalhadores (as) rurais assalariados ou temporários no corte da cana:

Verificamos, portanto, que os custos de uma tão acelerada expansão, no interior da lógica destrutiva de acumulação do capital podem trazer resultados nefastos para as condições de vida e trabalho dos milhares de trabalhadores assalariados, ocupados no complexo produtivo agroindustrial. Além dos impactos sociais, é notória a degradação ambiental que a cana provoca sobre o território brasileiro desde a época da colonização. (SANTOS, 2013, p. 85).

Entretanto, no final da década de 1980 uma conjunção de fatores<sup>21</sup> levariam ao enfraquecimento do modelo energético baseado no álcool, inviabilizando a continuidade do Proálcool, como as oscilações nos preços do açúcar, a diminuição do preço internacional do petróleo, a descobertas de novos campos de exploração petrolífera no Brasil, verificando-se também um descompasso entre produção e consumo. De acordo com Adriano Santos “Apenas para citar um fator desfavorável ao Proálcool na conjuntura do fim da década de 1980, podemos assinalar a crise no abastecimento de álcool que ocorreu nas safras de 1986/87, levando o Brasil a importar o produto de outros países” (SANTOS, 2013, p. 105). Essas questões contribuíram para o desgaste do setor canavieiro e conseqüentemente do programa “O Proálcool se tornava, portanto, um programa inviável naquele contexto de crise.” (SANTOS, 2013, p.105).

No início dos anos 1990 as perspectivas do setor sucroalcooleiro eram críticas, a orientação econômica neoliberal do governo de Fernando Collor de Mello estabeleceu cortes nos subsídios destinados ao setor e a privatização do aparato estatal, abrindo caminho para a desregulamentação do Proálcool no país:

O cenário de crise na agroindústria canavieira se agrava no início dos anos 1990 com a chegada ao poder de Fernando Collor de Melo, que tinha como plataforma de governo o receituário político neoliberal. Dentre suas principais ações encontrava-se a racionalização da máquina do Estado e por consequência a diminuição dos incentivos e subsídios governamentais ao setor, aumento das privatizações, extinção e/ou fusão de várias instituições públicas e privadas. (SANTOS, 2013, p. 105).

---

<sup>21</sup> Entre outros fatores descritos estão a crise do modelo econômico brasileiro herdado do “Milagre Econômico” da Ditadura Militar, crise pelas mudanças geradas na economia mundial diante da reestruturação capitalista e do novo regime de acumulação flexível (SANTOS, 2013).

Diante da crise do setor sucroalcooleiro, nota-se os diferentes caminhos adotados por empresas do ramo, buscando uma modernização diante da reestruturação produtiva imposta pela competitividade do mercado, que mostrou-se desigual entre a região Centro-sul e nordeste do país, demarcando diferenças regionais. Assim, durante os anos de 1990 “além de representar um período de rearticulação dos interesses, inclusive institucionais e organizacionais do agronegócio canavieiro, é também um período de grande reestruturação produtiva operada nas unidades produtoras de açúcar e álcool” (SANTOS, 2013, p. 108).

Entre as estratégias utilizadas pelo setor canavieiro em sua reestruturação produtiva, visando a redução dos custos de produção e ampliar suas margens de lucro, uma série de mudanças tecnológicas foram utilizadas, como novas variedades de cana-de-açúcar, inovações químicas, maquinários e implementos agrícolas mais avançados, etc. Do ponto de vista da gestão e organização administrativa outras medidas são adotadas, terceirização de diversas atividades, diminuição de estoques, redução da força de trabalho, mudanças logísticas tanto nas Usinas como nas plantações, mecanização do plantio e do corte, automação da produção, entre outras séries de mudanças (SANTOS, 2013). Convém destacar, que todo este processo de “modernização” da agroindústria canavieira teve como consequência o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e produção, como também a superexploração do trabalhador rural no corte da cana.

Neste período ocorrem processos de fusão de grupos econômicos, centralização de capitais e ações das empresas, buscando atravessar o período de crise do setor sucroalcooleiro e o impacto causado pela desregulamentação do Proálcool. Este foi o exemplo do “Grupo Zanini S/A”, empresa de notável destaque no ramo da metalurgia e equipamentos pesados, que realizou uma fusão<sup>22</sup> com a metalúrgica “M. Dedini S/A” do município de Piracicaba-SP no ano de 1992:

Essa indústria, após o período de desregulamentação do Proálcool, entrou em uma crise profunda, o que gerou diversos processos de recuperação, mas que fracassaram diante da conjuntura desfavorável ao setor naquela época. Por essa razão, a Zanini foi levada a fundir-se com a Dedini, indústria de Piracicaba do mesmo setor e que passava pelas mesmas dificuldades para resistir à crise que afetou o Complexo Agroindustrial Canavieiro na década de 1990 ao qual elas estavam estruturalmente ligadas. (SANTOS, 2013, p. 53).

---

<sup>22</sup> Após a fusão, a nova empresa é nomeada de “DZ S/A Engenharia, Equipamentos e Sistemas” (SANTOS, 2010).

Neste cenário, muitas empresas do setor canavieiro não conseguiram recuperar-se da crise instaurada em toda cadeia produtiva da cana desde o final da década de 1980, agravada após a desregulamentação do Proálcool no início dos anos 1990, acumulando dívidas no período, impossibilitando investimentos para sua reestruturação produtiva, diante de uma conjuntura de abertura econômica e ajustes neoliberais. O resultado foi a falência de muitos desses empreendimentos.

Desta forma, destacamos uma matéria<sup>23</sup> intitulada “Como era o setor sucroenergético na década de 1990, quando nasceu a Fenasucro<sup>24</sup>” publicada pelo site “CanaOnline”, o texto realiza uma avaliação da conjuntura e das alterações tecnológicas na época, sob o ponto de vista do atual agronegócio canavieiro. Assim, o texto em questão aborda vários pontos que trouxemos em nossa argumentação. No entanto, o discurso e o viés ideológico são outros, como por exemplo, a crítica explícita da “tutela do governo” e ao “protecionismo estatal” e uma afirmação implícita ao “livre mercado”, a despeito de todo o grande financiamento que a agricultura capitalista e o setor “sucroenergético” recebem dos governos, todos os anos até nossos dias, como se as crises periódicas enfrentadas pelos produtores de açúcar e álcool não fossem consequência do próprio mercado e do sistema de acumulação capitalista:

Ao mesmo tempo que o setor sofria com o distanciamento do governo, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), vivia uma fase de baixa, de menor consumo e menor valorização do combustível verde. Havia uma superprodução de cana e os preços internacionais do açúcar estavam em baixa. Assim, os anos de 1990 impingiram um novo desafio ao setor: substituir a tutela do governo por melhorias na gestão, profissionalismo e investimento em pesquisas e tecnologias para melhorar a eficiência e reduzir custos de produção. *Muitas das empresas produtoras de açúcar e álcool não se acostumaram com a diminuição do protecionismo estatal, ampliando os problemas de endividamento, resultando em falência.* Apesar dessas dificuldades, as empresas que sobreviveram à desativação do Proálcool modernizaram-se, passando de um setor totalmente atrelado ao governo para outro totalmente desregulamentado, inserindo-se numa economia de livre mercado. O setor embarcou em uma significativa modernização tecnológica, envolvendo tanto as unidades processadoras, quanto o campo, refletindo diretamente no aumento da produtividade da terra e do trabalho. Passaram então a ser implementadas inovações gerenciais, *pois empresas que eram tipicamente familiares,* foram substituídas por técnicos contratados, e incorporações na esfera produtiva, progressos no campo da mecânica, da microeletrônica e da biotecnologia, mostraram-se cada vez mais presentes no setor. (CANAONLINE, 2017, grifo nosso).

---

<sup>23</sup> Ver: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/como-era-o-setor-sucroenergetico-na-decada-de1990-quando-nasceu-a-fenasucro.html>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

<sup>24</sup> Conforme a matéria, a Feira Nacional de Tecnologia Sucroalcooleira (Fenasucro) foi criada em 1992, por membros do Centro das Indústrias de Sertãozinho e Região (Ceise). Posteriormente teve seu nome alterado para FENASUCRO & AGROCANA – Feira Internacional de Tecnologia Sucroenergética.

Nesse sentido, o estado de Minas Gerais em 1984 passa a ocupar a quarta posição na produção de cana-de-açúcar no Brasil, a região do Sul de Minas no período de 1975 à 1983 era a principal região produtora do estado, seguido pela Zona da Mata mineira “Nesse Contexto, deve-se destacar a participação da Zona da Mata, que nas safras 1975/76 a 1982/83 apresentou-se como a segunda região produtora do estado, sendo que o Sul de Minas ocupava a primeira posição.” (SILVA, 1996, p. 3). A partir da safra de 1984, o Triângulo Mineiro torna-se a maior região produtora do estado, posição que ocupa até o presente momento.

Na região, além da Usina Ariadnópolis em Campo do Meio-MG, o Sul/Sudoeste de Minas possuíam outras quatro grandes usinas produtoras de açúcar e álcool, contribuindo para que a região obtivesse destaque na produção canavieira no estado, como a Usina Monte Alegre (Monte Belo-MG), a Usina CEPAR (São Sebastião do Paraíso-MG), a Usina Alvorada do Bebedouro (Guaranésia-MG) e a Usina Açucareira Passos (Passos-MG) (COCA *et al.* 2019).

A Usina Ariadnópolis chegou a empregar entorno de 2000 pessoas em seus períodos de prosperidade, recebendo trabalhadores(as) temporários de outras regiões de Minas Gerais e de outros estados. No centro do município de Campo do Meio ainda existe um galpão que outrora era utilizado de alojamentos por esses trabalhadores, nomeado de “Barracão dos Paranaenses” em alusão aos migrantes. Existem relatos de antigos trabalhadores(as) sobre inúmeros acidentes, inclusive fatais, envolvendo maquinários agrícolas e no setor de processamento do açúcar e do álcool.

O empreendimento da Usina Ariadnópolis possuía uma infraestrutura significativa, contou com todo maquinário para o beneficiamento do açúcar e a produção de álcool, tanques para armazenamento do álcool, uma frota significativa de caminhões e tratores, oficina mecânica, laboratórios químicos para análises, armazém de alimentos, escola, campo de futebol, etc. A produção de álcool era destinada à grandes distribuidoras do ramo de combustíveis como a Shell e a Petrobrás. No entanto, todo esse complexo produtivo encontra-se abandonado, em 2022 uma empresa terceirizada foi contratada para retirar e vender parte da estrutura metálica como “ferro velho”<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> A sede da antiga Usina Ariadnópolis continua sob guarda de acionistas da empresa falida Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA).

Neste aspecto, na sede da Usina ainda existe o antigo casarão (Fotografia 3) do Coronel Manoel Alves de Azevedo e família, uma casa imponente e luxuosa para os padrões da época, com cômodos amplos e dezenas de janelas, rica em detalhes nas paredes e nos tetos da casa. O imóvel encontra-se em estado de deterioração, um patrimônio histórico abandonado, mas que por sua estrutura conseguimos visualizar o poder que a família chegou a possuir no período. Posteriormente, foi construída uma outra mansão na sede da fazenda para moradia dos descendentes da família Azevedo, de arquitetura moderna, que não encontramos paralelos deste tipo de casa na zona rural do município e da região. Nos arredores da sede da Usina encontramos dezenas de casas, utilizadas de moradia por colonos no passado, local chamado pela população de “coloninha”.

A Usina Ariadnópolis começa apresentar sinais de crise no final da década de 1980, no começo da década de 1990 toda essa grande estrutura produtiva começa a ruir. Neste período, o comando da Usina foi transferido para o grupo “Vanguard Agro Industrial LTDA”, presidida pelo empresário Jovane de Souza Moreira, tornando-se o principal acionista e posteriormente o demandante das terras na justiça. Como abordaremos adiante, o grupo Vanguard não foi capaz de resolver a situação financeira que se encontrava a Usina Ariadnópolis, a situação dos trabalhadores rurais empregados na fazenda foi desoladora na época, demissões, salários atrasados, falta de equipamentos de proteção, sem assistência médica, etc. Esses fatores foram agravantes que chamaram a atenção da sociedade, sendo necessário a intervenção do poder público foi criada uma comissão composta por deputados estaduais, indicados para averiguar as denúncias de violações dos direitos trabalhistas em Campo do Meio-MG.

Desta forma, entre os anos de 1993 e 1994 são plantadas as últimas safras de cana-de-açúcar nas terras da usina, são registradas greves dos trabalhadores pelo recebimento dos salários e direitos, em 1996 abre-se o processo de falência da Usina Ariadnópolis e do grupo econômico Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA). Por fim a falência completa é decretada no ano de 2000<sup>26</sup>, período em que grande parte das terras já estavam sobre a posse dos camponeses e camponesas sem terra, que procuravam resinificar o latifúndio improdutivo através da agricultura campesina.

---

<sup>26</sup> Recolhemos essa data no artigo do advogado Paulo Freire: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-01/paulo-freire-agricultores-minas-direito-terra-questionada> . Acesso em: 20 mar. 2023.

Fotografia 3 - Casarão – Sede da Usina Ariadnópolis (s/d)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo do Meio-MG.

Os motivos e causas desta falência, como buscamos argumentar, podem ter relações com o contexto mais amplo da produção sucroalcooleira no Brasil, com a desregulamentação do Proálcool e a reestruturação produtiva que passou o setor. No mesmo período, ocorrem outros fechamentos de Usinas, como o exemplo da centenária Usina da Companhia Açucareira Riobranquense, no município da Zona da Mata mineira Visconde do Rio Branco-MG. Contudo, não descartamos questões de caráter local que possam ter afetado a Usina Ariadnópolis, como erros de administração, acúmulo de dívidas, corrupção empresarial, entre outras determinações que somente um estudo de caso pode esclarecer.

Os resultados e consequências desta bancarrota foram centenas de trabalhadores sem receberem seus salários e direitos, uma dívida econômica milionária<sup>27</sup>, um enorme

---

<sup>27</sup> As estimativas de dívidas da Usina Ariadnópolis giram entorno de 300 milhões de reais. Ver: [A resistência do Quilombo Campo Grande | Opinião \(brasildefatomg.com.br\)](#) . Acesso em: 20 mar. 2023.

latifúndio improdutivo, dezenas de processos estabelecidos na justiça<sup>28</sup>, gerando também muitos impactos na classe trabalhadora do município e região, mas também um dos maiores conflitos agrários do Brasil contemporâneo. Assim, as terras da antiga Usina Ariadnópolis, antes tomadas pela monocultura canavieira, tornou-se um território de ocupações de trabalhadores(as) rurais Sem Terra, diversificaram sua paisagem e produção, resistem em uma luta de 25 anos, reivindicando a justiça social e a implementação da Reforma Agrária nos acampamentos do “Quilombo Campo Grande”.

## 2.5 A LUTA PELA TERRA EM CAMPO DO MEIO-MG

A luta pela posse das terras da antiga Usina Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG, prolonga-se por duas décadas, neste tempo muitos fatos e mudanças ocorreram no território em disputa. Neste tópico, abordaremos os aspectos mais gerais da formação dos acampamentos Sem Terra no “Quilombo Campo Grande”, como o início das articulações dos trabalhadores(as) na região, as primeiras ocupações de terra e conquista de assentamentos, entre outros pontos.

Deste modo, diversos campos do conhecimento elaboram estudos e sistematizações sobre os movimentos sociais, na intenção de contribuir na formulação teórica e epistemológica, a geografia agrária brasileira passa a estabelecer uma análise geográfica dos movimentos, a partir dos anos 2000 essa colaboração torna-se mais fecunda. Assim, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes descreve como a geografia deve proceder em uma análise dos movimentos sociais, compreendendo Espaço e Território como multidimensionais:

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. (FERNANDES, 2005, p. 30).

---

<sup>28</sup> O caso da Usina Ariadnópolis e todos os processos que correm na justiça, são considerados por diversos juristas e advogados o que denomina-se “imbróglío jurídico” tamanho sua complexidade. Portanto, não serão desenvolvidos neste estudo, de forma aprofundada, o debate sobre as contradições jurídicas do conflito agrário.

Na perspectiva de compreender como o Espaço e o Território são “produzidos ou construídos” pelos movimentos sociais, trabalharemos com a categoria de movimento socioterritorial “Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Portanto, levaremos em consideração as relações dos movimentos socioterritoriais com o território, através da dimensão da “Conflitualidade”, conforme o professor Bernardo Mançano Fernandes:

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Nesta direção, existem três fatores apontados por Stedile e Fernandes (2012) que estão na gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O primeiro fator de aspecto socioeconômico, foi a modernização que atingiu a agricultura brasileira a partir da década de 1970, com a introdução da soja no sul do país e a mecanização agrícola, contribuindo à expulsão de grandes contingentes populacionais do campo. O segundo fator de caráter ideológico, estava no trabalho pastoral realizado de forma ecumênica pela Igreja Católica e a Igreja Luterana, a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 foi de grande importância para reorganização das lutas camponesas no Brasil, através da influência da Teologia da Libertação. O terceiro fator de características conjunturais, era a situação política que encontrava-se o país, a organização e reivindicações do campesinato estavam inseridas no contexto mais amplo das lutas pela democratização da sociedade, atravessada por uma Ditadura Militar, o movimento operário havia retomado a capacidade de enfrentamento da classe trabalhadoras urbana deflagrando greves com grande adesão no período.

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 também está diretamente ligado as retomadas das ocupações de terras, principalmente na região sul do país desde 1979, como a ocupação da Fazenda Macali e o acampamento Encruzilhada Natalino, ambos no município de Ronda Alta-RS. A ocupação da Fazenda Annoni em Sarandi-RS em 1985, primeira ação organizada sob a bandeira do MST, com a participação de 7 mil trabalhadores(as), são alguns dos marcos

desta luta. O MST aparece no cenário político com novas características do movimento campestre, pelo fato de ter nas ocupações sua principal ação reivindicativa e com a proposta de ser um movimento de abrangência nacional. O MST é concebido em 1984, nas palavras da professora Roseli Caldart “O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná.” (CALDART, 2004, p. 101).

A luta pela terra no município de Campo do Meio teve sua gênese em um contexto mais amplo da Questão Agrária brasileira na década de 1990, uma junção entre a conjuntura regional, nacional e internacional. No âmbito regional, a falência da Usina Ariadnópolis em 1996 acende a faísca necessária para articulação que resultou na tomada das terras pelos trabalhadores(as) rurais, um enorme latifúndio ocioso, salários atrasados, dívidas milionárias. Na região, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) acompanhavam as negociações salariais e haviam se estabelecido como importante instrumento de combate ao trabalho análogo à escravidão, muito recorrente nas fazendas cafeeiras do Sul de Minas, repletas de migrantes oriundos de outras regiões do estado e do país para colheita do café todos os anos.

Em nível nacional, o campo brasileiro estava em ebulição. O Pontal do Paranapanema, na região oeste paulista, era um dos maiores focos dos conflitos agrários entre latifundiários e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A região norte brasileira presenciou dois massacres contra camponeses sem terra em um período de dois anos, o “Massacre de Corumbiara” no estado de Rondônia (RO) em 9 de agosto de 1995 e o “Massacre de Eldorado dos Carajás” ocorrido em 17 de Abril de 1996 no estado do Pará (PA), resultando na morte de 21 camponeses. A classe trabalhadora urbana estava em um momento de refluxo organizativo, as reformas Neoliberais implementadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) desmontavam em sua lógica privatista as empresas públicas brasileiras, desemprego e fome eram constantes.

A conjuntura internacional era de avanço a nível mundial de implementação do Neoliberalismo e das diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). O fim da experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) causaram impactos significativos nas organizações de esquerda em todos os continentes, objetivos e subjetivos, levando um intelectual conservador a saudar a vitória do capitalismo e decretar o “Fim da História”. Todavia, naquele período as organizações campestres e indígenas

ressurgem como uma das forças principais de resistência aos avanços neoliberais, a exemplo da “Via Campesina”, uma articulação global de movimentos sociais estabelecidos no campo constituída na década de 1990 (COCA, 2016), o surgimento e aparição em 1994 do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) de composição indígena da região de Chiapas no México, além do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Essa resistência campesina e indígena é ressaltada pelo sociólogo Michael Lowy “Outras lutas – sobretudo com base social no campo – exprimem, no curso dos anos 1990, uma contestação radical da ordem social” (LOWY, 2012, p. 62).

Neste aspecto, a situação dos trabalhadores(as) da Usina Ariadnópolis era de desalento, travando um embate com o “Grupo Vanguard”, administradores do empreendimento, para receber salários e direitos fundamentais. As notícias que encontramos informam um cenário precário já nos anos de 1992 à 1993, ou seja, alguns anos antes da falência definitiva, demonstrando a grave crise que passava a Usina. O boletim de notícias “Assembleia Informa” vinculado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), destaca em sua edição de 12 abril de 1993<sup>29</sup>, uma visita realizada ao município de Campo do Meio-MG para inspecionar a situação em que encontravam-se os trabalhadores(as) da Usina Ariadnópolis. Conforme a notícia, uma “Comissão Especial da Assembleia” (Figura 3) visitou a cidade para averiguar as denúncias de trabalhadores(as) sem receberem seus salários a meses, a empresa não recolhia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desde o 1989, não fornecia equipamentos de segurança e assistência médica para seus funcionários, além de um total de 1.200 trabalhadores(as) demitidos sem receberem seus devidos direitos.

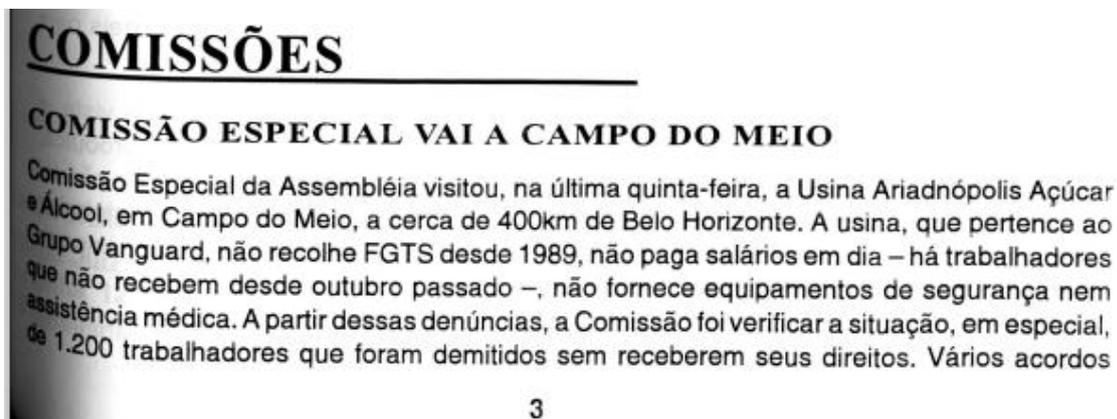
A notícia ainda destaca que o papel da Comissão Especial era dar suporte político e contribuir na mediação dos acordos realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores e a empresa, que havia descumprido acordos anteriores. A Comissão Especial deveria visitar, de acordo com a matéria, uma outra Usina canavieira pertencente ao “Grupo Vanguard” denominada Indústria Malvinas S/A, localizada no município de Bocaiúva-MG, com denúncia semelhantes de violações dos direitos trabalhistas. Na época, a “Comissão Especial da Assembleia” era composta por cinco deputados(as) estaduais e a visita ao município teve participação dos sindicatos locais, da Federação dos Trabalhadores na

---

<sup>29</sup> Ver: Boletim Assembleia Informa, N° 360, 12 de Abril de 1993. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/7923> . Acesso em: 25 mar. 2023.

Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e representantes do Ministério Público e da Secretaria de Agricultura.

Figura 3 - Recorte de notícia sobre a visita de Comissão Especial da ALMG



Fonte: Boletim Assembleia Informa, Nº 360, 12 de Abril de 1993, p. 3-4.

Portanto, notamos que desde o início da década de 1990 a Usina Ariadnópolis apresentava fortes sinais de crise, incorrendo em diversas violações trabalhistas, sem sinais de recuperação, situação que torna-se insustentável entre os anos de 1994 à 1996. Conforme relatado em outro estudo (LUCAS; VALE, 2014) após os trabalhadores(as) da Usina não receberem novamente seus salários, tem-se início uma greve de período prolongado<sup>30</sup>, a paralisação passa a ser acompanhada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizando reuniões e assembleias, buscando soluções e pensando propostas de ações, entre elas a ideia de ocupar as terras da Usina.

Entretanto, como não existia organização do MST na região, contatos foram articulados com a coordenação do movimento no estado, que se dispôs a deslocar militantes do Vale do Rio Doce para o Sul de Minas. Destacamos que essa prática de solidariedade, mas também de estratégia política, esteve presente desde o início da

<sup>30</sup> Importante ressaltar, existe uma lacuna muito grande nas informações sobre esta greve, de dias e datas, além de informações mais concretas. Infelizmente, a história dos trabalhadores muitas vezes se perde por falta de documentação das ações. Neste sentido, existe um estudo em finalização, com a utilização da História Oral sobre a greve na Usina, onde foram realizadas entrevistas e busca de documentação. Esse trabalho conta com a participação do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) da UNIFAL-MG

organização do MST em nível nacional, onde centenas de militantes percorreram o país e se estabeleceram fora de seus estados de origem para contribuir na organização e territorialização do movimento. De acordo com Fernandes (2001), a transferência de militantes para outras cidades, regiões ou estados, faz parte do que denominamos “trabalho de base”, uma prática dos movimentos socioterritoriais que contribui para a espacialização e territorialização da organização e da luta pela terra:

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E, dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. (FERNANDES, 2001, p. 54).

Com a chegada do MST no Sul de Minas, iniciaram os “trabalhos de base” no município e na região, ação desenvolvida geralmente com famílias de cidades pequenas, periferias de metrópoles, assalariados rurais, para o debate sobre a concentração fundiária e a alternativa da Reforma Agrária. No trabalho de base, são debatidos com as famílias os objetivos do encontro, quais interesses em comum unem as pessoas de determinada localidade, a identificação de sujeitos na condição de expropriados da terra, momentos que vão moldando e dando corpo à organização social, entre outras questões:

O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interação. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado. (FERNANDES, 2001, p. 55).

Desta forma, com a presença de militantes do MST na região e as articulações com os sindicatos para acompanhar as reivindicações dos trabalhadores da Usina Ariadnópolis, descobre-se uma outra fazenda no município que estava improdutiva. O MST se estabelece em Campo do Meio no ano de 1996, realizando sua primeira ocupação de terras na madrugada do dia 18 de novembro, na antiga Fazenda Jatobá, estabelecimento cafeeiro que estava abandonado e possuía dívidas ativas com o setor bancário. Com famílias de assalariados rurais da região, em sua grande maioria, foi organizada a

ocupação da fazenda improdutiva naquele ano “80 famílias camponesas – a maioria delas imigrantes que vinham todos os anos trabalhar como boias-frias na colheita do café - ocuparam a antiga Fazenda Jatobá” (MOREIRA, 2017, p. 223).

A ocupação da Fazenda Jatobá torna-se assentamento já em 02 de julho de 1997, recebendo o nome simbólico de Primeiro do Sul, com capacidade para 42 famílias em uma área aproximada de 888 ha. Uma desapropriação de certa forma rápida, visto o interesse dos antigos proprietários em saldar suas dívidas e receber uma vultuosa indenização (LUCAS; VALE, 2014), podendo também estar relacionada aos acontecimentos que seguiram após o “Massacre de Eldorado de Carajás” e toda repercussão nacional e internacional. (MOREIRA, 2017). A conquista do Assentamento Primeiro do Sul foi central à territorialização do MST e a luta por Reforma Agrária na região, após seu estabelecimento foram planejados os próximos passos à ocupação das terras da falida Usina Ariadnópolis.

De início os ex-trabalhadores da Usina Ariadnópolis, não aderiram à ocupação de terra, muitos ainda buscavam receber os salários atrasados, cenário que muda após 1997 com a continuidade do trabalho de base. No ano de 1998 ocorrem as primeiras ocupações nas terras da Usina, conforme informações coletadas, a primeira ocupação foi realizada em uma área denominada de “Colônia” ou “Coloninha”, que contava com algumas casas abandonadas, ocorrendo uma reintegração de posse após 30 dias. Entretanto, muitos estudos sobre o “Quilombo Campo Grande” não abordam esse fato, talvez devido ao pouco tempo de permanência da ocupação.

A ocupação das terras da Usina Ariadnópolis que causaria um maior impacto, portanto considerada a que abre o caminho às próximas ações, foi a ocupação numa área de aproximadamente 300 ha, durante o final do mês de Março de 1998, contando com a participação de mais de cem famílias, entre elas antigos trabalhadores(as) da Usina e pessoas da região, que dariam origem ao acampamento Girassol. A ocupação montou seus barracos de lona preta nas margens da Represa de Furnas<sup>31</sup> em uma faixa contínua,

---

<sup>31</sup> O município de Campo do Meio-MG tem seu território banhado pelas águas da Represa de Furnas, empreendimento energético desenvolvido pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek. As obras para construção das barragens e da Central Hidrelétrica iniciaram em 1958 e foram concluídas em 1963, contudo sua inauguração ocorre em 1965. A obra chegou a ser a maior da América Latina no período, represando principalmente o Rio Grande e parte do Rio Sapucaí, muitas cidades e vilas foram atingidas, levando ao deslocamento de milhares de pessoas na época.

estabelecendo suas lavouras nas terras da Usina, contudo em dezembro do mesmo ano seria realizado despejo daquelas famílias e a destruição de suas plantações:

Surgia, assim, o acampamento Girassol. No primeiro ano de acampamento as famílias já sentiram o preço que se paga por partirem para o enfrentamento político. Às vésperas do Natal do ano de 1998, as famílias que estavam produzindo em terras onde antes havia apenas o latifúndio sofreram uma ação de despejo, efetuada de forma truculenta, com os policiais destruindo as plantações e, na impossibilidade de resistirem, as famílias perderam o que haviam plantado. (LOURENÇO; VALE, 2012, p. 4-5.)

Deste modo, após o despejo do acampamento Girassol, algumas famílias desistem de retornarem à área, surgem divergências entre os acampados, uma parcela busca se organizar através da FETAEMG<sup>32</sup> e a área é reocupada pelos trabalhadores(as) em 1999. No mesmo ano, são retomadas as articulações políticas e os trabalhos de base, novas famílias se somam à luta, levando à ocupação e formação do segundo acampamento, organizado pelo MST, o acampamento Vitória da Conquista, contando com uma área de aproximadamente 200 hectares.

No ano de 2002, são realizadas mais ocupações de terra e formados novos acampamentos, com antigos trabalhadores(as) da Usina, famílias migrantes de assalariados rurais e outras oriundas das regiões metropolitanas do estado de São Paulo “Nesse contexto, o ano de 2002 foi um marco, uma vez que ocorreram cinco ocupações que culminaram na formação de mais cinco acampamentos: Tiradentes, Herbert de Souza (Betinho), Fome Zero, Resistência e Chico Mendes.” (LOURENÇO; VALE, 2012, p. 5).

A partir do ano de 1998 até os dias atuais, o MST avançou e ocupou praticamente todo o território da falida Usina Ariadnópolis (Mapa 2), formando 11 acampamentos que compõe o chamado “Quilombo Campo Grande”, que também é o nome da regional do MST no Sul de Minas. Assim, os onze acampamentos são: Herbert de Souza (Betinho), Resistência, Fome Zero, Girassol, Tiradentes, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Vitória da Conquista, Irmã Dorothy, Potreiro, Chico Mendes.

Nesses acampamentos vivem aproximadamente 459 famílias, com uma produção diversificada, que abordaremos em outro capítulo, muitas delas realizaram a transição à produção agroecológica, o café também merece destaque, parte comercializado pela

---

<sup>32</sup> Convém destacar que durante muitos anos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) esteve presente na organização de alguns acampamentos nas terras da Usina Ariadnópolis. Após o despejo realizado em 2009 a entidade se desarticula na região, levando o MST a reorganizar as ocupações dos acampamentos despejados.

Cooperativa Camponesa, com a marca “Guaii”. Em 2015 foi conquistada a energia elétrica nas áreas de acampamento, uma demanda antiga, o que possibilitou a significativa melhoria na qualidade de vida, depois de terem esse direito negado por tantos anos. O acampamento chegou a possuir uma escola, a “Eduardo Galeano”, que funcionou entre os anos de 2016 à 2019, desativada pelo Governo do Estado de Minas, foi destruída de forma criminosa na ação de reintegração de posse realizada em 2020, no entanto a escola está em processo de reconstrução em outra área do acampamento, contando com a solidariedade de diversas organizações nacionais e internacionais.

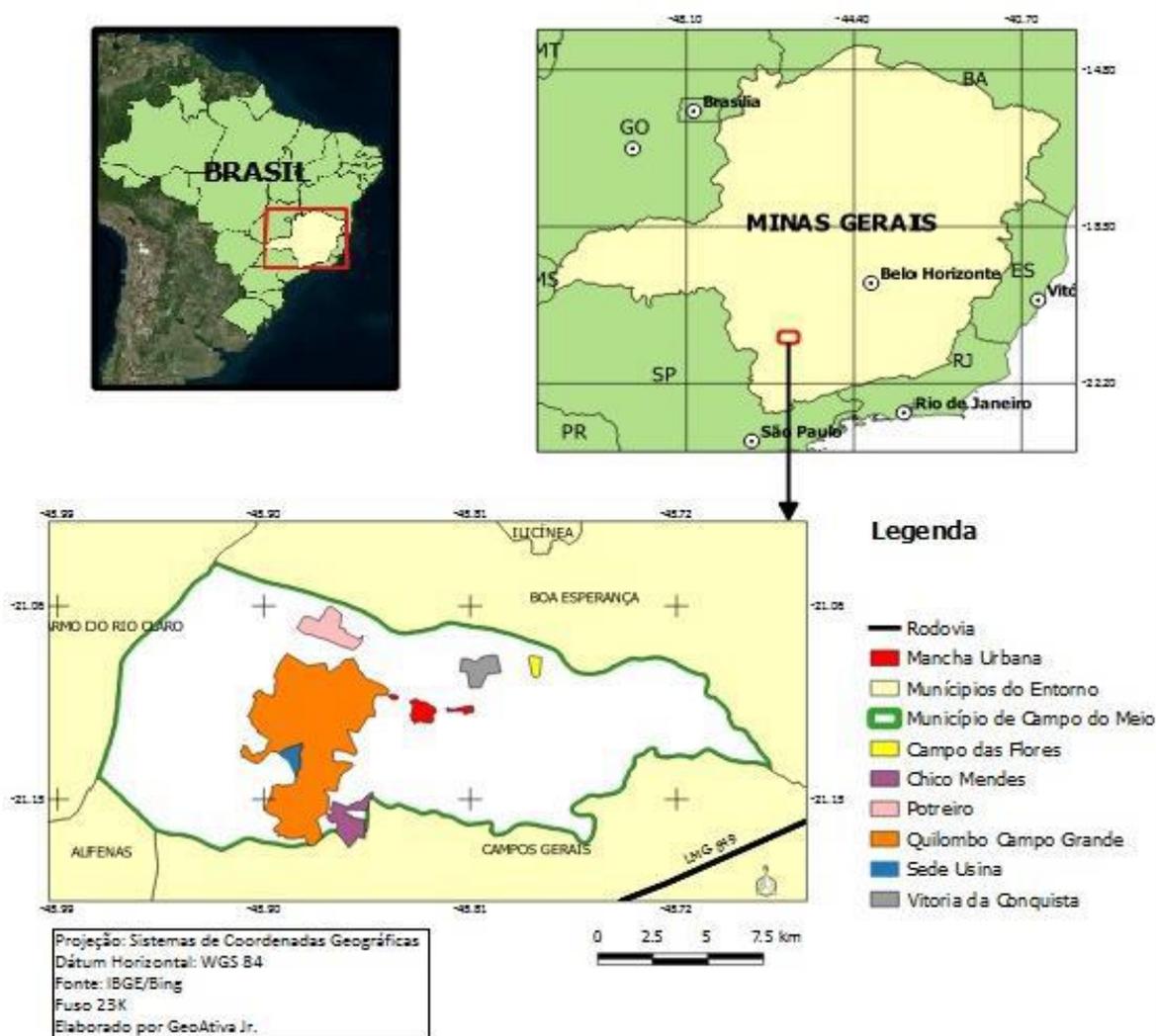
Além dos 11 acampamentos e do Assentamento 1º do Sul, a regional do MST - Quilombo Campo Grande é composta por outros dois Assentamentos. O Assentamento “Nova Conquista II” em Campo do Meio, com 12 famílias, criado em 07/02/2014, a única área desapropriada em todas as terras ocupadas da Usina Ariadnópolis, com 300 (ha). O Assentamento Nova Conquista II possui dentro de sua estrutura e espaço coletivo, um viveiro de mudas chamado “Terra de Quilombo”, com mudas de algumas variedades de café e diversas espécies de árvores nativas, contribuindo para o reflorestamento das áreas de acampamentos.

No município de Guapé-MG, está localizado o Assentamento “Santo Dias”, criado a partir da ocupação da fazenda Capão Quente, local onde funcionava a desativada Usina Dr. Passos Maia, latifúndio com uma área total de 5.000 (ha). A ocupação da fazenda foi realizada no dia 28 de outubro de 2002, um dia após Luiz Inácio Lula da Silva vencer o segundo turno das eleições presidenciais pelo Partido dos Trabalhadores (PT), chegando pela primeira vez à Presidência da República. O Assentamento Santo Dias conta com a presença de 40 famílias, possuindo uma área de aproximadamente 1788 (ha), foi transformado em assentamento em 12/05/2006, no local algumas famílias desenvolveram experiências significativas na produção agroecológica.

Desta forma, toda a experiência de luta e busca pela implementação da Reforma Agrária nas terras da falida Usina Ariadnópolis, foram geradas em um conflito agrário que se estende por duas décadas, neste período muitas ações de despejo ocorreram, trazendo grandes prejuízos materiais e imateriais para as famílias acampadas. O despejo realizado no ano de 2009 é lembrado pela violência de sua execução, um processo de desterritorialização que buscava acabar com a organização camponesa na região. No ano de 2020 outra ação de reintegração de posse é perpetrada, com um grande efetivo de forças policiais, ainda durante um período crítico da pandemia do Covid-19, esse despejo

trouxe uma repercussão nacional para o conflito no Quilombo Campo Grande, após três dias de resistência dos trabalhadores(as). Além da atuação contra o campesinato por parte dos antigos proprietários da Usina, o agronegócio representado pelo grupo econômico “Terra Forte” do setor cafeeiro, possui interesse nas terras em posse dos camponeses(as) para expandir suas lavouras de café, foram realizadas inúmeras tentativas de cooptação e ameaças, existem indícios desta empresa ser uma das principais financiadoras do conflito agrário em Campo do Meio-MG.

Mapa 2 - Localização do município de Campo do Meio-MG e das áreas de acampamentos do MST



Fonte: Elaboração Geoativa Jr. – UNIFAL-MG.

Nossos estudos buscam compreender a formação do campesinato na luta pela Reforma Agrária no território do acampamento “Quilombo Campo Grande”, nossas observações indicam a origem das famílias em três situações principais: a) antigos trabalhadores(as) da antiga Usina Ariadnópolis como parte das famílias acampadas; b) migrantes de diversas regiões, que estiveram relacionados à colheita do café no Sul de Minas Gerais; c) famílias oriundas da região metropolitana de Campinas-SP, muitas de regiões periféricas. Trabalharemos a partir da compreensão da recampesinização, para buscar entender quais são as dinâmicas e as determinações envolvidas entre as famílias ao retornarem à agricultura e outras na terra pela primeira vez, para tanto, vamos recorrer aos debates e interpretações sobre o Campesinato.

### 3 INTERPRETAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Nossa intenção com este capítulo é percorrer uma parte das interpretações e sistematizações realizadas acerca do Campesinato, um caminho longo que preveu o seu desaparecimento e destruição, a sua transformação e metamorfose em “Agricultor Familiar” ou um sujeito coletivo em constante mudança com a direção dos tempos. Uma questão é fato, são os camponeses(as) que acompanham a passagem dos anos como classe e permanecem na história com resistência e teimosia, diante das investidas do Capital sobre suas terras, corpos e vidas. Serão os camponeses não um agente do passado, mas também portadores de projetos futuros?

Neste aspecto, apresentaremos os elementos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e agricultura, seus impactos sobre o campesinato e a chamada “Questão Agrária”. Assim, buscamos localizar os desdobramentos iniciais das relações de produção capitalista no campo, a denominada “acumulação primitiva” e a “origem agrária do capitalismo”. Abordamos no texto, como foram interpretadas as mudanças engendradas pelo capitalismo na leitura de autores do chamado marxismo clássico, debatendo as ideias de dissolução do campesinato e diferenciação interna. A partir desses pontos, recorreremos ao conceito de regime alimentar, para compreender como as dinâmicas de acumulação de capital estão interligadas com a produção de alimentos em escala global, suas consequências para questão agrária e o campesinato.

A inserção do capitalismo e da indústria na agricultura reproduzem formas de exploração e subordinação do camponês, realizando a extração de trabalho excedente, indicaremos como essas apropriações ocorrem, através da noção de renda da terra e da desvalorização das mercadorias dos pequenos produtores. Pretendemos discutir a emergência do Neoliberalismo, a atuação das grandes corporações e empresas do agronegócio, destacando a vigência de processos de acumulação por espoliação.

Na última parte, realizaremos a exposição sobre as correntes teóricas que interpretaram o campesinato, através do chamado debate Paradigmático, apontando seus autores(as) e expondo as concepções do chamado Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), os dois modos de compreender a agricultura resultam em formas de ação e formulação de políticas públicas distintas.

### 3.1 OS CAMPONESES(AS) NO CAPITALISMO

No decorrer de nossos estudos apresentamos a concepção da “Questão Agrária” como elaborações que buscam compreender a organização “da posse, da propriedade e dos usos da terra” em diferentes sociedades e períodos, indicando esses fatores para a região do Sul de Minas Gerais. No entanto, uma outra conceituação corrente indicada para o termo descreve a Questão Agrária como “[...] problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo na agricultura, em cujo o centro dos debates está a relação entre o capital e o campesinato [...]” (FELÍCIO, 2014, p. 17). Ainda, do ponto de vista dos movimentos políticos da esquerda europeia, em suas formulações iniciais sobre os camponeses “Na virada do século XX, a questão agrária referia-se à política de transição capitalista na agricultura, especificamente como a classe camponesa interpretaria seus interesses em uma época de transformação.” (MCMICHAEL, 2016, p. 93).

O primeiro exemplo “clássico” da transformação capitalista na agricultura foi a Inglaterra. No seu trabalho “O Capital”, Karl Marx no livro I capítulo XXIV intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” desenvolve uma leitura histórica de como teria ocorrido em solo inglês a separação, diga-se violenta, dos camponeses de seus meios de produção, suas terras. Conforme a definição do autor “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” (MARX, 1996, p. 340). Todavia, para Marx a acumulação receberia a caracterização de “primitiva” pois representaria uma fase da “Pré-história” do capital. A chamada acumulação primitiva tornou os camponeses “livres como pássaros”, condição essencial para que a “relação-capital” se estabelecesse “Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem” (MARX, 1996, p. 340). Ainda, sobre acumulação primitiva:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX, 1996, p. 341-342).

Nesse sentido, Marx reconhece ao longo da história outros exemplos possíveis de acumulação primitiva, em outras regiões do mundo, mas compreende que na Inglaterra ela estabelece sua forma “clássica”, por ter possibilitado o impulso do desenvolvimento pioneiro do capitalismo como modo de produção hegemônico. No mesmo texto, Marx (1996) descreve como esse processo ocorre, através da abolição das relações de servidão como resquícios do Feudalismo e a expulsão dos camponeses das terras dos senhores a partir do século XV, posteriormente a transformação das terras de agricultura em pastos para criação de ovelhas, o “roubo parlamentar” de terras através da aprovação da lei Bills for Inclosures of Commons (leis para o cercamento da terra comunal), que possibilitou o aumento dos arrendamentos de grandes latifundiários e conseqüentemente a expropriação de terras comunais camponesas (de uso comum) finalmente o nomeado “clareamento” que significou “O último grande processo de expropriação dos lavradores da base fundiária é finalmente a assim chamada Clearing of Estates (clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos).” (MARX, 1996, p. 352).

Em paralelo, conforme Marx, nota-se um aumento em toda Europa Ocidental de uma legislação punitivista que buscava disciplinar a população expropriada de suas bases de sobrevivência, leis de rebaixamento de salários, proibição de organização dos trabalhadores, condenando a castigos físicos, prisão e até a morte por crimes de mendicância e/ou vagabundagem “Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers.” (MARX, 1996, p. 356). Sobre a legislação em questão:

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX, 1996, p. 358).

O caminho dos debates estabelecidos sobre o desenvolvimento do capitalismo e a agricultura a partir da década de 1950 em diante, gerou uma profunda discussão entre estudiosos(as), principalmente entre autores marxistas, sobre as origens da transição do feudalismo para o capitalismo. Os questionamentos foram sobre quais fatores que levaram à transição entre os dois períodos, em resumo destacamos: a) foram oriundas de contradições internas do próprio feudalismo, entre senhores e camponeses, portanto com origem no campo, b) ou as transformações que impulsionaram o capitalismo derivavam

de fatores externos, particularmente a expansão do comércio<sup>33</sup>. Em 1999, a historiadora marxista Ellen Meiksins Wood publica um estudo sobre o tema<sup>34</sup>, realizando um balanço dos debates anteriores, mas elaborando complementos e contribuições, indicando em seu livro a defesa da tese sobre a “Origem Agrária do Capitalismo”.

Em sua argumentação Wood (2001) descreve a tendência de visualizarmos a origem do capitalismo através das cidades, com suas dinâmicas de intercâmbios e comércio, que “naturalmente” através de uma maior expansão comercial desenvolveu os germes do capitalismo. Conforme a autora, essa concepção contribui para a naturalização do capitalismo, escamoteia sua singularidade como forma social historicamente específica, portanto o correto seria indicar que o capitalismo “não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana.” (WOOD, 2001, p. 77). Essa origem não estaria relacionada com a expansão da troca ou escambo “mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza.” (WOOD, 2001, p. 77), no caso a agricultura e os camponeses(as).

A relação entre as sociedades e a agricultura ocorre durante milênios, havendo a divisão nesses períodos de quem trabalha a terra e os que se apropriam dos excedentes, sendo os camponeses(as) em sua maioria os produtores diretos, que permaneciam de posse dos meios de produção. A apropriação dos excedentes de produção era realizada por meios “extra-econômicos”, como apontou Marx, através de impostos, tributos, pela coerção direta de senhores de terra e/ou do estado. Conforme as indicações da historiadora Ellen Wood:

Essa é, portanto, a diferença básica entre todas sociedades pré-capitalistas e o capitalismo. Ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria, seja na agricultura. Somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo o trabalho excedente é apropriado por meios puramente “econômicos”. (WOOD, 2001, p. 77-78).

---

<sup>33</sup> A primeira posição estava embasada principalmente nas formulações do historiador econômico Maurice Dobb e a segunda representada nas elaborações do economista Paul Sweezy.

<sup>34</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver: WOOD, Ellen Meiksins. A Origem do Capitalismo. Tradução, Vera Ribeiro; apresentação, Emir Sader. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

A separação dos produtores diretos (camponeses) dos seus meios de produção (a terra), como descrevemos nas análises de Marx, tornou os trabalhadores “livres como um pássaro”, prontos para vender a única coisa que lhes restam, sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário, possibilitando a apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas, sem uma coação direta (WOOD, 2001). Essa relação, onde o trabalho como capacidade produtiva é apropriado, encontra sua mediação no Mercado, não mais como apenas um lugar de compra e venda, mas que se tornaria o regulador de praticamente toda produção “No capitalismo, entretanto, o mercado tem uma função distintiva e sem precedentes. Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado.” (WOOD, 2001, p. 78), o próprio trabalho e o capital são dependentes do mercado para sua reprodução. Portanto, trata-se de uma outra configuração de mercado, diferente do encontrado em outras épocas e lugares, que de acordo com Wood (2001) vão apresentar imperativos como a competição, a acumulação e a maximização do lucro. E a atividade que essa lógica teve sua gênese e primeiros impulsos foi na agricultura:

Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante e regulador principal da reprodução social. A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupõe sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. (WOOD, 2001, p. 78).

A “Origem Agrária do Capitalismo” ocorre em um local específico, a Inglaterra, que por uma série de pressupostos singulares possibilitaram que o capitalismo se iniciasse e desenvolvesse suas bases, modificando completamente a lógica da produção agrícola e a forma de propriedade da terra. Entre esses fatores, a Inglaterra apresentava no século XVI uma monarquia consolidada e centralizada, uma rede de estradas pelo país, a cidade de Londres tornou-se a maior da Europa e centro de um mercado nacional em expansão. Por outro lado, nota-se a concentração cada vez maior de terras por latifundiários, com apoio do parlamento e do Estado para extinguir os direitos consuetudinários de posse e propriedade da terra, grande parte da estrutura fundiária inglesa passa a ser explorada com mais intensidade por arrendatários.

Neste aspecto, Ellen Wood (2001) descreve que os grandes proprietários de terras, passam a buscar com os arrendamentos a extração de uma renda cada vez maior, não mais pautada simplesmente em mecanismos extra-econômicos, mas por imperativos de

mercado e padrões de produtividade, onde uma produção não rentável poderia significar a perda da terra, nas palavras da autora:

Quanto aos arrendatários, eles ficaram cada vez mais sujeitos não só as pressões diretas dos grandes proprietários, mas a imperativos de mercado que os obrigavam a aumentar a produtividade. Na Inglaterra, os arrendamentos assumiram várias formas e houve muitas variações regionais, mas um número crescente ficou sujeito a aluguéis pagos em dinheiro – aluguéis fixados não por padrões legais ou consuetudinários, mas pelas condições do mercado. Havia, de fato, um mercado de arrendamentos. Os arrendatários eram obrigados a competir não só no mercado de consumidores, mas também num mercado de acesso à terra. (WOOD, 2001, p. 84).

Nesta dinâmica, as forças do mercado e a intervenção coercitiva direta, são responsáveis na Inglaterra deste período por acelerar a expropriação dos produtores médios e os camponeses, criando uma grande massa de não proprietários e assalariados, além de uma estrutura fundiária concentrada, resultando em uma sociedade rural composta na tríade “latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados, e com o crescimento do trabalho assalariado, as pressões para aumentar a produtividade da mão-de-obra também se intensificaram.” (WOOD, 2001, p. 86). Portanto, os desdobramentos desse processo de intensificação da exploração do trabalho foi o estabelecimento de uma agricultura com altos índices de produtividade, que supria as necessidades de uma crescente população não dedicada às atividades agrícolas e um mercado interno em expansão, ao mesmo tempo criando uma massa de futuros trabalhadores assalariados “Foram esses os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês” (WOOD, 2001, p. 86).

Por último, vamos nos deter nas modificações da agricultura inglesa pelo que seus contemporâneos chamavam de “melhoramento” da terra e produção, transformações práticas e teóricas que vão possibilitar a ascensão da “propriedade privada” como modo dominante no campo inglês, posteriormente no mundo. Assim, os proprietários e arrendatários de terras inglesas, em um cenário de agricultura competitiva, passam a trabalhar novas técnicas de cultivo e manejo (outras eram reformulações de técnicas antigas), com a intenção aumentar a produtividade agrícola, buscando a intensificação do lucro. Esse processo, recebe o nome de “melhoramento”, com o tempo esse termo torna-se de uso corrente no âmbito da agricultura inglesa:

“No século XVII, a palavra “melhorador” [*improver*] estava solidamente estabelecida na língua, para se referir àquele que tornava a terra produtiva e lucrativa, especialmente cercanda-a ou tornando cultiváveis as terras abandonadas.” (WOOD, 2001, p. 88-89).

Conforme Ellen Wood (2001), surge na Inglaterra diversas referências bibliográficas que versavam sobre técnicas e benefícios do “melhoramento”, recebendo atenção das sociedades científicas da época. Entretanto, essas inovações não decorreram a princípio de avanços tecnológicos significativos, mas de aprimoramento de técnicas de cultivo, muitas delas antigas e usadas pelos camponeses, como: rotação de culturas, alternância de períodos de cultivos com terras em pousio (descanso), drenagem de pântanos e terras aráveis, entre outras técnicas. Todavia, o “melhoramento” não significou apenas o aperfeiçoamento de métodos e técnicas “Significava, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções de propriedade.” (WOOD, 2001, p. 89), que para se realizar em sua plenitude de acumulação e lucro, deveria eliminar as obstruções representadas pelas formas tradicionais de acesso à terra e os direitos consuetudinários das comunidades camponesas, em suma “Em todos esses casos, as concepções tradicionais de propriedade tiveram que ser substituídas por novas concepções capitalistas de propriedade – não apenas como “privada”, mas como *exclusiva*.” (WOOD, 2001, p. 90).

O capitalismo agrário em crescimento, buscando transpor as propriedades tradicionais e comunitárias da terra, impondo a propriedade privada e exclusiva como parâmetro, encontrou suas formulações e justificativas, entre outros autores, principalmente na teoria sobre a propriedade do filósofo inglês John Locke (1632-1704). A obra em questão que Locke aborda o assunto foi escrita em fins do século XVII, trata-se *Segundo Tratado Sobre o Governo* “Vale a pena examinar sua tese mais de perto pois nenhum outro trabalho é mais emblemático do capitalismo agrário em ascensão.” (WOOD, 2001, p. 92).

De acordo com Ellen Wood, o filósofo inicia com a proposição de que Deus concedeu a terra em comum para todos os homens, mas os indivíduos passaram a possuir a propriedade das coisas em particular “Na verdade, escreve ele, essa propriedade individual privada é um direito natural, concedido por Deus” (WOOD, 2001, p. 92). Os homens possuidores de si e de seu trabalho, conseguem o direito à propriedade quando juntam seu trabalho a terra, modificando ela em seu estado natural. A primeira vista, essa concepção de trabalho pode parecer ter algum sentido, contudo a tese de propriedade de John Locke está vinculada aos pressupostos do “melhoramento” que descrevemos antes “O Tema que perpassa o capítulo é que a terra existe para se tornar lucrativa e produtiva, e é por isso que a propriedade privada, que emana do trabalho, suplanta a posse comum”

(WOOD, 2001, p. 93). Em sua argumentação, Locke chega a comparar e indicar valores às terras não cultivadas das Américas com as áreas produtivas da Inglaterra, indicando que as populações indígenas dessa forma não extraem o lucro da natureza, os pressupostos que podemos observar neste tipo de raciocínio são de caráter colonialista e justificam a apropriação das terras, inclusive as próprias expropriação das terras comunais na Inglaterra, como observa Ellen Wood:

O que Locke pretende dizer, e que, não por coincidência, está impregnado de um desdém colonialista, é que a terra não melhorada é um deserto, donde qualquer homem que a tire da posse comum e se aproprie dela – retire terras da área comunal e as cerque – para melhorá-la, está dando algo à humanidade, e não retirando.” (WOOD, 2001, p. 93).

A concepção de trabalho e propriedade de Locke estão relacionadas com sua capacidade de auferir lucros, com ênfase na produtividade de ambos “Ao fundir o trabalho com a geração do lucro, Locke talvez tenha-se tornado o primeiro pensador a construir uma teoria sistemática da propriedade a se basear em algo semelhante a esses princípios capitalistas” (WOOD, 2001, p. 95). No entanto, sua teoria não leva em consideração e nem diferencia que grandes latifundiários empregam e apropriam-se do trabalho alheio na agricultura, ou ainda, essa concepção difere e muito da necessidade campesina de possuir a terra e dela reproduzir sua existência através do trabalho familiar. Mas de fato, essa visão e teoria da propriedade, somados com todos os fatores que descrevemos no decorrer do texto, ajudou a consolidar a propriedade privada como forma dominante de acesso à terra na Inglaterra e posteriormente em outras partes do mundo.

Nos detemos de forma um pouco mais demorada no exemplo da Inglaterra, por alguns motivos. Em primeiro lugar, como local que se apresentou a chamada “Acumulação Primitiva” em sua forma “clássica” nos dizeres de Marx, a separação dos produtores diretos camponeses dos seus meios de produção, a substituição por arrendamentos capitalistas, a disseminação do trabalho assalariado, conjugado com uma série de fatores que apresentamos, levariam à “Origem Agrária do Capitalismo”. As formas de dominação do capital na agricultura podem seguir outros caminhos, mas como observa Teodor Shanin (2005), quando necessário ao desenvolvimento do capitalismo as populações camponesas podem estar sujeitas a “um tipo de ‘acumulação primitiva’ permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros.” (SHANIN, 2005, p. 9), ou ainda, em sua versão contemporânea e mais

complexa uma “Acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004) pode ocorrer, como abordaremos mais adiante.

Em segundo lugar, as práticas e concepções sobre o “melhoramentos” da agricultura na Inglaterra e o advento da propriedade privada como forma dominante de acesso à terra, parecem ecoar até os dias atuais, quando a agricultura capitalista vangloria-se de “altos índices de produtividade” e lucratividade, dos “melhoramentos” genéticos das sementes e plantas (transgênicos), defensivos agrícolas de última geração (agrotóxicos), entre outros aspectos, vistos como a face moderna da agricultura em contraposição à agricultura camponesa, taxada de atrasada e pouco rentável. Uma outra faceta desta concepção da teoria da propriedade privada, refere-se por exemplo, a visão das terras indígenas brasileiras como território “vazio” no sentido capitalista, com potencial para a atuação lucrativa (predatória) da mineração ou da pecuária bovina, da monocultura da soja e a exploração madeireira, entendimento compartilhado por grande parte dos latifundiários e do atual agronegócio<sup>35</sup>.

Por fim, a ideia da propriedade privada, na direção da teoria de John Locke, como algo “sagrado e inviolável”, foi difundida entre a sociedade e a população, desde do senso comum até o discurso da grande mídia corporativa, protegida pela justiça e pelo aparato militar, defendida em livros e por intelectuais, onde qualquer enfrentamento ou problematização desta lógica são vistos como uma ameaça. Por exemplo, se trabalhadores rurais e camponeses sem terra “invadem” (ocupam) uma propriedade improdutiva ou grilada por latifundiários, questionando a função social e constitucional da propriedade e da terra, ou se trabalhadores urbanos em situação de vulnerabilidade social decidem ocupar imóveis abandonados ou grandes terrenos destinados à especulação imobiliária em cidades metropolitanas, as vozes defensoras do “direito sagrado” da propriedade privada são mobilizadas por todos os lados, resultando em criminalização da luta social, prisões e perseguições jurídicas, despejos e reintegrações de posses com o uso desmedido da força militar, em muitos casos a violência e os assassinatos.

---

<sup>35</sup> O geógrafo Paulo Alentejano, trabalha com a compreensão do Agronegócio através da definição de Guilherme Delgado, porém acrescenta o papel que cumpre a grande mídia empresarial na defesa deste modelo de agricultura, descreve Alentejano “O agronegócio foi definido por Delgado (2006, p.1) como uma ‘associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado’. Consideramos importante acrescentar a essa definição a sustentação político-ideológica da grande mídia empresarial - não à toa, os grandes grupos empresariais da mídia integram a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).” (ALENTEJANO, 2020, p. 356).

O caminho que o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra havia destinado para o campesinato inglês foi trágico, influenciando as elaborações de Karl Marx por um grande período de sua vida, vinculado com suas críticas à atuação política do campesinato francês, colaboraram para a visão crítica que o autor dedicou aos camponeses. Contudo, considerando o autor e obra em seu tempo, destaca Shanin “O insight e a inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses são, em grande parte, os de um europeu da Europa Central (com conhecimento das línguas e a tradição da Europa Oriental), situado no meio inglês de um capitalismo “descamponesado”. (SHANIN, 2005, p. 6). Esses elementos, conjugados, levaram Marx a avaliar por um longo tempo, que o futuro reservado para campesinato seria a dissolução das unidades de produção camponesas.

Todavia, nas últimas décadas pesquisadores(as) da obra do pensador alemão fizeram um retorno às suas formulações com novas fontes, textos até então inéditos de Marx, concentrando-se nos escritos do seu último período de vida, o que alguns autores tem denominado de “Velho Marx” ou “Marx Tardio” (SHANIN, 2017). Esse período, corresponde ao crescente interesse de Marx a partir da década de 1870 aos estudos das “periferias do capitalismo” ou “sociedades em desenvolvimento”. Neste caso, a particular atenção às experiências das organizações revolucionárias da Rússia e a relação desses movimentos com o campesinato. Deste modo, no seu último período de formulação, Marx não realizou publicações de seus estudos, mas deixou um rico material com milhares de anotações e rascunhos de suas sistematizações, a recuperação desses trabalhos e sua posterior publicação geraram grandes debates entre os estudiosos(as), mas o fato é que nota-se uma mudança na compreensão de Marx sobre os camponeses e as periferias do capitalismo. Assim, observando o conjunto da obra de Marx podemos notar como suas avaliações sobre o campesinato “diferem no tempo e contexto”, conforme descreve o pesquisador Teodor Shanin:

A utilização e as ênfases diferem no tempo e no contexto. Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no *Grundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. (SHANIN, 2005, p. 15).

Nos últimos anos, esse retorno aos escritos do “Marx Tardio” tem possibilitado um aprofundamento sobre outras dimensões das elaborações do autor, como a divulgação de pesquisas que abordam as perspectivas ambientais e ecológicas do pensamento de Marx. Sobre o campesinato, é interessante notar que no começo da década de 1980 em

sua obra “Os Camponeses e a Política no Brasil”, o sociólogo José de Souza Martins (1995) destaca em uma passagem do livro a relação de Marx com os grupos revolucionários russos da organização “A Vontade do Povo”, denominados em alguns textos como “Amigos do Povo”, também chamados genericamente de “populistas”. O professor José de Souza Martins comenta a posição de Marx e dos populistas sobre os camponeses russos:

Já os populistas entendiam que a transformação social podia ocorrer sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político. Aliás, Marx, numa carta de 1881 a uma populista russa, havia apoiado a posição dos populistas, que após a leitura d’*O Capital* humildemente entraram em dúvidas a respeito de suas próprias posições sobre o papel histórico dos camponeses na passagem para o socialismo. (MARTINS, 1995, p. 15).

O amadurecimento no pensamento de Marx em relação ao campesinato, também decorre da compreensão que o processo histórico do desenvolvimento capitalista poderia ocorrer em diversas direções, de forma “multilinear” ao invés de uma concepção “unilinear”. Neste ponto, os pesquisadores Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina (2005), indicam essas transformações nas análises de Marx a partir do contato com a realidade russa:

Como já assinalamos, nos últimos dez anos de sua vida, e motivado pela riqueza que adquire na Rússia os debates populistas em torno do primeiro tomo de *O Capital*, Marx aprende russo e, sob a influência desses debates, se introduz na análise do campesinato no processo histórico. E, ao fazê-lo, retoma os problemas colocados em seus esquemas de esclarecimentos sobre a evolução das sociedades como crítica à Economia Política. Segundo mostra Shanin e seus colaboradores na sua análise do último Marx, este parece chegar a aceitar um evolucionismo multilinear do processo histórico, assim como a coexistência de distintas formas de exploração na estrutura socioeconômica de uma determinada sociedade, abrindo com isso imensas possibilidades para o estudo dos processos que têm lugar na agricultura. (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 48).

Desta forma, na obra “Marx Tardio e a Via Russa” o professor Teodor Shanin e outros autores (2017), retornam aos escritos de Marx em seus últimos anos de elaboração teórica e seu interesse aos temas que descrevemos acima. Conforme relata Shanin (2017), quatro eventos contribuíram para o aprimoramento das formulações políticas e teóricas de Marx no período, são eles: a) a experiência revolucionária de poder direto da classe trabalhadora na Comuna de Paris (1871); b) o avanço das ciências sociais através dos estudos da “pré-história” e da etnografia; c) o surgimento de pesquisas sobre sociedades

rurais não capitalistas inseridas em um contexto de expansão do capital; d) o contato de Marx com a realidade das comunidades camponesas e a atuação do populismo revolucionário na Rússia.

O crescente interesse de Marx sobre a realidade russa através das formulações de intelectuais radicais daquele país, sua correspondência com os membros do agrupamento “A Vontade do Povo”, o levam a reavaliar suas posições acerca do “desenvolvimento desigual” do capitalismo e o papel das comunidades camponesas. Os populistas russos, direcionaram durante um período parte de seu trabalho político para o campesinato, acreditavam na força da comuna rural russa em um processo de transformação social, uma estrutura social que deveria ser preservada. Em interlocução com os grupos populistas, Marx reavalia o potencial do campesinato e da comuna rural, suas formas de trabalho coletivo, distribuições individuais e coletivizadas de terras, uma formação que deveria servir de ponto de partida para uma forma de organização superior após um levante revolucionário. Portanto, toda uma década de estudos e formulações, impactaram decisivamente para transformações das posições de Karl Marx sobre diversos temas, como por exemplo a questão do colonialismo, estas e outras mudanças são sintetizadas em alguns pontos por Shanin:

Marx modificou suas posições a partir de 1873-1874, período de intensos contatos com intelectuais, revolucionários e escritores russos, mas o fez de forma mais clara e consciente a partir de 1877. Ele aceitou a multiplicidade de caminhos também dentro de um mundo onde o capitalismo existia e se tornava uma força dominante. Isso significa: a) uma antecipação de futuras histórias das sociedades como necessariamente desiguais, interdependentes e multilíneas no sentido “estrutural”; b) a consequente inadequação do modelo “progressivo” unilinear tanto para análises históricas quanto para julgamentos políticos com respeito ao melhor caminho pelo qual a causa socialista pode ser promovida; c) primeiros passos rumo a consideração da especificidade de sociedades a que nós chamamos hoje “sociedades em desenvolvimento”; e, nesse contexto, d) uma reavaliação do lugar do campesinato e de sua organização social no futuro processo revolucionário; e) um passo preliminar para uma nova consideração das coalizões das classes dirigentes e o papel do Estado em “sociedades em desenvolvimento”; f) um novo significado dado à descentralização do poder sociopolítico dentro da sociedade pós-revolucionária, na qual a renovação das comunas “arcaicas” pode ter papel importante. (SHANIN, 2017, p. 67).

Os impactos do desenvolvimento do capitalismo na agricultura no século XIX, tendo como parâmetro a via inglesa e sua análise na obra “O Capital” de Marx, influenciaram uma geração de militantes alinhados ao marxismo “ortodoxo” para a tendência aos processos de descampesinização. Todavia, a posição dos populistas revolucionários russos sobre o papel e a defesa do campesinato, foi duramente combatida

nessa época. Na perspectiva dentro dos círculos dos economistas acadêmicos e grande parte dos marxistas ortodoxos, a descampesinização era a regra, buscavam compreender de qual maneira e a que ritmo ela ocorreria “Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria.” (SHANIN, 2005, p. 7). As duas principais obras de referência para o debate marxista sobre o campesinato no período, com seus desdobramentos nas décadas seguintes, foram publicadas no ano de 1989, por dois destacados dirigentes do movimento socialista internacional: o livro “A Questão Agrária” de Karl Kautsky<sup>36</sup> e “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de Vladimir I. Lenin.

O livro de Kautsky “A Questão Agrária” obteve grande repercussão e dominou o pensamento marxista na época, com um conteúdo inovador em ideias sobre a problemática camponesa na Alemanha (SHANIN, 2005). As posições sustentadas pelo autor, estão relacionadas a inserção do capital e da indústria no campo, com a consequente proletarização dos trabalhadores rurais, mas esse processo de modernização agrícola não ocorreria de forma homogênea, entre a pequena e a grande propriedade, possuindo uma diferenciação técnica entre os complexos agroindustriais e a produção camponesa, que resultava na ampliação da diferença do valor agregado das mercadorias industriais e os valores dos produtos oriundos da agricultura camponesa (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2021). Entre outras questões Kautsky:

Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. A posição de Kautsky seguiu de perto e elaborou a apresentação de Marx do exemplo inglês/irlandês em O Capital, adequadamente generalizado e desdobrado. (SHANIN, 2005, p. 7).

O estudo de Lenin “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” escrito na virada do século XIX alcançou grande projeção nas décadas seguintes “Talvez o sucesso político de Lênin tenha sido responsável pela decisiva influência de sua contribuição a esse debate, no que cerne as posteriores gerações de marxistas.” (SHANIN, 2005, p. 7). As descrições teorizadas por Lenin em seu livro, também tinha um objetivo político

---

<sup>36</sup> O estudo de Kautsky foi elaborado no decorrer do ano de 1898, mas ao que tudo indica, publicado em 1899.

prático, combater as definições de setores populistas russos acerca do campesinato, disputando assim os rumos das organizações revolucionárias daquele país. As divergências entorno da tática e da estratégia da transformação social na Rússia, com o campesinato no foco do debate, estavam relacionadas sobre o grau de desenvolvimento do capitalismo no campo russo, que na visão de Lenin, estava completo a ponto de ter dissolvido a composição do campesinato clássico no país (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2021).

Portanto, para Lenin na época, havia desaparecido na Rússia a “economia natural” do campesinato dando lugar a uma economia tipicamente capitalista “A situação econômica e social em que hoje se insere o campesinato russo é da economia mercantil.” e completa “[...] o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: dependente dele tanto para o seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos” (LENIN, 1985, p. 112-113). O autor enfatiza que estava em pleno andamento na agricultura russa uma diferenciação de classe e interna no campo, com os camponeses pobres transformados em assalariados agrícolas e os camponeses ricos em capitalistas rurais, além da figura do “camponês médio” que dependendo da conjuntura poderia ser deslocado para um desses polos, mas com a tendência maior à proletarização “Assim ocorre um fenômeno especificamente próprio da economia capitalista: a eliminação dos componentes médios e a intensificação dos extremos – a “descamponização” (LENIN, 1985, p. 118). De forma breve, pode-se dizer que:

Para ele, eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista. A ênfase passa da produção para as relações mercantis. A polêmica pretendia atingir uma ala dentro do populismo russo, a qual acreditava que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa abortariam o desenvolvimento capitalista na Rússia. A lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais. O problema da diferenciação, seu caráter, sua velocidade e seus resultados políticos dominaram, subsequentemente, a análise das sociedades camponesas na III Internacional e nos movimentos comunistas do “Leste”. (SHANIN, 2005, p. 7).

Todavia, o desenvolvimento histórico e o papel do campesinato na Rússia foi em outra direção, os levantes populares de 1905 e a Revolução de 1917 contou com a participação preponderante das massas camponesas, não mais como expectadores da sua “desintegração”, mas como sujeitos do processo político. A experiência e os

desdobramentos desses acontecimentos refletem nas avaliações de Lenin no começo do século XX, que gradualmente modifica suas concepções sobre o função do campesinato no curso das transformações sociais, refletindo nas mudanças do programa agrário do Partido Bolchevique no período “Esta mudança subjaz e explica as modificações dos programas do partido em 1917, 1921 e foi mais firmemente expressa nos últimos momentos de vida de Lênin.” (SHANIN, 2005, p. 7). Essa mudança, pode ser encontrada em outros autores(as) que destacam a reavaliação de Lenin, embora esse processo tenha iniciado antes, sua posição consolida-se em 1917:

Quando da Revolução de 1917, Lenin – até então um ferrenho *descampesinista* – percebeu que sem o apoio das massas camponesas não seria possível uma revolução. Daí a união de bolcheviques e socialistas revolucionários em torno do lema *terra e paz* e a realização, pelos próprios camponeses, da reforma agrária na Rússia. Sob a administração de Lenin, o mundo camponês floresceu rapidamente, em especial na época da Nova Política Econômica (NEP), praticada no início da década de 1920. Vários populistas, ou socialistas revolucionários, ascenderam a altos cargos no novo regime soviético, desenvolvendo a ideia de se construir um regime trabalhista, de união de camponeses e operários. (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2021, p. 75).

Os pressupostos abordados por Lenin sobre a “diferenciação” interna e de classe do campesinato, foram considerados como inspiração metodológica para diversos estudos nas décadas seguintes. Como ressalta Shanin (2005), essas pesquisas realizadas em diversas regiões do mundo, apresentaram novas ideias e oportunidades, no entanto muitos autores marxistas também utilizaram-se da diferenciação camponesa como se fossem “leis da natureza”. Para Shanin, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, apresentava na realidade não um padrão de diferenciação, mas três tendências principais, podendo ocorrer simultaneamente “Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização” (SHANIN, 2005, p. 8). Portanto, o autor reconhece o papel da diferenciação na transformação capitalista da agricultura camponesa, seu significativo impacto, mas adverte sobre sua utilização como análise “As argumentações teóricas e fatuais, em seu favor, são válidas. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.” (SHANIN, 2005, p. 8).

Deste modo, recentemente foi publicado o estudo de Henry Bernstein (2011) intitulado “Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária”, que retoma os debates sobre a diferenciação de classes presentes na agricultura mundial. Em sua obra, Bernstein, apresenta dados e pesquisas sobre diversas localidades, buscando de forma comparativa,

um panorama geral sobre as mudanças e as diferenças entre os agricultores em escala global, uma reflexão pertinente e desafiadora. Entretanto, em sua concepção a palavra “camponês” e “campesinato” não deveriam ser utilizadas para as análises das sociedades contemporâneas, conforme o autor:

Na minha opinião, é melhor restringir as palavras “camponês” e “campesinato” aos usos analíticos e não normativos a dois tipos de circunstâncias: as sociedades pré-capitalistas, formadas principalmente por lavradores familiares de pequena escala [...] e os processos de transição para o capitalismo [...]. Com o desenvolvimento do capitalismo, muda o caráter social da agricultura em pequena escala. Primeiro, os “camponeses” se tornam pequenos produtores de mercadorias que têm que gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. [...] Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias estão sujeitos à diferenciação de classe. (BERNSTEIN, 2011, p. 8-9).

Em sua avaliação, Bernstein (2011) descreve que na atualidade a “mercantilização da subsistência” é uma das dinâmicas centrais do desenvolvimento do capitalismo, que na formação de classes, não existiria uma única “classe de camponeses” e nem de lavradores familiares “mas sim classes diferenciadas de lavradores capitalistas em pequena escala, pequenos produtores de mercadorias com sucesso relativo e mão de obra assalariada” (BERNSTEIN, 2011, p. 9). Desta forma, a linha teórica do autor, como indicamos, fica evidente durante toda a obra com a substituição da palavra “camponês” por “pequenos lavradores” ou “lavradores” em geral. Um contraponto à visão de Bernstein é apresentado por outro estudioso da questão agrária, Philip Michael:

Uma forma de compreender esse desfecho é explicá-lo como uma questão agrária do trabalho [...], considerando-se que o agronegócio triunfou globalmente, deixando uma grande reserva de mão de obra pelo mundo. No entanto, não fica claro o que isso significa para o aspecto da “questão camponesa” da questão agrária, a menos que se assuma que a zona rural é ocupada apenas por força de trabalho. Todos trabalham evidentemente, e o trabalho é uma categoria que transcende a história. O conceito de que a questão agrária é uma questão somente de capital e mão de obra pode bem ser o caso, em termos clássicos, mas isso não corresponde à realidade contemporânea. (MCMICHAEL, 2016, p. 106).

No entanto, um outro ponto que chama nossa atenção, são as caracterizações realizadas por Bernstein sobre os ativistas e pesquisadores que “tomam partido dos camponeses” na atualidade, descritos como “populistas”, diz o autor “A opinião de que a “eliminação dos camponeses” é uma coisa ruim está associada ao populismo.” (BERNSTEIN, 2011, p. 104) ou ainda, são “populistas agrários” como aparece no decorrer do livro. Contudo, esse argumento não é novidade, há algumas décadas o

professor José de Souza Martins indicava no debate brasileiro, a designação de “populista” para aqueles que se dedicavam ao estudo da problemática camponesa no país. Conforme descreve Martins:

Todo compromisso com as lutas camponesas passa, assim, a ser impugnado sob acusação de que tal compromisso é *populista*. Curiosamente, os autores que têm invocado essa designação extemporânea e estrangeira para depreciar a ação de grupos que assumem como legítimas as lutas camponesas não se dão o trabalho, como seria correto na atividade científica que declaram desenvolver, de *demonstrar* a legitimidade do seu uso e o acerto de sua invocação. (MARTINS, 1995, p. 15).

O período da segunda metade do século XIX foi marcado por grandes mudanças nas configurações de poder, dos estados e na geopolítica, o avanço das relações capitalistas de mercado para outras regiões do mundo impactou de maneira significativa a agricultura e os agricultores(as). O pesquisador Philip McMichael (2016), propõe uma reavaliação das posições de Lenin e Kautsky, diante das transformações que estavam em curso na economia mundial:

O ponto, contudo, é que a questão foi regida por teorias de mudança somente no setor agrário. Nos termos da questão agrária, o potencial político do campesinato era amplamente compreendido conforme sua iminente espoliação por processos capitalistas de mercado (Lenin, 1899) ou preservação (como um “proletariado camuflado”) em relações de arrendatários com grandes agricultores capitalistas (Kautsky, 1899). Em outras palavras, uma questão política era entendida em termos econômicos inadequados em abordagem – não só porque a esfera econômica era global, mas também porque era politicamente mediada. É onde a análise do regime alimentar torna-se útil para especificar as mediações políticas do mercado mundial com respeito a relações de terras e, por extensão, aos termos da questão agrária. (MCMICHAEL, 2016, p. 96).

Neste aspecto, para McMichael (2016) e outros autores(as), no final do século XIX estava consolidado o primeiro “regime alimentar” sob hegemonia da Inglaterra. Portanto, a partir deste período e utilizando a conceito de “regime alimentar” devemos compreender as mudanças nas composições de classes e na acumulação capitalista, centrados na produção em escala mundial de alimentos e por consequência seus impactos na questão agrária. O conceito de regime alimentar foi formulado inicialmente por Harriet Friedmann em 1987<sup>37</sup>, com o avanço das elaborações teóricas, os estudos sobre o tema

---

<sup>37</sup> O conceito foi desenvolvido na pesquisa de Friedman sobre a ordem alimentar internacional após a Segunda Guerra Mundial, com base na política de ajuda alimentar protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) como forma de disputa geopolítica no contexto da Guerra Fria. Um estudo sobre a questão agrária e o Estado Colonial, realizado por McMichael em 1984, sugeriu a ligação entre os dois períodos, na troca do Imperialismo Britânico pelo Estadunidense. (MCMICHAEL, 2016).

passaram a identificar como o papel da agricultura foi central na construção do Estado Moderno, abastecendo os complexos urbanos-industriais emergentes com alimentos e matérias primas, fortalecendo e estimulando a industrialização nacional (MCMICHAEL, 2016). Nesse ponto, o papel da oferta de alimentos de baixo custo para a classe trabalhadora é essencial, no sentido de garantir sua reprodução e reduzir salários. De acordo com a pesquisadora Yamila Goldfarb (2015), o foco das análises não é sobre o alimento em si, mas nas relações do capital com a alimentação e a agricultura. Sobre o regime alimentar, Goldfarb avalia:

O amadurecimento dessa noção permite compreendê-lo como um regime político de relações globais, uma vez que o alimento é intrínseco às relações de valor na medida em que é fundamental para a reprodução da força de trabalho. [...] O que se destaca é que a agricultura e a alimentação devem estar num plano central da análise pois são inseparáveis da reprodução da força de trabalho assalariada. (GOLDFARB, 2015, p. 14)

O estudo das formas que o regime alimentar adquire no tempo e espaço, permite a compreensão do próprio capitalismo em sua historicidade e espacialização, suas mudanças e dinâmicas de acumulação, o entendimento de um ilumina o outro, pode-se dizer que “Nesse Caso o conceito de regime alimentar é fundamental para desvendar não só transições e momentos estruturados na história das relações alimentares capitalistas, mas também a história do capitalismo em si.” (MCMICHAEL, 2016, p. 41). Para McMichael, o capitalismo em si é um regime alimentar, que para se reproduzir depende do alimento e da agricultura, sendo necessário a mercantilização de ambos, diz o autor sobre a temática:

Assim como o capitalismo, o regime alimentar assume várias formas históricas. Na realidade, o capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro, também insere ambos em uma lógica das estratégias de investimento. (MCMICHAEL, 2016, p. 36).

Os antecedentes da emergência de um regime alimentar, podem ser encontrados no período de expansão marítima desde o século XVI pelas monarquias e impérios europeus, o estabelecimento de colônias com características fundamentalmente agrícolas nas Américas e outras partes do mundo, reconfigurou o comércio mundial de alimentos, principalmente o de gêneros tropicais, como as mercadorias estimulantes (Café, tabaco, chá, açúcar) e outros(as), produzidas a base de mão-de-obra escravizada. A produção de

açúcar por exemplo, foi crescente e popularizado o consumo nos centros europeus “O açúcar passou de raridade em 1650 para artigo de luxo em 1750 e uma virtual necessidade por volta de 1850.” (MCMICHAEL, 2016, p 39). A mudança no papel do açúcar neste contexto, representou a ascensão do capital industrial e serviu como guia para mudança na política inglesa em direção ao imperialismo de livre comércio e um mercado mundial baseado no padrão-ouro internacional e na libra esterlina como moeda de referência (MCMICHAEL, 2016).

Assim, podemos considerar os antecedentes do regime alimentar quando o colonialismo “converteu regiões do mundo não europeu para a exportação de monoculturas, abastecendo Estados metropolitanos com vários produtos tropicais, foram, na melhor das hipóteses, predecessores do regime alimentar.” (MCMICHAEL, 2016, p. 40-41). O colonialismo e suas diversas faces de exploração e violência, como extermínio de populações nativas, pilhagens, o escravismo, também representou períodos de acumulação primitiva, como afirma Karl Marx:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1996, p. 370).

Desta forma, o primeiro regime alimentar (1870-1930) foi estabelecido com domínio da Inglaterra nas relações comerciais e nos mares, na segunda metade do século XIX. A ascensão de um regime alimentar foi possível pelo estabelecimento de preços administrados sobre produtos de primeira necessidade, nesse período o trigo foi a principal mercadoria “No final das contas, um regime alimentar envolve a submissão de rotas internacionais de produtos alimentícios a um preço de mercado administrado.” (MCMICHAEL, 2016, p. 41). A integração de regiões produtoras agrícolas com um mercado capitalista, com o domínio de preço único, mediados por relações de valor, foi preponderante “É esse efeito de preço que expressa o princípio organizacional central de determinado regime, visto que constitui poder de mercado para fins políticos.” (MCMICHAEL, 2016, p. 41). A atuação e o domínio do imperialismo inglês, no primeiro regime alimentar, pode ser descrita da seguinte forma:

O domínio britânico baseava-se em abrir mercados coloniais protegidos por potências rivais para o comércio mundial e assegurar um mercado global na forma mercantilista de um “sistema colonial” em grande escala, mas regido por uma ideologia de livre-comércio (“imperialismo de livre-comércio”). (MCMICHAEL, 2016, p. 96).

Na Europa, a revogação das Leis dos Cereais (Corn Law) possibilitou a entrada massiva de grãos produzidos nas Américas e na Ásia, com consequências para os agricultores locais “Quando os grãos inundaram os mercados europeus no final do século XIX, proprietários de terras, agricultores capitalistas e camponeses, sem distinção, enfrentaram uma queda de preços nos produtos agrícolas.” (MCMICHAEL, 2016, p. 90). Por outro lado, os agricultores das Américas e do sul global para garantir a sobrevivência em um contexto de grãos a preços baixos, recorriam a maior exploração da força de trabalho familiar e no aumento da produção, abrindo fronteiras e esgotando o solo, um modelo que demonstrou-se ecologicamente e economicamente insustentável nas décadas seguintes. Entretanto, essa agricultura de “fronteira” também gerou impactos desastrosos para os povos nativos “Nas planícies, pampas e florestas do hemisfério sul e da América do Norte, populações nativas foram desalojadas e/ou eliminadas para dar lugar a pastagens e cultivos de trigo.” (MCMICHAEL, 2016, p. 47). Uma série de fatores levaram a desarticulação do primeiro regime alimentar centrado na Inglaterra, entre esses motivos, a disputa imperialista dos países industriais por mercados que culminaria na primeira guerra mundial, a crise agrícola instaurada na Europa pela entrada de produtos agrícolas a preços baixos gerou um movimento protecionista entre países e agricultores, o colapso do padrão-ouro, entre outros pontos:

O fim da economia mundial centrada no modelo britânico no início do século XX resultou de uma acumulação de movimentos protecionistas contrários ao domínio de mercado (movimentos de classe e descolonização, associados à concorrência entre nações), no bojo do conflito nacional e imperial entre nações europeias e o colapso do padrão-ouro. A depressão econômica e o desemprego urbano após a Primeira Guerra Mundial, além de uma ampla crise agrícola na Europa provocada pelos grãos baratos do exterior, resultaram em um protecionismo disseminado. O nacionalismo econômico na Europa e o desastre ecológico de tempestades de areia nos Estados Unidos selaram o destino do modelo de fronteira da mineração do solo e o comércio liberal do regime alimentar. (MCMICHAEL, 2016, p. 50).

Deste modo, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995) em sua obra “Modo Capitalista de Produção e Agricultura”, compreende o período de transição do

século de XIX para o século XX como um momento de reestruturação do capital em nível internacional, da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A crise agrária instaurada na Europa, com a importação de produtos agrícolas a preços baixos e a exportação de produtos manufaturados com preços crescentes, gerou um desequilíbrio entre a agricultura e indústria, que obteve como resposta a intensificação do imperialismo. Todavia, para competir com a importação e os preços dos gêneros agrícolas, a agricultura europeia tornou-se mais intensiva “Produzindo mais, para recupera-se dos preços baixos, esse processo levou a superprodução, o que contraditoriamente provocou a baixa geral dos preços. Como desdobramento, caiu a renda fundiária.” (OLIVEIRA, 1995, p. 51). Portanto, o estabelecimento do capital monopolista marca o período da industrialização da agricultura, que será a forma dominante por todo o século XX, submetendo o processo produtivo agrícola, os agricultores em geral e os camponeses em particular:

Dessa forma, a agricultura sob o capitalismo monopolista desenvolveu-se na direção do aumento qualitativo da produtividade do trabalho, no rumo da baixa geral de seus preços, o que significa dizer que criou condições concretas para acumulação, no seio dos monopólios, sob sua forma industrial. [...] A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem de pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na circulação, onde é obrigada a vender sua produção a preços vis. (OLIVEIRA, 1995, p. 52).

No mesmo período, de consolidação do capital monopolista, corresponde ao estabelecimento do segundo regime alimentar com o predomínio dos Estados Unidos da América (EUA) nas relações agroalimentares em nível mundial. Como indicamos, a crise agrária europeia e o protecionismo econômico, as disputas imperialistas, os eventos climáticos registrados através de tempestades de areias nos EUA, a grande depressão econômica após 1929, além de duas guerras mundiais no começo do século XX, foram fatores que contribuíram à configuração de uma nova ordem mundial e alimentar, conduzida pelos Estados Unidos como a grande potência hegemônica no âmbito militar, econômico e político. O segundo regime alimentar, deve ser compreendido no contexto pós-guerra e de descolonização que ocorre em diversas partes do mundo, com os Estados Unidos conduzindo uma política de reconstrução das economias europeias através do “Plano Marshall” e de um programa mundial de “ajuda alimentar”, buscando estabelecer alianças e conter a influência e o avanço dos movimentos comunistas, em um cenário de Guerra Fria. As primeiras propostas elaboradas pela Organização das Nações Unidas

(ONU) para combater a fome e a insegurança alimentar, através de seu organismo FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), foram ignoradas pelos Estados Unidos, que estabeleceu seu próprio Programa Mundial de Alimentos, fazendo do alimento “uma arma de poder”, de acordo com McMichael:

O objetivo de “alimentar o mundo” referia-se a privações dos períodos colonial e pós-guerra por meio de uma política de contenção, tendo em vista que movimentos comunistas ameaçavam interesses ocidentais dentro e fora da Europa, onde a escassez de alimentos virou pretexto para fazer do alimento uma arma de poder. [...] Dessa forma, os Estados Unidos apropriaram-se de uma crise de direitos humanos para fins políticos (MCMICHAEL, 2016, p. 51).

Neste aspecto, conforme McMichael (2016) a base do regime alimentar centrado no modelo agroindustrial norte-americano, consistia em programas de estabilização de preços e produção de commodities (principalmente grãos), subsídios governamentais para agricultura e compras de excedentes de alimentos para administrar preços agrícolas, combinados com medidas protecionistas e restrições à importações, gerando excedentes agrícolas para um programa de ajuda alimentar.

O projeto de modernização da agricultura direcionado pelos Estados Unidos, foi centrado na denominada Revolução Verde, impulsionando a transformação de insumos industriais em agrícolas e a mecanização do campo. Esse modelo agroindustrial necessitava da “conversão da produção de nitrogênio dos tempos de guerra (para fabricação de bombas) em fertilizante inorgânico, que substituiu a técnica usada até então com leguminosas e esterco para fixação de nitrogênio.” (MCMICHAEL, 2016, p. 52), processo que acentuou a dependência da agricultura por combustíveis e energia. A divulgação e implementação de novas sementes híbridas, seria uma outra característica do pacote tecnológico oferecido pela revolução verde:

A então chamada revolução verde representou dimensões tanto nacionais quanto transnacionais do regime alimentar centrado nos Estados Unidos. Reciclou a retórica do “alimentar o mundo” ao promover novas variedades de alto rendimento de sementes híbridas (trigo e arroz) – dependentes de agroquímicos (pesticidas, herbicidas e fertilizantes), irrigação e mecanização – como essenciais à modernização agrícola. (MCMICHAEL, 2016, p. 57).

O segundo regime alimentar, também foi responsável pela modificação de “dietas alimentares” em outras regiões do mundo “Na área do consumo, o programa de ajuda alimentar introduziu dietas ao estilo norte-americano para outras culturas gastronômicas [...]” (MCMICHAEL, 2016, p. 56). Deste modo, uma outra vertente de acumulação foi

aberta com a industrialização e comercialização dos alimentos processados, principalmente a base de grãos, como relata McMichael:

A industrialização de alimentos abriu uma nova fronteira de acumulação na manufatura e no varejo de alimentos processados, com o melado de milho de alto teor de frutose, em especial, e outros adoçantes artificiais transformando o mercado de grãos, convertendo-o de simples produtos alimentares, como o pão, em matérias-primas de alimentos processados. (MCMICHAEL, 2016, p. 53).

Em relação ao campesinato, a modernização agrícola baseada no modelo norte-americano, visava transformar os agricultores em pequenos produtores de mercadorias e commodities “A modernização agrícola incluía uma oferta expandida de gêneros alimentícios para complexos urbanos em crescimento, bem como uma intensificação da agricultura para exportação oriunda dos tempos coloniais.” (MCMICHAEL, 2016, p. 103). No cenário da Guerra Fria, a questão agrária era vista com preocupação, pela influência que os movimentos comunistas poderiam exercer sobre as massas camponesas, levando muitos países a implementar reformas agrárias e fundiárias, como forma de integração ao mercado e conter ameaças de levantes camponeses “Reformas fundiárias de orientação capitalista procuravam reproduzir o modelo norte-americano de agricultura familiar, como uma estratégia de contrainsurgência da estabilização rural [...]” (MCMICHAEL, 2016, p. 103). Neste período no Brasil, o ímpeto da luta por reforma agrária pelos camponeses foi suprimido pela imposição de uma Ditadura Civil-Militar em 1964. A “resolução” à questão agrária pelos militares foi estabelecer uma política de colonização agrícola em áreas de fronteira, em detrimento da reforma agrária, como descreve o geógrafo João Cleps Junior:

A Reforma Agrária no Brasil tem como marco institucional a criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964). No Período Militar (1964-1984), em termos de políticas de Estado, a opção política adotada foi a colonização agrícola como estratégia para conter os movimentos de luta pela terra e assim promover a expansão agrícola na Amazônia e nos Cerrados. A modernização agrícola substituiu a política de redistribuição de terras e assim a questão agrária na década de 1960, seria “resolvida” pelo regime militar, direcionando os camponeses e os capitais para as regiões de fronteira, buscando ainda controlar e aliviar os problemas fundiários nas regiões de tensões sociais e de crise da pequena produção. (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 57).

### 3.2 FORMAS DE EXPLORAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995) realiza uma síntese sobre as diversas correntes e autores que buscaram interpretar a agricultura no modo de produção capitalista, principalmente no final do século XIX e durante o século XX, que para o autor seria a etapa de predominância do capital monopolista “Essa etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária.” (OLIVEIRA, 1995, p. 5). Essas interpretações da questão agrária, de acordo com Oliveira, concordam tanto para o campo como para cidade “com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção.” (OLIVEIRA, 1995, p. 6). Todavia, existiriam discordâncias de leituras em relação ao processo e aos resultados da inserção do capital no campo. As correntes que teorizaram sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, foram agrupadas por Oliveira (1995) em três tendências, que abordaremos de forma breve, são elas:

**a) A destruição dos camponeses e a modernização do latifúndio**, um conjunto de autores(as) que seguem a teoria clássica, apontando o caminho de dissolução do campesinato através de sua diferenciação interna, outra vertente descreve a modernização do latifúndio tornando-se empresas rurais capitalistas, transformando camponeses pobres em assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). Para essas abordagens, o campesinato e os latifundiários estão fadados à extinção com o avanço das forças produtivas, então não poderiam ser compreendidos “como classes sociais de *dentro* do capitalismo, e sim como classes sociais de *fora* desse modo de produzir.” (OLIVEIRA, 1995, p. 8);

**b) A permanência das relações feudais**, essa corrente teórica entende o campesinato e os latifúndios como expressões da permanência das relações feudais de produção, admitem de certa forma a penetração das relações capitalistas no campo, mas acreditam em uma dualidade do setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal e/ou pré-capitalista no campo, marcado por formas extra-econômicas de dominação. A penetração de relações capitalistas no campo, tenderia a separar o campesinato de seus meios de meios de produção, implantando o assalariamento. Para essa teoria, somente uma reforma das estruturas fundiárias realizariam transformações no campo, sua

estratégia política então é definida “a luta camponesa e democrática deve acabar com os vestígios feudais na agricultura, destruindo o latifúndio e substituindo-o pela propriedade camponesa ou capitalista.” (OLIVEIRA, 1995, p. 10);

**c) A criação e recriação do campesinato e do latifúndio**, um número crescente de autores(as) dedicam-se a compreender a permanência do campesinato, como também em muitos casos o seu crescimento na agricultura. Essas interpretações, partem da premissa que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório, que o próprio capital cria e recria relações capitalistas e não-capitalistas de produção “O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. (OLIVEIRA, 1995, p. 11). Assim, os camponeses precisam ser estudados como trabalhadores(as) que também são criados pela expansão do capitalismo, quando expulsos da terra tendem a retornar a ela, mesmo que tenham que migrar para outras regiões, em um processo de “acumulação primitiva” contínuo. Por outro lado, essa abordagem entende que a terra sob o capitalismo torna-se renda capitalizada, em outras palavras, na agricultura ocorre a sujeição da renda da terra ao capital, que pode ocorrer sem a expulsão do camponês de suas terras “Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.” (OLIVEIRA, 1995, p. 13).

Nesse sentido, a compreensão sobre a categoria de “renda da terra<sup>38</sup>” torna-se importante para o estudo da agricultura. A renda da terra pode ser considerada um lucro extraordinário permanente, produto do trabalho excedente, deste modo uma fração da mais-valia. (OLIVEIRA, 1995). Em suas origens “pré-capitalista” a renda da terra era paga mediante três tipos, como a renda-em-trabalho, a renda-em-produto e a renda-em-dinheiro, sendo estas duas últimas comumente encontradas na agricultura brasileira em períodos recentes. Contudo, de acordo com Oliveira, esses tipos de renda da terra perdem suas características pré-capitalistas ao adentrarem na lógica de reprodução do capital “É através delas que o próprio capital, contraditoriamente, se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada.” (OLIVEIRA, 1995, p. 77).

---

<sup>38</sup> Outras denominações como renda territorial e/ou renda fundiária podem ser encontradas.

O processo para sujeição da renda da terra ao capital requer alguns esclarecimentos. Conforme aponta Martins (1995), nas análises feitas no Brasil sobre a expansão capitalista no campo, a terra foi considerada de forma equivocada por muitos autores(as) como capital. No entanto, capital é a materialização de trabalho acumulado, apropriado pelos capitalistas, em forma de meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho) produzidos pelo trabalho, que serão utilizados pelos capitalistas para pagar salários aos trabalhadores e deste modo aumentar novamente seu capital. Assim, o capital é produto do trabalho assalariado. Todavia, a terra “não é produto nem trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho.” (MARTINS, 1995, p. 159). A terra pode ser considerada um instrumento de trabalho, um meio de produção qualitativamente diferente dos outros, os alimentos retirados da terra podem ser considerados frutos do trabalho, mas a própria terra não. Entretanto, como o capital pode apropriar-se do trabalho através do pagamento de salários, a terra também pode submeter-se aos seus domínios pelo pagamento de uma renda “Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria.” (MARTINS, 1995, p. 160).

Deste modo, a tendência do capital em dominar e concentrar todos os ramos da produção, na agricultura encontra um obstáculo, somente poderá subordinar a terra com a licença de seu proprietário. Mas ao transformar tudo em mercadoria, a terra também converte-se em mercadoria no capitalismo, podendo ser comprada e vendida, pode ser alugada “A licença para exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra.” (MARTINS, 1995, p. 161). No entanto, a renda da terra não deve ser confundida com o aluguel, que representa uma parte da renda fundiária, sua manifestação exterior, mas não é a renda em si, isso explica a existência da renda da terra mesmo em locais onde a terra não é alugada. O capitalista ao pagar pela utilização da terra, está imobilizando produtivamente uma parte de seu capital, pois ainda será necessário a utilização de instrumentos e objetos de trabalho, como a utilização da força de trabalho para fazer a terra produzir sob seu controle e desta forma submeter a terra ao capital “A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital.” (MARTINS, 1995, p. 162), a terra e o trabalho desta forma apropriados, passam operar segundo os critérios do capital.

De acordo com Martins (1995), o pagamento da renda fundiária ao proprietário de terras será realizado através de uma parte da extração da mais-valia dos trabalhadores, no entanto na agricultura esse pagamento ocorre de forma diferente, recebendo o proprietário a renda em um segundo momento do capitalista. A renda capitalista da terra tem sua origem não na produção, mas sim na distribuição da mais-valia, descreve Martins:

Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá que chegar num segundo momento. Isso ocorrerá quando o capital lhe pagar pelo direito de utilização da sua terra. Ora, o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a renda da terra ao proprietário, não está *produzindo* nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra de seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na *produção*, mas sim na *distribuição* da mais-valia. (MARTINS, 1995, p. 162-163).

Nesta direção, para Oliveira (1995) esse tipo de renda da terra também seria resultado da concorrência no modo de produção capitalista, recebendo o nome de *renda diferencial*. Por outro lado, a renda capitalista da terra difere de suas formas pré-capitalistas, neste tipo a renda da terra era paga diretamente aos donos da terra pelos trabalhadores, um tipo de tributo pessoal. Em sua característica capitalizada, a renda da terra para ser paga sem a dedução dos salários dos trabalhadores e sem a redução da mais-valia e do lucro dos capitalistas, cobra um tributo de toda a sociedade, desta forma difere-se da renda pré-capitalista “porque não tem o caráter de um tributo pessoal e sim o caráter de um tributo social. O conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra.” (MARTINS, 1995, p. 164-165). Esse tipo de renda da terra, resultado do monopólio sobre a estrutura fundiária, pode ser considerada conforme Oliveira (1995) como *renda absoluta*, pode ser descrita da seguinte forma “ao contrário da renda diferencial, não é fração do trabalho excedentes dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim fração da massa de mais-valia dos trabalhadores em geral da sociedade.” e complementa “Um verdadeiro tributo que a sociedade inteira paga aos proprietários de terra.” (OLIVEIRA, 1995, p. 75).

Todavia, proprietários de terras e capitalistas, embora contrapostos, podem se unificar no interesse de apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores, com o avanço das relações capitalista na agricultura podem ser personificados na mesma pessoa, o proprietário das terras também é o dono do capital “Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possa surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário do capital.” (MARTINS, 1995, p.167). Entretanto,

quando um capitalista compra terras, o que realmente está adquirindo é o direito de extrair a renda da terra e se apropriar de uma fração da mais-valia produzida na sociedade, diferente de capital, a terra torna-se para o capitalista *renda capitalizada*. Com esses apontamentos, podemos compreender os motivos que a grande concentração de terras e latifúndios no Brasil, não foram impeditivos ou “resquílios feudais”, para frear o desenvolvimento do capitalismo no campo, como aponta Martins:

Por isso é que não se faz necessário concentrar a propriedade da terra para que o capital se apodere da agricultura. Mediante o simples pagamento de uma renda, sem necessidade de comprar a terra, o capitalista pode concentrar a exploração capitalista no campo, simplesmente alugando parcelas de terras de diferentes proprietários, grandes ou pequenos. (MARTINS, 1995, p. 167).

Neste aspecto, o desenvolvimento contraditório capitalista no campo pode sujeitar a produção camponesa, criando e reproduzindo as relações não-capitalistas, de forma subordinada, sem que seja necessário a expulsão direta dos camponeses de suas terras. No caso das pequenas propriedades, voltadas à produção de alimentos e consumo interno, onde a renda da terra é mais baixa “o capital não torna-se proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe.” (MARTINS, 1995, p. 175). No entanto, esses fatos não significam que os conflitos agrários e a expulsão de camponeses deixaram de existir, nas décadas de 1970/80 e ainda hoje, em frentes de expansão agrícola as grandes empresas capitalistas avançam sobre terras de posseiros, que por sua condição não pagam renda da terra à ninguém. (MARTINS, 1995). Assim, onde o capital não torna-se o proprietário da terra, estabelece-se a subordinação da produção camponesa, seja através da extração da renda da terra, nos preços baixos pagos por suas mercadorias, através dos constantes endividamentos e juros bancários, entre outras formas utilizadas pelo capital na agricultura, diz Martins:

Onde o capital não pode torna-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair renda. [...] Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado como banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. [...] Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. (MARTINS, 1995, p. 176).

Uma das formas que ocorre a exploração e subordinação do campesinato, está nos preços baixos pagos no mercado pelos produtos de origem da agricultura familiar. No caso da agricultura, o que se observa é a subordinação da produção à circulação de mercadorias “como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação.*” (OLIVEIRA, 1995, p. 53). O professor Armando Bartra (2011) em seu artigo “Economia Política do Campesinato” desenvolve um estudo sobre as dinâmicas entorno da produção de mercadorias das famílias camponesas, indicando quando esses produtos entram em circulação nos mercados capitalistas, participam de um intercâmbio desigual. O processo de reprodução das famílias camponesas, enquanto uma unidade de produção e de consumo, são considerados de reprodução simples<sup>39</sup>, o camponês vende suas mercadorias e recebe em troca o dinheiro, que será convertido em outras mercadorias (insumos, ferramentas, maquinários, vestuários, etc.) para a continuidade da sua reprodução como camponês. Portanto, com o objetivo de garantir a reprodução de sua família, mesmo que produza mercadorias que em sua concepção possuem valor de uso, ao adentrarem na circulação passam a ter valor de troca, mas “para o camponês, o valor de troca não é mais que o suporte do valor de uso. Assim, foi realizado um desdobramento, mas não um investimento.” (BARTRA, 2011, p. 17). Em outras palavras, poderíamos dizer que o campesinato busca sua reprodução ao inserir seus produtos no mercado e não unicamente o lucro “Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio.” (OLIVEIRA, 1995, p. 68).

Por outro lado, as mercadorias capitalistas ao serem colocadas em circulação no mercado, possuem valor de uso e valor de troca, esse último passa a ser o elemento regulador, seu valor é formado a partir da decomposição do tempo de trabalho necessário para sua produção e do trabalho excedente (mais-valia) “A mercadoria capitalista é uma forma ‘especificamente social do produto’ enquanto contém em si mesma a relação capitalista entre trabalho necessário e trabalho excedente.” (BARTRA, 2011, p. 17). Na circulação capitalista, o valor em geral das mercadorias serão regulados pelos preços

---

<sup>39</sup> Sobre esse processo Ariovaldo Umbelino de Oliveira comenta “Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula:  $M - D - M$ , ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar.” (OLIVEIRA, 1995, p. 68).

médio de produção, a realização da mais-valia ocorrerá na venda, que aparece para os capitalistas sob a forma de taxa média de lucro “A circulação capitalista é regulada pelos preços médios de produção e nestes o fator decisivo é a taxa geral de mais-valia transmutada em taxa média de lucro.” (BARTRA, 2011, p. 18). Assim, no mercado capitalista, dois produtos com características produtivas distintas, a mercadoria camponesa e a mercadoria capitalista, se encontram para realizar sua circulação, conforme Armando Bartra:

O desdobramento interno da mercadoria capitalista configura um mercado regido por preços de produção e não pelos valores e é exatamente nesse mercado que o camponês tem que concorrer. A mercadoria do pequeno agricultor não foi produzida como portadora de mais-valia (ainda que a contenha) e seu valor não foi desdobrado em trabalho necessário e trabalho excedente. Nessa deficiência qualitativa reside a impossibilidade dela impor-se automaticamente no mercado pelo seu preço de produção. (BARTRA, 2011, p. 18).

Desta forma, embora na aparência as duas mercadorias se apresentem como semelhantes diante do mercado, na essência seus processos de produção são distintos, como também são diferentes os objetivos que levam ambos a disporem seus produtos em circulação, o camponês buscando sua reprodução como agricultor e o capitalista objetivando o lucro e a realização da mais-valia, primordiais para sua reprodução como capitalista, em resumo “O camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio.” (BARTRA, 2011, p. 19). Essas são as condições para um intercâmbio desigual de mercadorias, não somente em termos de valores, mas principalmente pelo seu preço de produção, são as regras impostas por um mercado capitalista à agricultura camponesa. O que resulta deste intercâmbio desigual, geralmente, são mercadorias camponesas vendidas abaixo do seu preço de produção, como descreve Bartra:

O Camponês é aquele produtor que, como regra geral, cede sua mercadoria por um preço inferior ao seu valor e ao seu preço de produção porque, diferentemente do capital, não pode deixar de vender pelo simples fato de não obter lucros. Além disso, ele não se encontra em condições de passar para outro ramo da economia, pois seus meios de produção não adquiriram a “forma livre do capital”. (BARTRA, 2011, p. 19).

No entanto, para Bartra (2011) a “chave da exploração do campesinato” não pode ser entendida se visualizarmos apenas uma parte do processo, ou seja, se focarmos somente nas trocas desiguais. Para o autor, devemos compreender a exploração do campesinato, na articulação das esferas de produção e circulação “Nenhum desses dois aspectos, vistos separadamente, nos conduz a uma solução para um enigma cuja a chave encontra-se, precisamente, na combinação de ambas esferas.” (BARTRA, 2011, p.23). Portanto, conforme Bartra a origem da exploração camponesa acontece na produção, em suas condições internas, contudo ela se concretiza na circulação de sua produção excedente, em um paralelo com a exploração dos operários o autor comenta:

No que se refere ao operário, a condição para que a exploração seja possível – brilhantemente decifrada por Marx – localiza-se no mercado com a aparição da força de trabalho como mercadoria. Contudo, o processo de exploração se consoma na produção, no prolongamento da jornada de trabalho para muito além do trabalho necessário. Já no caso do camponês, a articulação entre esses dois aspectos é igualmente férrea, mas se apresenta invertida: a condição para que a exploração seja possível concretiza-se no processo de produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução e com meios que não receberam “a forma livre do capital”, mas a exploração se consoma, de fato, no mercado, onde o camponês transfere seu excedente por meio de um intercâmbio desigual. (BARTRA, 2011, p. 24).

Neste sentido, o livro “Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital” de José Vicente Tavares dos Santos (1978), tornou-se uma pesquisa de referência sobre o tema, um estudo de caso que demonstra as formas e determinações que permitem o capital industrial a apropriação de mais-valia de camponeses produtores de uva no sul do país. O estudo ocorreu em uma região de colonização italiana, no município de Bento Gonçalves- RS, especificamente no bairro rural de São Pedro, que contava na época com vinte e duas famílias, proprietárias de suas terras, cultivadas através da força de trabalho familiar, dedicadas à produção de subsistência e de uvas, mercadoria que era destinada às Indústrias Vinícolas da região. O autor apresenta os elementos estruturais presentes na produção camponesa, a divisão do trabalho no interior da unidade produtiva, as práticas de ajuda mútua, períodos de trabalho acessório, as jornadas diárias de trabalho, entre outros fatores.

Entretanto, vamos nos atentar neste momento, para algumas das determinações que possibilitaram a subordinação do trabalho camponês ao capital industrial. O livro “Colonos do Vinho” demonstra como ocorreu o processo histórico de desmonte das indústrias artesanais de fabricação de vinho das famílias camponesas: a produção caseira

do vinho e outros excedentes eram vendidos para comerciantes, que revendiam aos camponeses outras mercadorias manufaturadas com valores superiores, o vinho comprado pelos comerciantes era “corrigido” e armazenado nas casas comerciais, também chamadas de “cantinas”. Essa dinâmica possibilitou o acúmulo de capitais, levando na década de 1930 os comerciantes e cantineiros a fundar a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda, entidade que ficou conhecida como “Sindicato do Vinho”, suas intenções podem ser descritas “De imediato, o objetivo do "Sindicato do Vinho" era constituir a indústria capitalista na viticultura até então dominada pelo artesanato doméstico ou manufaturas dos comerciantes.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 78). Em paralelo, foram estabelecidos acordos com estado para criação de uma legislação que estabelecia normas e procedimentos técnicos a serem adotados na produção e comercialização do vinho, além da fixação de preços mínimos para compra da matéria prima e a fiscalização das entidades do estado, uma série de medidas que “revelou -se prontamente no processo de destruição do artesanato doméstico do vinho.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 80).

Essas ações descritas, levaram cada vez mais ao monopólio da produção e comercialização do vinho, desmembrando a fabricação artesanal camponesa, pois elas “Envolvia-se o camponês produtor de vinho em uma série de exigências legais que o colocavam diante da alternativa de montar os equipamentos que a legislação exigia ou então abandonar o artesanato doméstico do vinho [...]” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 81). Os desdobramentos desses fatos foi a conversão das famílias camponesas em “agricultores puros” produtores de matéria-prima e fabricando vinho apenas para o consumo da família. Na década de 1970, foram registradas alterações no setor vinícola com a entrada de novas empresas no mercado, destacadamente as empresas multinacionais, resultando numa maior concorrência na busca por matéria-prima produzida pelos camponeses, estabelecendo “contratos de compra e venda” para assegurar o monopólio da produção de uvas pelo capital industrial. Na prática, esses contratos geravam a apropriação de mais-valia, como demonstra Tavares dos Santos:

A primeira conclusão é de que a burguesia industrial se apropria do produto do camponês. Assim faz propondo-se a pagar os preços mínimos oficiais [...] Como esses preços oficiais decrescem anualmente em termos reais (como demonstro adiante), chega-se à segunda conclusão: a burguesia industrial efetua, com ajuda do Estado, a exploração do sobre-trabalho camponês. O pagamento do produto ao camponês será feito no prazo de doze meses, sem remunerar os juros [...]. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 95-96).

Portanto, os contratos estabelecidos colaboravam para transferência de mais-valia às Indústrias Vinícolas, ao alargarem o prazo de pagamentos pelas uvas e não contabilizarem, por exemplo, a inflação no período “Por outro, implica nova exploração do sobretrabalho camponês, haja vista a inflação permanente na economia brasileira.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 96). Uma outra forma descrita por Tavares dos Santos que desvalorizavam as mercadorias camponesas, era a demora pela indústria para receber a uva, limitando os dias de entrega nas fábricas ou atrasando na porta dos estabelecimentos a descarga dos produtos, gerando muitas vezes a fermentação e a perda de graduação da uva, motivo para as indústrias pagarem aos agricultores abaixo do preço mínimo estipulado. Contudo, essas mesmas uvas poderiam ser utilizadas na fabricação do vinho ao serem misturadas com uvas de graduação superior e por outras correções técnicas que as Indústrias Vinícolas utilizavam, mas os camponeses receberiam um preço inferior pelos seus produtos “Os elementos acima apresentados levam à conclusão de que se trata da utilização, por parte da burguesia industrial, de um mecanismo técnico para efetivar mais um elo da exploração do camponês.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 101). Assim, descrevemos algumas das dinâmicas identificadas na exploração dos colonos produtores de uva, entre outras analisadas no livro, transcrevemos a conclusão de Tavares dos Santos sobre o tema:

    Todavia, na medida em que a composição de valor do produto camponês é baixa, o valor cristalizado na mercadoria camponesa é superior ao preço de produção no mercado, pois este se estabelece em função de uma taxa média de lucro, expressão da repartição da mais-valia total gerada no conjunto dos ramos produtivos da sociedade. Então, no momento da troca, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho camponês retorna aos colonos em forma de dinheiro. Aquele valor extraordinário converteu -se em um sobretrabalho camponês apropriado pela burguesia industrial. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 173).

Deste modo, abordamos neste tópico as formas como podem se apresentar os processos de exploração e subordinação do campesinato, determinações do próprio modo de produção capitalista na agricultura, que criam e recriam relações não-capitalistas de produção, sem que dessa forma sejam necessárias a separação ou expropriação dos produtores diretos dos seus meios de produção, ou seja, do camponês e suas terras. Entre essas formas, está o pagamento pela renda da terra, entendida como um lucro extraordinário e transferência de mais-valia, resultante em renda diferencial através da concorrência e em renda absoluta pelo monopólio da terra. Uma outra maneira de sujeição do campesinato foi descrita pela circulação de suas mercadorias, demonstrando alguns

mecanismos que levam a transferência de trabalho excedente dos agricultores, através de um intercâmbio desigual de produtos no mercado. Descrevemos através das palavras do sociólogo José de Souza Martins, uma síntese desses processos:

Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mão estranhas às suas, como renda que frui disfarçadamente para lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas. (MARTINS, 1995, p. 176-177).

A criação e recriação do campesinato foi observada por diversos autores(as) até o final da década de 1980, embora identificadas as dinâmicas de exploração e sujeição dos pequenos agricultores, os estudos indicavam uma permanência do camponês como sujeito e coletivo na história. Todavia, mesmo diante dos fatos visíveis de grande êxodo rural nestes períodos, a pauperização e marginalização, como também a continuidade dos processos de descampesinização, o campesinato permanecia e se recriava. Essas questões eram observadas, por exemplo, pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira “É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas. Esse número tem variado de país para país, mas, de qualquer forma, ele tem teimosa e contraditoriamente persistido. (OLIVEIRA, 1995, p. 54). Do mesmo modo, analisando os dados brasileiros disponíveis à época José de Souza Martins comenta “De fato, vem crescendo no país a importância do trabalho familiar no campo, conforme mostram os censos agrícolas e agropecuários do último quarto de século.” (MARTINS, 1995, p. 139), o autor ainda realiza uma observação sobre as relações de trabalho assalariado entre a cidade e o campo “No entanto, no campo está ocorrendo o crescimento inverso: cresce o número dos trabalhadores autônomos, que com suas famílias trabalham livremente para si mesmo.” (MARTINS, 1995, p. 141). A mesma impressão era compartilhada pelo pesquisador Teodor Shanin, ao questionar a presença de camponeses no capitalismo “No Brasil, certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “re-camponesação”. (SHANIN, 2005, p. 9).

No entanto, dos anos 1980 em diante, veremos a configuração da economia mundial remodelar-se, com impactos no mundo do trabalho e nos arranjos estatais,

momento de ascensão da doutrina neoliberal em escala global, indicando o surgimento de uma nova hegemonia pautada no sistema financeiro, a consolidação da transnacionalização das grandes corporações e das grandes empresas do agronegócio, trazendo impactos significativos para o regime alimentar e conseqüentemente à agricultura. Essas mudanças colocam as terras campestres novamente na rota de expansão do capital, como também os bens da natureza presentes nesses territórios, águas e florestas, ameaças que vão se estender para as comunidades tradicionais e indígenas. Contudo, o período impõe uma articulação internacional campestre e indígena para enfrentar um capitalismo globalizado, destaca-se a organização da Via Campesina como instrumento de luta contra a atuação das grandes corporações na agricultura. Portanto, a luta pela terra e pela existência no território, torna-se nesse período uma batalha contra o capital, como já alertava Martins na década de 1980:

O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência. (MARTINS, 1995, p. 177).

### 3.3 O CAMPESINATO E O NEOLIBERALISMO

Na contemporaneidade, segundo os estudos de Philip McMichael (2016), a atual fase capitalista seria composta por um “regime alimentar corporativo”<sup>40</sup> como intrínseco ao “projeto de globalização neoliberal”. A redefinição do papel do Estado, a supremacia dos mercados, a financeirização da economia e o poder dos organismos multilaterais, estariam na essência do projeto neoliberal:

Em essência, esse projeto reverteu a ordem do “projeto de desenvolvimento” anterior por meio do qual Estados regem mercados. Agora, Estados servem a mercados. A regra de mercado foi consolidada pela financeirização: um processo com várias vertentes e viabilizado por uma profunda crise de endividamento incubada e, então, gerida por novos instrumentos financeiros [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 71-72).

---

<sup>40</sup> De acordo com McMichael, existem debates entre autores(as) sobre a vigência de um terceiro regime alimentar, partem da premissa que o atual momento seria uma extensão do segundo regime alimentar. Por outro lado, para a pesquisadora Friedmann estaríamos em um período de transição para um regime alimentar “corporativo-ambiental”. (MCMICHAEL, 2016).

Os fatores que levaram a transição do segundo regime alimentar para o corporativo, estão relacionados as distensões entre Estados Unidos e União Soviética em 1972-73 (a abertura do bloco soviético aos grãos norte-americanos), que esvaziou o estoque excedentes de grãos, provocando uma grave crise alimentar em conjunto com uma crise de acumulação “O preço dos grãos e das oleaginosas triplicou, provocando a crise alimentar mundial de 1974. A inflação coadunou-se com uma crise geral de acumulação.” (MCMICHAEL, 2016, p. 59), no período também ocorre a chamada “crise do petróleo”, gerando o aumento significativo nos preços dos combustíveis e energia. Nesse contexto, as políticas de segurança alimentar sofrem transformações, caminhado para a substituição dos poderes públicos e a ajuda humanitária, por uma questão a ser resolvida pelo mercado “A crise alimentar do início da década de 1970 separou a ajuda alimentar pública, humanitária, das vendas comerciais preferenciais abrindo caminho para um realinhamento da “segurança alimentar” com o provisionamento de mercado” (MCMICHAEL, 2016, p. 60-61). Entre as características do regime alimentar corporativo, podemos destacar: a financeirização<sup>41</sup> da agricultura, a atuação dos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC), medidas de endividamento dos Estados Nacionais combinado com políticas de austeridades, a imposição de uma agricultura de exportação, são alguns das características desse regime alimentar. Sobre o regime alimentar corporativo, o pesquisador Estevan Coca descreve:

O terceiro regime alimentar começou em meados da década de 1980 e perdura até a atualidade. Nessa fase, destaca-se a hegemonia das grandes corporações na condução dos sistemas alimentares, especialmente as que compõem o setor varejista. Isso se dá, principalmente pelo estímulo ao livre mercado por meio de mecanismos multilaterais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC). (COCA, 2016, p. 20-21).

De acordo com Yamila Goldfarb (2015), a ideia de que as corporações conquistam o monopólio de determinados setores produtivos por mérito e eficiência de suas administrações é falsa e perigosa, pois encobrem as relações que essas corporações estabelecem com diversos agentes dos setores econômicos e políticos. Portanto, as corporações possuem o poder de influir em governos e nos rumos das políticas agrícolas:

---

<sup>41</sup> Sobre a financeirização, McMichael descreve “Historicamente, a financeirização é associada ao declínio hegemônico e à perda de vantagem geoeconômica, de tal modo que os investidores trocam o capital fixo por investimentos financeiros de maior liquidez (como fusões e securitização: consolidação e venda de dívida).” (MCMICHAEL, 2016, p. 72).

Podemos chamar o atual regime alimentar de corporativo justamente porque as corporações se constituem como o principal agente da produção (processamento), distribuição e comercialização (em especial desses dois últimos) dos alimentos no mundo, mas o fazem a medida que sua capacidade de influenciar políticas agrícolas, comerciais e de abastecimento aumenta. (GOLDFARB, 2015, p. 15).

Desta forma, um dos impactos causados nos países “periféricos” pela transnacionalização da agricultura, foram as mudanças das políticas agroalimentares nacionais para um regime controlado por corporações, resultando na perda de segurança e soberania alimentar, além da intenção de transformar todos alimentos em *Commodities*. O regime alimentar corporativo também estabeleceu “um regime do “Livre Comércio” que preserva os subsídios agrícolas para as potências do norte, enquanto os Estados do sul são forçados a reduzir as proteções agrícolas” (GOLDFARB, 2015, p. 20). Assim, o abastecimento global corporativo e a transnacionalização das rotas alimentares, redefiniu a divisão internacional do trabalho agrícola, determinando funções produtivas para os camponeses do sul global:

Nesse caso, as corporações transnacionais subcontratavam camponeses do Terceiro Mundo, para produzir frutas e vegetais fora de estação, e processavam alimentos, como sucos, frutas enlatadas, vegetais congelados, carne embalada e frango em pedaços (comumente em zonas de processamento de exportação), para expandir supermercados na Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico. (MCMICHAEL, 2016, p. 75) .

Uma outra consequência do regime alimentar corporativo sobre o campesinato é a despossessão, como aponta McMichael “Fundamental ao regime alimentar corporativo tem sido uma ampla espoliação de pequenos proprietários de terras e sua conversão em trabalhadores informais em escala mundial.” (MCMICHAEL, 2016, p. 69). Neste período, o controle das corporações transnacionais sobre a agricultura se estendeu por toda cadeia produtiva, como o controle das terras, das sementes, dos insumos, fertilizantes, padronização de alimentos, das agroindústrias e do controle global da produção e distribuição de alimentos.

A emergência do neoliberalismo e os esforços do capital para sanar suas crises crônicas de sobreacumulação, atualizaram a antiga “acumulação primitiva” descrita por Marx, em sua versão contemporânea não menos devastadora de “acumulação por espoliação” sistematizada pelo geógrafo David Harvey (2004). Para Harvey, a acumulação primitiva já ocorreu, seu processo agora tem a forma de reprodução expandida, uma nova caracterização é necessária pois “Como parece estranho qualificar

de "primitivo" ou "original" um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004, p. 120-121). Todavia, as sistematizações realizadas por Marx sobre a acumulação primitiva, algumas descritas no começo de nosso texto (expulsão dos camponeses, privatização da terra, colonialismo, etc.), estão presentes na atualidade, conforme Harvey:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2004, p. 121).

No entanto, embora Marx tenha feito um esforço de sistematizar os traços da acumulação primitiva, para Harvey existem lacunas que devem ser preenchidas para uma melhor compreensão de como opera a acumulação por espoliação "Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado." (HARVEY, 2004, p. 122). Entre esses mecanismos estão o sistema de crédito e o sistema financeiro, que se tornaram, nas palavras de Harvey (2004), grandes trampolins de predação, fraude e roubo. O domínio do capital financeiro a partir de 1973, realizou a valorização fraudulenta de ações, falsos esquemas de enriquecimento, destruição de ativos pela inflação, estabelecimento de dívidas para os Estados e medidas de austeridade que impactam diretamente na vida de milhões de pessoas, fraudes corporativas e desvios de ações, características do capitalismo contemporâneo, que colocam as grandes instituições do capital financeiro "como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes." (HARVEY, 2004, p. 123).

Do mesmo modo, novos mecanismos de acumulação por espoliação foram criados, como por exemplo os direitos de propriedade intelectual, que tem permitido a grandes corporações a patente e a licença para explorar e apropriar o material genético de sementes e plantas, em detrimento dos direitos das comunidades indígenas e camponesas que fazem o uso a muitas gerações desse material, expropriação de bens materiais e imateriais, entre outras formas de espoliação:

A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de "expropriação das terras comuns". (HARVEY, 2004, p. 123).

Entre as formas que o capitalismo financeiro se utiliza para resolver seus problemas de sobreacumulação<sup>42</sup> é a desvalorização de ativos, esses mecanismos operam para que o capital excedente e sobreacumulado se aposses desses mesmos ativos e lucrem “O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2004, p. 124).

Para atingir esses objetivos, o capital pode instaurar crises para desvalorização de ativos, por exemplo demissões em massa de trabalhadores forçando o preço dos salários para baixo, medidas de austeridade e sucateamento de empresas públicas forçando a privatização, entre outras formas de espoliação. Por último, citamos o caso do México, sua adesão às medidas neoliberais e privatizantes na década de 1990, os acordos de “livre comércio” e suas consequências para indígenas e camponeses:

Foi ampla a resistência à reforma do ejido, e o grupo camponês mais aguerrido acabou por apoiar a rebelião zapatista que eclodiu em Chiapas no mesmo dia de janeiro de 1994 em que se previa a entrada em vigor do acordo do NAFTA. A subsequente redução das barreiras à importação deu mais um golpe, pois produtos importados baratos do agronegócio norte-americano, altamente produtivo, mas fortemente subsidiado (cerca de 20 por cento do custo), derrubaram o preço do milho e de outros produtos a tal ponto que impediam os pequenos produtores rurais de competir. Como estavam prestes a morrer de fome, muitos desses produtores acabaram perdendo a terra e foram aumentar o número de desempregados de cidades já hiperpopulosas. (HARVEY, 2004, p. 132).

---

<sup>42</sup> David Harvey define a sobreacumulação da seguinte forma “A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos.” (HARVEY, 2004, p. 124).

Nesse sentido, todo o avanço do capital e das corporações sobre os territórios camponeses e seus recursos naturais, buscando a espoliação desses sujeitos, tem encontrado resistência e organização dos movimentos socioterritoriais e comunidades. O professor João Cleps Junior (2010), analisando os dados referentes aos conflitos agrários e ambientais na década passada, observa que embora a questão da terra continuasse central nessas disputas, cada vez mais cresciam os conflitos relacionados a água, mineração, construções de barragens, entre outras questões. Assim, surgiam outras expressões de luta para além dos sem-terra e assentados, demonstrando resistência “posseiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas tornaram-se os principais protagonistas das lutas pela terra em quase toda a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, evidenciando o novo papel político destes sujeitos sociais do campesinato brasileiro.” (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 63). Entretanto, mesmo nessa diversidade, a questão da terra e a luta contra as corporações do agronegócio estavam no centro dos embates:

Por outro lado, as ações diretas por meio de ocupações de terras, atos contra as corporações do agronegócio e do setor mineral têm sido ascendentes. A territorialização do agronegócio sobre áreas dos antigos latifúndios, a estrangeirização de empresas do setor e principalmente das terras requerem mudanças nas políticas públicas e nas estratégias de luta diante das novas correlações de forças. Agravam-se os problemas com relação a privatização da água e as construções de barragens, que também enfrentam ações de resistências dos movimentos e populações que reivindicam a soberania sobre seus territórios. A terra, portanto continua sendo o tema central e nos últimos anos já constitui a maior parte do número das manifestações. Este processo envolve as lutas contra as expropriações e em favor da Reforma Agrária: trabalhadores do campo (em quantidade expressiva os posseiros), populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, têm sido protagonistas cruciais das lutas do século XXI, desafiando as pesquisas e compreensão da questão agrária atual. (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 70).

Uma outra leitura da globalização neoliberal e do poder das corporações na agricultura é apresentada pelo sociólogo Jan Douwe Van Der Ploeg (2008), suas contribuições para o debate sobre o tema possuem aproximações com algumas leituras que apresentamos, mas o autor também desenvolve novas categorias. Um dos conceitos utilizados por Ploeg para compreender a atuação das corporações na agricultura é o de “Impérios Alimentares”, como uma das expressão da agricultura industrial e sua atuação nas sociedades contemporâneas.

Em seus estudos, Ploeg define sua tese sobre os Impérios alimentares afirmando que “ascensão do Império, como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo

para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável.” (PLOEG, 2008, p. 28). Para o autor, uma das formas de atuação dos Impérios é criar desconexões, entre a produção e o consumo de alimentos “[...] a produção agrícola está descontextualizada, ou seja, está desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais.” (PLOEG, 2008, p. 21).

Esses fatores contribuem, de acordo com Ploeg, para o agravamento da crise agrária, pois o Império atua através da exploração ecológica e socioeconômica, contribuindo para a degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura “A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural.” (PLOEG, 2008, p. 28). Em outras palavras, comparando os diferentes tipos de agricultura, Ploeg descreve os Impérios Alimentares:

O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. [...] O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. (PLOEG, 2008 p. 20).

A atual configuração do capitalismo global, em sua fase neoliberal e financeira, busca o domínio irrestrito sobre a produção agrícola, distribuição e comercialização de alimentos, através das grandes corporações e empresas do agronegócio. Nessa direção, os territórios camponeses, quilombolas e indígenas, são alvos de cobiça e ameaças, a acumulação por espoliação é sempre uma possibilidade a ser concretizada. Os camponeses do século XXI, convivem com a expropriação e com formas avançadas de sujeição e exploração, mesmo dentro de suas terras.

Por outro lado, a demonstração de força e resistência se faz presente, camponeses e camponesas organizados e articulados em movimentos socioterritoriais, sindicatos, redes de comercialização alternativas, nos movimentos agroecológicos, nas Universidades, ocupando os espaços da sociedade. Desta forma, o regime alimentar corporativo encontra seu contraponto no movimento global pela Soberania Alimentar (MCMICHAEL, 2016) e os Impérios Alimentares também geram seu movimento contrário nos processos de recampesinização em todas as partes do mundo (PLOEG, 2008). O embate é contínuo, está presente nas “batalhas das ideias”, através do debate

paradigmático, entre as diferentes interpretações sobre a agricultura e o campesinato, que descreveremos a seguir.

### 3.4 O CAMPESINATO E O DEBATE PARADIGMÁTICO

O caminho teórico-conceitual que percorreremos pauta-se na compressão de que existem na atualidade duas principais correntes de pensamento que sistematizam e elaboram a partir de um debate paradigmático, sobre os temas do campesinato e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, a saber: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA) (FELÍCIO, 2014). O conceito de paradigma nos ajuda a entender como e com qual intencionalidade determinados pensamentos são elaborados, por exemplo, eles refletem na realidade e nos territórios através da execução de políticas públicas para agricultura, na atuação das ONG's ou dos movimentos camponeses, nas sistematizações e ações das corporações do agronegócio (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). Assim, definimos os paradigmas como elaborações mentais “que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputa, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais, para defender e/ou impor diferentes intenções” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

O PQA tem sua gênese na segunda metade do século XIX através de autores(as) como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin e Rosa Luxemburgo, que abordaram em suas obras temas como o fim do campesinato, a proletarização, a renda fundiária da terra, demonstrando o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização na agricultura e suas consequências<sup>43</sup> (FELÍCIO, 2014). Embora os autores do “marxismo clássico” tenham deixado um importante legado, suas análises apontavam um futuro nada promissor para o campesinato, diante do cenário que se apresentava no período (CARVALHO; COSTA, 2016). No entanto, como demonstramos neste capítulo, reavaliações em relação ao campesinato foram feitas por esses pensadores. Em linhas gerais, podemos dizer que o paradigma da questão agrária “tem como ponto de partida as lutas de classe para explicar as disputas territoriais” (FERNANDES, 2016, p. 317) e

---

<sup>43</sup> O estudo “Sobre a evolução do conceito de campesinato” demonstra que houveram autores alinhados ao socialismo utópico e ao anarquismo, entre outros, que tiveram sistematizações acerca do tema (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005).

compreende que “os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo” (FERNANDES, 2016, p. 317), portanto, sua superação seria o estabelecimento de outra ordem societária.

Em outra direção, o PCA, segundo Fernandes (2016), tem sua obra teórica de referência no livro “O fim do Campesinato” de Henri Mendras, esse autor no estudo de alguns países europeus, aponta na “direção da metamorfose do campesinato em que o camponês se transforma em agricultor moderno e esse em agente econômico” (FELÍCIO, 2014, p. 28). No contexto brasileiro, a tese de doutoramento de Ricardo Abromovay de 1992, publicada com o título “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, defende entre outros pontos, que os avanços técnicos e a integração aos mercados levariam ao desaparecimento da figura do camponês, que se transformaria em “agricultor familiar” (FELÍCIO, 2014).

No artigo intitulado “Quando a agricultura familiar é camponesa” o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2016) desenvolve reflexões importantes sobre a dicotomia agricultura camponesa/agricultura familiar. Neste sentido, é importante ressaltar que o uso do conceito “agricultura familiar” em substituição a “agricultura camponesa” possui um viés ideológico<sup>44</sup> como demonstra sua introdução na realidade brasileira “Foi na conjuntura neoliberal dos anos 1990 que surgiu, no Brasil, o conceito de agricultura familiar como moderno em oposição ao conceito de camponês como atrasado [...]” (FERNANDES, 2016, p. 322). Assim, ressaltando as implicações ideológicas e políticas de cada conceito conclui “Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês sempre foi agricultor familiar.” (FERNANDES, 2016, p. 325-326), para o autor a dicotomia enfraqueceria a luta de classes.

As diferenças entre as duas compreensões sobre a agricultura podem ser descritas da seguinte forma: o paradigma do capitalismo agrário considera que “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural” que poderiam ser sanadas com a incorporação do campesinato ao mercado capitalista (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). Em síntese, na batalha das ideias entre os dois paradigmas em questão “Para o paradigma da questão agrária, o problema é o capitalismo,

---

<sup>44</sup> Essa visão é compartilhada e ampliada por Horácio Martins de Carvalho “As expressões agricultura familiar, pequeno produtor rural e pequenos agricultores adquiriram desde a década de 1990 conotações ideológicas” (CARVALHO, 2005, p. 23).

e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 48).

Deste modo, alinhado com o pensamento desenvolvido pelo PQA, compreende-se o campesinato como “o conjunto de famílias camponesas existentes em um território” que “[...] tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos [...]” (CARVALHO; COSTA, 2016, p. 23) através da produção agrícola ou extrativista. Portanto, a base de uma agricultura camponesa estaria na família e na sua reprodução. O pesquisador Francisco Costa, resgatando as contribuições fundamentais do economista agrário russo Alexander Chayanov, descreve suas ideias “Para Chayanov a família é o fundamento da *empresa camponesa* – na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo de sua atividade econômica.” (CARVALHO, 2005, p. 18), demonstrando sua diferença de uma empresa capitalista em sua base assalariada e com objetivo final o lucro. Na imensidão do território brasileiro, com diferentes biomas, é necessário ressaltar a enorme diversidade do campesinato, suas variadas formas de reprodução material e acesso aos recursos naturais, como os pescadores artesanais lavradores, os castanheiros, camponeses quilombolas, posseiros de terras públicas ou privadas, os caboclos, os açazeiros, povos das florestas, os ribeirinhos, etc. (CARVALHO, 2005).

Em um estudo sobre os camponeses e indígenas mexicanos, denominado “Os Novos Camponeses”<sup>45</sup>, o filósofo Armando Bartra reflete sobre essa diversidade camponesa como um fator positivo “A diversidade – histórica e econômica, étnica e produtiva – define a verdadeira face do campesinato.” (BARTRA, 2011, p. 72). A leitura apresentada por Bartra vai contra a corrente, ao modo de enxergar os camponeses como algo do passado, comunidades imutáveis “Na verdade, são poucos os espaços sociais que apresentam tanta plasticidade quanto o rural.” (BARTRA, 2011, p.75). Deste modo, com a barbárie anunciada pelo modelo econômico comandado pelas transnacionais na agricultura, o campesinato que resiste, apresentando uma outra lógica de produção, mas também projetos de futuro “[...] o pequeno produtor liberto e criativo não é uma nostalgia, mas paradigma de uma nova ordem social com a cara humana. O camponês não é relíquia, mas projeto.” (BARTRA, 2011, p. 80).

---

<sup>45</sup> O livro de Bartra (2011) também se constitui uma forte denúncia sobre a questão agrária mexicana, as migrações entre as comunidades rurais, denúncia do modelo transgênico, o êxodo de compatriotas para os Estados Unidos da América, entre outras temáticas.

Nesse sentido, a reforma agrária na atual conjuntura, seria uma resposta para o crescimento urbano desordenado e a falta de oportunidade para famílias nas grandes metrópoles? Uma alternativa para assalariados rurais saírem da dependência de fazendeiros e a exploração do agronegócio? O debate, dessa diversidade do campesinato brasileiro incluem para alguns autores “os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.” (CARVALHO, 2005, p. 171). No próximo capítulo abordaremos os processos de recampesinização na contemporaneidade, como também suas expressões na formação do campesinato no Acampamento Quilombo Campo Grande, buscando contribuir de com esse debate atual e necessário.

#### **4 A RECAMPELINIZAÇÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

Neste capítulo apresentamos as concepções sobre os processos de Recampesinização em curso na atualidade. Todavia, faz-se necessário indicar de forma breve, quais são os traços que permitem uma aproximação com as definições sobre o campesinato de forma geral e as especificidades encontradas, mesmo tendo em vista a grande diversidade no tempo e espaço que essa categoria e conceito foram representadas.

Sobre a recampesinização abordaremos as formulações recentes sobre este tema, quais seriam os elementos constitutivos do fato que milhares de pessoas estão retornando à terra ou modificando sua forma de realizar a agricultura, descrevendo alguns dos estudos elaborados no Brasil e no Mundo. A recampesinização pode ocorrer de formas distintas, por ocupações de terras conduzida por movimentos socioterritoriais, através da transição agroecológica, no estabelecimento de relações de gênero igualitárias, na permanência da juventude no campo, entre outras dimensões, mas também podemos traçar pontos em comuns, que buscaremos analisar.

Deste modo, pretendemos reunir um esboço teórico, que nos permita compreender as dinâmicas de recampesinização presentes no Acampamento Quilombo Campo Grande. Assim, buscamos analisar a formação do campesinato deste acampamento através da história de vida de camponeses e camponesas, que hoje compõem a base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. As famílias camponesas que residem nos acampamentos possuem origens diversas, no entanto, em nossa concepção três grupos de famílias podem ser indicadas como formadoras do campesinato sem-terra: O primeiro grupo de famílias formado pelos ex-trabalhadores da falida Usina Ariadnópolis e seus descendentes, o segundo grupo composto por assalariados rurais da região e migrantes relacionados a produção cafeeira, o terceiro de famílias vindas das grandes cidades, principalmente da região metropolitana de Campinas-SP.

Com base nas entrevistas realizadas com os camponeses e camponesas trabalharemos para compor um quadro que ajude na compreensão da recampesinização no Quilombo Campo Grande, abordando características como origens e mudanças, trabalho e produção, a luta pela terra e o MST.

#### 4.1 A RECAMPESINIZAÇÃO

Nas últimas décadas observamos um crescente interesse pelos estudos dos chamados processos de *recampesinização* nas sociedades contemporâneas, trabalhos sobre o tema foram realizados notadamente no Brasil e América Latina, Europa e Ásia. O aumento significativo dessas pesquisas buscam compreender o retorno de famílias para o campo em um contexto de precarização das condições de vida nos centros urbanos. No entanto, a recampesinização também diz respeito à volta de agricultores já estabelecidos a um “modo camponês” de relação com a terra e a natureza, construção de novas relações de gênero, organização comunitária, a produção agroecológica, a busca pela Soberania Alimentar, entre uma série de fatores. Entretanto, abordaremos de forma breve algumas definições de campesinato, para adentrar no debate sobre a recampesinização, as formulações e contribuições teóricas sobre o assunto também serão incorporadas no decorrer do texto, quando tratarmos de nosso objeto de estudo, o campesinato no Acampamento Quilombo Campo Grande.

O pesquisador Teodor Shanin (2005) nos anos 1980, estabeleceu um debate com outros autores(as), principalmente dentro do campo marxista, sobre a validade da utilização do conceito de “camponês” para análises das atuais configurações societárias. Na época, Shanin descreveu as tendências de interpretações do campesinato presentes nas maiorias dos estudos até então, alguns tenderiam a ver o camponês como uma mistificação, de uma forma a-histórica, sobre essa leitura argumenta “O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto.” (SHANIN, 2005, p. 2). Uma outra vertente seriam as abordagens dos camponeses como uma generalização, através da busca de similitudes e diferenças entre as comunidades campesinas ao redor do mundo, características como a economia camponesa, sua organização política, normas e cogações típicas, organização social interna do grupo doméstico camponês, etc. Sobre as generalizações das características camponesas, o autor realiza as seguintes observações “A generalização empírica, enquanto tal, constitui uma parte indispensável das ciências sociais. Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhanças ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas.” (SHANIN, 2005, p. 4). Uma outra tendência analisada é definida por Shanin como uma “moda” dos estudos camponeses, que ressurgem após um grande período de ofuscação

do conceito “Durante a década de 1930/40 e, posteriormente, na euforia das teorias da modernização “pós-colonial” da década de 1950/60, os camponeses continuaram a não existir, conceitualmente falando.” (SHANIN, 2005, p. 16). A retomada dos estudos camponeses ocorrem para o pesquisador, diante da crise das “sociedades em desenvolvimento” e da agricultura mundial, o colapso das formulações modernizantes “[...] mas especialmente a maneira com os camponeses vietnamitas derrotaram o país mais industrializado do mundo, tudo isso trouxe os camponeses abruptamente para o foco das atenções. Seguiu-se uma explosão virtual de estudos, publicações e debates.” (SHANIN, 2005, p. 16-17).

No entanto, de acordo com Shanin (2005), o aumento significativo de publicações acadêmicas e comerciais com o termo camponês, que utilizavam a palavra como um “truque editorial”, significou uma sobrecarga de um campo de estudos que não era acompanhada pelo avanço real do conhecimento. As consequências desses fatos foram que “[...] o estágio seguinte, dentro da racionalidade de tais dinamismos acadêmicos: desencantamento, sinais de fastio com o termo utilizado em excesso e trivializado, descobertas de sua “não-existência real”, apelos a desconceituação [...]. (SHANIN, 2005, p. 17). Em síntese, como resposta aos pesquisadores que advogavam à renúncia do conceito de “campesinato”, o autor conclui:

Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (SHANIN, 2005, p. 19).

Na concepção apresentada por Shanin, poderíamos compreender o campesinato através de suas características gerais, mas sua análise deveria estar centrada na natureza e dinâmica do estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e reprodução dos meios de vida:

Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005, p. 5).

Neste sentido, uma conceituação semelhante sobre os camponeses é apresentada pelos pesquisadores Bernardo Mançano Fernandes e Clifford Andrew Welch (2008), em um estudo comparativo entre o campesinato e o agronegócio da laranja no Brasil e EUA. Assim, na definição de campesinato descrita pelos autores destaca-se a presença do trabalho familiar e a unidade camponesa de produção como essenciais:

O conceito de camponês utilizado em nossa pesquisa é o do produtor familiar. A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar, embora alguns autores não considerem que o contrário também é verdadeiro [...]. Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente. (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49).

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995) sugere para compreensão da produção camponesa a utilização dos elementos estruturais descritos por Tavares dos Santos (1978) “Tavares dos Santos é quem através de seu livro *Colonos do Vinho*, apresenta um conjunto articulado dos nove elementos estruturais da produção camponesa [...]” (OLIVEIRA, 1995, p. 69). Embora correndo riscos de generalizações, concordamos com a observação de Shanin “[...] a própria existência de registros sobre as repetitivas e contundentes semelhanças é um ponto que vale a pena considerar, e é a importância das generalizações baseadas na comparação entre os camponeses.” (SHANIN, 2005, p. 4).

Portanto, os elementos estruturais da produção camponesa com base em Oliveira (1995), seriam: a) *Força de trabalho familiar*, como a força principal da unidade produtiva camponesa, um trabalhador coletivo; b) *Práticas de ajuda mútua*, utilizadas para complementar em determinados períodos a força de trabalho, podem ocorrer através de mutirões ou a troca de dias de serviço; c) *a parceria*, pode decorrer da ausência de condições financeiras para contratação de trabalho assalariado, desta forma é estabelecida a parceria para divisão dos custos e dos ganhos da produção, a parceria também pode ser utilizada por pequenos produtores para aumentar sua área de cultivo; d) *trabalho assessorio*, a transformação dos camponeses em alguns períodos em trabalhador assalariado ou recebendo por dia de trabalho, constitui uma fonte de renda suplementar à família camponesa; e) *utilização de trabalho assalariado*, ocorre dentro da unidade de produção camponesa como reforço da força de trabalho familiar, por exemplo em

momentos de colheitas, dependendo do grau de desenvolvimento da produção pode se tornar permanente, combinando trabalho familiar e assalariado; f) *socialização do camponês*, a forma como as crianças são iniciadas no trabalho agrícola, compreendendo a divisão social do trabalho dentro da unidade de produção, manuseando miniaturas de instrumentos de trabalho e quando maiores se inserirem na produção; g) *propriedade da terra*, a compreensão da terra como propriedade familiar, a terra nesse contexto é entendida como terra de trabalho e não de exploração. Podem se apresentar três situações, como o camponês-proprietário, o camponês-rendeiro ou ser camponês-posseiro; h) *propriedade dos meios de produção*, na unidade de produção camponesa alguns instrumentos de trabalho são construídos, outra parte são adquiridos no mercado a preços superiores ao que o capital paga à mercadoria camponesa; i) *jornada de trabalho*, no cotidiano existe uma flexibilidade de horário de trabalho, sua jornada laboral pode variar de acordo com a época do ano e de conforme o tipo de sua produção, com períodos de menos trabalho e outros de rotina intensa.

Na atualidade, existe um crescente interesse de pesquisa no âmbito dos estudos do campesinato sobre as dinâmicas e processos da denominada *recampesinização*, no decorrer da história foram registrados fenômenos semelhantes<sup>46</sup>, existem em curso expressões contemporâneas de recampesinização, embora apresentem diferenças entre elas. O pesquisador Jan Douwe Van Der Ploeg, entre outros(as) autores(as), tem se dedicado ao estudo do tema, buscando sistematizar as experiências de recampesinização em diversas partes do mundo, como também contribuir para a elaboração de elementos teóricos que possibilitem uma base de explicação para esses processos.

A presença dos processos de recampesinização em nível mundial é descrita por Ploeg (2016) como um dos motivos para que ativistas e pesquisadores deem atenção para a “arte da agricultura” e as formas que se apresentam o campesinato contemporâneo, como ocorre na Ásia “o mundo de hoje testemunha processos em massa, ainda que muito variados, de recampesinização. Há expressões notáveis disso no “retorno” às pequenas unidades familiares na China, no Vietnã e em outros países do Sudeste Asiático [...]”

---

<sup>46</sup> É interessante notar que Marx em seu texto sobre a acumulação primitiva, em uma nota de página (nota 675) descreve um processo semelhante a uma recampesinização “Quando a revolução do mercado mundial, no final do século XV, destruiu a supremacia comercial do norte da Itália, surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores das cidades foram expulsos em massa para o campo e lá deram à pequena agricultura, exercida sob a forma de jardinagem, impulso nunca visto.” (MARX, 1996, p. 342).

(PLOEG, 2016, p. 17). Na Europa, nota-se um movimento crescente de agricultores se afastando do modelo empresarial de agricultura e da dependência dos mercados, uma reorientação em direção a forma camponesa de trabalhar em suas unidades produtivas e de se relacionar com a terra “Os agricultores europeus estão alargando a *campesinidade* de suas unidades agrícolas e se reconstituindo como novos camponeses — não como “camponeses de ontem”, mas como *camponeses do terceiro milênio*.” (PLOEG, 2008, p. 174). Na América Latina e no Brasil, um aumento significativo de estudos ocorreu nos últimos anos sobre as experiências de recampesinização em diversos países do continente, a luta histórica pelo acesso à terra protagonizada pelos camponeses brasileiros, contando também com a participação de famílias oriundas das cidades, possibilitou a criação de novas unidades camponesas no país:

Outro processo extraordinário aconteceu no Brasil, onde o êxodo rural (que teve início durante a ditadura militar da década de 1970) foi revertido por meio de um movimento massivo de centenas de milhares de pobres, sobretudo, mas não apenas, vindos de favelas miseráveis e perigosas, rumo ao campo. Eles ocuparam enormes porções de terra que foram finalmente convertidas, depois de prolongadas e árduas lutas, em diversas novas unidades camponesas. (PLOEG, 2016, p. 17).

Nesse aspecto, a compreensão dos diversos processos de recampesinização indicam que elas podem ocorrer de formas variadas, no entanto traços e eixos comuns podem ser estabelecidos. Uma característica tem contemplado as análises sobre as dinâmicas de recampesinização na atualidade, elas indicam cada vez mais a resistência e oposição de agricultores(as), camponeses e indígenas, ao modelo de modernização e agricultura industrial proposto pelas grandes corporações transnacionais e gigantes do agronegócio. Nesta direção, para os pesquisadores Peter Rosset e Maria Martínez Torres (2016), nesse sistema a produção e o consumo não estão vinculados nem no tempo nem no espaço, enquanto as corporações atuam em escala global com alianças estratégicas entre os fornecedores de insumos, processadores, comerciantes, cadeias de supermercados e bancos financeiros para formar complexos agroalimentares que Philip McMichael (2016) e outros autores denominam Regime Alimentar Corporativo e Ploeg (2008) chama de Impérios Alimentares (ROSSET; MARTÍNEZ TORRES, 2016).

Deste modo, a partir dos elementos apresentados acima, podemos indicar algumas das formas que os processos de recampesinização contemporâneos ocorrem e os caminhos que eles podem seguir. De acordo com Ploeg (2008), essa estrutura produtiva da agricultura industrial impõe uma elevada pressão nos sistemas locais e regionais de

produção de alimentos, mas ao mesmo tempo e contraditoriamente ela produz outra tendência “Isso introduz fortes tendências para a marginalização e para novos padrões de dependência, os quais, por sua vez, impulsionam grande parte dos processos atuais de recampesinização — quer no Terceiro Mundo, quer em países industrializados.” (PLOEG, 2008, p. 23). De outra forma, o autor comenta que a ascensão dos impérios alimentares na América Latina e suas investidas para dissolução do campesinato, geram resistências e novas formas de recampesinização “Por mais que estes novos impérios apresentem uma tendência para destruir o campesinato, eles provocam e criam novas formas de recampesinização.” (PLOEG, 2008, p. 74-75).

Diante deste contexto, a recampesinização surge como uma alternativa para agricultores e camponeses, ela pode ser descrita na busca por independência diante dos mercados de insumos e sementes, na construção de uma base sólida de recursos dentro da unidade camponesa, na criação canais alternativos de comercialização e distribuição de alimentos, na transição agroecológica, pela conquista da Soberania Alimentar, na cooperação entre produtores, na luta pela terra e reforma agrária, uma série de fatores. Em outras palavras, a recampesinização pode ser traduzida na busca constante do campesinato pela sua autonomia e reprodução material “Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência.” (PLOEG, 2008, p. 23). Portanto, a recampesinização pode emergir de dentro da própria agricultura camponesa, com ganhos produtivos e qualidade de vida para as famílias envolvidas, assim trata-se de tornar a agricultura mais camponesa “A recampesinização também se refere ao aperfeiçoamento do processo produtivo, o que permite novos ganhos de produtividade e, frequentemente, com grande sofisticação. Em suma, a recampesinização é um processo que torna a agricultura mais camponesa.” (PLOEG, 2008, p. 173). Entretanto, os processos de avanços de consciência do campesinato, sobre sua inserção no mundo e condições materiais, são de grande importância para que se desenvolva a recampesinização, como descrevem Cindy Ule e Peter Rosset “O processo de recampesinização intencionada começa a materializar-se nas famílias e comunidades campesinas quando estas são conscientes de si, do que são, do que tem e o que valem.” (ULE; ROSSET, 2022, p. 185, tradução nossa).

As diversas experiências de lutas pela terra, reivindicações por reforma agrária, retomadas de terras, ocupações de latifúndios ou áreas dominadas pelo agronegócio, terras comunais, podem ser consideradas uma vertente da recampesinização. De acordo

com Ule e Rosset (2002), todas essas ações são as que permitem pessoas que não tenham a terra possam ter, para dar início a um processo de recampesinização. No entanto, chamam a atenção que esses aspectos articulados são apenas a origem da recampesinização, mas que não garantem sua a materialização, pois uma família campesina pode retornar ao campo, mas aplicar as dinâmicas de produção do agronegócio (ULE; ROSSET, 2022). Todavia, sem a terra não existe processo que possa se iniciar “Voltemos com o exemplo de retornar ao campo ou recuperar a terra, este aspecto – para o campesinato que teve que sair de seu território ou que não tem a terra – é primordial, pois sem terra não há dinâmicas de recampesinização que se possa materializar [...]” (ULE; ROSSET, 2022, p. 194-195, tradução nossa). De outra forma, como no caso do Brasil, a entrada de famílias de origem urbana na luta pela terra, pode ser considerado como uma das múltiplas formas que a recampesinização se desenvolve, como cita Ploeg “a recampesinização surge numa multiplicidade de formas [...]. Ela ocorre, por exemplo, através de um influxo de populações urbanas na agricultura, como é o caso impressionante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil [...]. (PLOEG, 2008, p. 26).

Por outro lado, em um cenário de dependência e subordinação, a recampesinização pode se apresentar como uma saída viável para aqueles agricultores que se encontram submetidos aos domínios do mercado e dos bancos, mas é preciso caminhar em direção da construção de novas relações produtivas “Por conseguinte, é necessário procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia. É dessa forma que o processo de recampesinização se inicia.” (PLOEG, 2008, p. 24-25). Conforme Ploeg (2008), em suas pesquisas o autor tem observado casos de agricultores pautados na produção de tipo empresarial<sup>47</sup> realizando uma reorientação em direção à agricultura camponesa e a autonomia, essa reconversão seria uma das formas como a recampesinização pode ocorrer:

A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados. (PLOEG, 2008, p. 23).

---

<sup>47</sup> Uma produção altamente especializada e completamente orientada para o mercado (PLOEG,2008).

Desta forma, a recampesinização deve ser entendida como um processo, que ocorre através movimentos ascendentes e descendes, de fluxos e refluxos, uma luta constante do camponês pela sua reprodução e a busca por autonomia, pela defesa de suas terras, florestas e plantações, infraestrutura, animais, em síntese, sua base de recursos “Uma vez construída a base de recursos, ela precisa ser defendida — precisamente porque o modo camponês de fazer agricultura convive continuamente com um ambiente ameaçador.” (PLOEG, 2008, p. 52). Portanto, o campesinato resiste para manter sua condição camponesa<sup>48</sup>, ela pode ser ampliada e renovada, como também o camponês pode presenciar suas práticas e cultura serem reduzidas ou até extintas. Nesse ponto reside a condição camponesa, sujeita a processos de descampesinização e/ou recampesinização, sobre a questão reflete Ploeg:

Sendo essencialmente um processo, torna-se possível, do ponto de vista analítico discutir a condição camponesa em termos de *descampesinização e recampesinização*. Na recampesinização a gramática camponesa é mais articulada, e de forma mais coerente e abrangente, enquanto se materializa, na prática, em realidades socio-econômicas mais fortes, mais convincentes e mais auto-sustentados. A descampesinização diz respeito à tendência oposta: a um enfraquecimento, erosão ou até desaparecimento de práticas camponesas e da racionalidade associada a elas. Tanto a descampesinização como a recampesinização podem ser introduzidas a partir do exterior ou emergir do interior. (PLOEG, 2008, p. 52).

No capítulo anterior, abordamos as interpretações sobre o campesinato no curso do desenvolvimento capitalista na agricultura, de certa forma nossa ênfase foi direcionada às dinâmicas do capital e como elas impactaram os camponeses, através da descampesinização, subordinação, sujeição e espoliação, entre outros pontos. Assim, recorreremos as contribuições de Ule e Rosset (2022), expressas no Quadro 2, para compreender como podem se estabelecer nos territórios outras múltiplas expressões de descampesinização e recampesinização, como os seus desdobramentos sobre a condição camponesa. Todavia, nossa atenção será sobre as dinâmicas de recampesinização, incorporando as análises desses pesquisadores para enriquecer a leitura da realidade camponesa. Descrevemos a seguir, a relação entre os processos de recampesinização e os movimentos socioterritoriais, a agroecologia, a igualdade de gênero, a permanência da juventude, como outros caminhos possíveis para o campesinato.

---

<sup>48</sup> De acordo com Ploeg “O conceito de “condição camponesa” se refere, precisamente, a este eixo entre o campesinato e o contexto social.” (PLOEG, 2008, p. 52).

Quadro 2 - Expressões territoriais da descampesinização e recampesinização

<b>Descampesinização</b>	<b>Recampesinização</b>
- Desintegração comunitária	- Organização Comunitária
- Deslocamento do campesinato	- Retorno ao campo
- Revolução Verde: <ul style="list-style-type: none"> <li>° Monocultivo</li> <li>° Agroquímicos</li> <li>° Sementes transgênicas</li> <li>° Super exploração da terra</li> <li>° Concorrência e individualismo</li> </ul>	- Agroecologia: <ul style="list-style-type: none"> <li>° Diversificação</li> <li>° Fertilizantes orgânicos</li> <li>° Sementes criolas</li> <li>° Respeito pela natureza</li> <li>° Solidariedade e vida comunitária</li> </ul>
- Dependência alimentar - produção exclusiva para o mercado	- Soberania Alimentar
- Educação Rural	- Formação e/ou educação do campo
- Dinâmicas econômicas impostas e manipuladas	- Recuperar e fortalecer as economias locais
- Perda da identidade e da cultura camponesa	- Recuperação e construção da identidade e cultura camponesa
- Governo	- Governo próprio
- Desconhecimento dos direitos do campesinato	- Reconhecimento dos direitos do campesinato
- Segurança militar e paramilitar	- Segurança própria
- Ideologia imposta	- Ideologia e conhecimento da realidade
- Saúde privada	- Saúde comunitária e coletiva
- Serviços “Públicos”	- Sistemas autônomos e sustentáveis
- Acumulação de terra	- Redistribuição da terra

Fonte: ULE; ROSSET, 2022, tradução nossa.

Neste aspecto, compreendemos os movimentos socioterritoriais como promotores da recampesinização, como o exemplo da Via Campesina e a sua atuação internacional “O papel da Via Campesina nas principais lutas sociopolíticas e a sua persistência em abordar as organizações das Nações Unidas como a FAO são uma expressão *par excellence* da tendência rumo à recampesinização.” (PLOEG, 2016, p. 154). No Brasil, a luta conduzida pelo MST é notadamente reconhecida por estabelecer processos de recampesinização, um estudo que tomamos como base, foi desenvolvido pela geógrafa Yamila Goldfarb (2007), trabalhando entre outros temas, com a recampesinização. A autora realizou sua pesquisa nos assentamentos do MST da região metropolitana de São Paulo-SP, denominados de “Comunas da Terra”, uma experiência inovadora de formato de assentamento, parcelamento dos lotes, proximidade com a zona urbana, entre outros fatores. As famílias da “Comunas da Terra” possuem origem urbana em grande medida, muitas delas advindas de uma situação de precariedade nas metrópoles, a recampesinização dessas famílias levou a organização de um novo tipo de assentamento.

A agroecologia tem se demonstrado como uma das formas mais exitosas para o estabelecimento e a consolidação da recampesinização. O pesquisador Vitor Toledo (2011), indica que a agroecologia deixou de ser uma disciplina científica de caráter alternativo para converter-se em uma prática emergente e tecnologicamente inovadora, tornando-se também um movimento social, cultural e político. Para o autor, a agroecologia retorna a uma prática produtiva em oposição à agronomia convencional, geralmente a serviço dos grandes proprietários e corporações, tornando-se a agroecologia um movimento social ligado as reivindicações dos pequenos agricultores, camponeses, povos indígenas e pescadores artesanais (TOLEDO, 2011). Assim, o estudioso realizou um balanço das experiências agroecológicas na América Latina, em territórios que considera como os “cinco polos de inovação agroecológica” no continente, são eles: o Brasil, a Região Andina (Peru, Equador, Bolívia), a região da América Central (Guatemala, Nicarágua, Honduras), México e Cuba.

Destaca-se no continente uma inovação para difusão da agroecologia, o estabelecimento do Movimento de Camponês a Camponês (Campesino a Campesino - CAC), um método de educação popular campesino com caráter horizontal, onde os camponeses são os educadores de seus pares, são feitas visitas nas unidades produtivas para conhecimento das práticas agroecológicas em andamento, oficinas (talleres) de formação são realizadas para o avanço do conhecimento sobre a agroecologia, entre

outras ações. Esses elementos conjugados, são descritos por Toledo (2011) como um triplo processo de transformação: a) cognitivo, epistemológico ou científico; b) prático ou tecnológico; c) social e/ou político, levando o autor a afirmar que no caso da América Latina, se trata de um mesmo processo que articula três dimensões de mudança, três revoluções (TOLEDO, 2011). Diante dessas experiências, Vitor Toledo ressalta a permanência do campesinato e indica processos de recampesinização:

Contra todas as opiniões dos estudiosos que previram o desaparecimento do campesinato, ou ao menos que duvidavam de sua permanência no médio prazo, os camponeses tem aumentado sua presença social, cultural e política no mundo [...] de tal sorte que uma estimativa realizada em dezessete países registrou um aumento dos pequenos proprietários em 220 milhões entre 1990 e 1999 [...]. (TOLEDO, 2011, p. 44, tradução nossa).

Neste mesmo caminho, um trabalho realizado por Rosset e Martínez Torres (2016), estabelece o vínculo entre as práticas e teorias agroecológicas e suas contribuições no desenvolvimento de territórios camponeses e dos processos de recampesinização. Os autores realizam uma síntese sobre as experiências agroecológicas, através das organizações que compõem a Via Campesina, indicando o estabelecimento de práticas em diversas regiões do mundo, África e Ásia estão neste estudo. A agroecologia surge como alternativa em um cenário de dependência e endividamento dos pequenos agricultores, de deterioração das condições naturais e da base de recursos dos produtores, ao realizarem a transição agroecológica esses camponeses passam a utilizar os recursos encontrados em suas próprias terras, como as coberturas mortas ou vivas, as correções orgânicas e a diversificação de cultivos e animais (ROSSET; MARTÍNEZ TORRES, 2016). Em síntese, para os pesquisadores a agroecologia é um elemento chave no processo de recampesinização e na reconfiguração do território em territórios camponeses:

As práticas agroecológicas são similares, e se baseiam com frequência, nas práticas camponesas tradicionais, assim que em essa transição se realiza a recampesinização. E ao fazer a diferença entre a devastação ecológica e social da terra pelo agronegócio, e a agricultura ecológica na terra recuperada pelo campesinato, eles estão reconfigurando territórios como territórios camponeses, porque se recampesinizam através da agroecologia. (ROSSET; MARTÍNEZ TORRES, 2016, p. 25-26, tradução nossa).

A construção de novas relações gênero no campo, foram pesquisadas por Renata Rocha Gadelha (2022) como expressões da recampesinização. O estudo foi realizado analisando histórias de vida de mulheres camponesas, residentes no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel (PR). A pesquisadora investigou como a participação

das agricultoras no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), possibilitou o avanço no entendimento dessas mulheres enquanto camponesas e contribuiu à busca pela igualdade de gênero dentro de suas famílias. De acordo com Gadelha (2022), através dos debates e das formações propiciadas pelo MMC sobre agroecologia e equidade de gênero, essas camponesas passaram a reivindicar a participação nas decisões produtivas, a construção de diálogo e igualdade em suas relações matrimoniais, possibilitando a transição agroecológica em muitas unidades camponesas impulsionadas por essas mulheres. Entre as conclusões descritas pela autora, destacamos o papel do MMC na formação dessas camponesas, fato que possibilitou um processo de recampesinização, devido as dimensões de gênero e agroecologia que o movimento aborda:

Observamos que o processo de recampesinização, ou seja, o resgate de práticas da forma de fazer agricultura camponesa [...] quando impulsionado pela participação no MMC, ocorre através de uma ressignificação do campesinato: a busca da extinção das desigualdades de gênero e do fim do machismo nas relações. Como as novidades são trazidas pelas mulheres inseridas no movimento – no caso a proposta para a transição agroecológica –, se não houver equidade entre os gêneros e o reconhecimento da necessidade da participação da mulher em todos os processos de decisão, a mudança não se concretiza, pois o parceiro não aceita a ideia trazida pela esposa, que não teria direito à opinião. [...] A recampesinização só é possível porque o movimento discute tanto as questões de gênero como as da agroecologia, o que permite a ressignificação do campesinato através da igualdade de gêneros. (GADELHA, 2022, p. 147).

Um outro elemento que merece atenção dos movimentos camponeses, está relacionado com a juventude do campo, sua permanência e sobrevivência na terra. Assim, dinâmicas de recampesinização devem ser pensadas e executadas para garantir qualidade de vida para os jovens na agricultura. Entre os problemas enfrentados pela juventude rural está a falta de renda, em muitos casos o trabalho do jovem camponês é incorporado no interior da família e não remunerado, gerando dependência financeira dos pais, o que de certa maneira pode ocorrer com as mulheres camponesas em relação aos seus esposos. As perspectivas de estudos também são mais escassas para a juventude do campo, os fechamentos em escala crescente das escolas do campo, a distância muitas vezes significativa das Universidades, são fatores que limitam a continuidade dos estudos desta juventude. O acesso a serviços de cultura e lazer também são menores nas áreas rurais, espaços de socialização que poderiam contribuir para permanência da juventude no campo, nos dias atuais as novas tecnologias digitais fazem parte do cotidiano da juventude camponesas, nesse aspecto os serviços de telecomunicações devem ser acessíveis, como

por exemplo a internet rural. A juventude do campo muitas vezes encontra sua perspectiva de reprodução material na agricultura bloqueada através das divisões de herança e da propriedade da família, se o grupo familiar for extenso e as terras pequenas, o caminho a seguir pode indicar a proletarização nas cidades.

Neste aspecto, existem uma série de fatores podem influir para o êxodo rural da juventude, essa questão é abordada por Ule e Rosset (2022) como expressão da descampesinização “Na juventude é comum encontrar que os principais anseios são sair do campo, com o ideal de “seguir adiante” ou “ser alguém na vida”, porque para eles o campo não lhes fornece qualidade de vida, futuro e muito menos reconhecimento.” (ULE; ROSSET, 2022, p. 189, tradução nossa). Entretanto, existem muitos jovens que buscam permanecer no campo, apesar das adversidades elencadas, que gostam de onde vivem e das relações estabelecidas em suas comunidades, mas esperam melhorias para sua condição de jovem do campo.

Um estudo foi realizado por Huet Macz *et al* (2023) sobre recampesinização de jovens indígenas e camponeses, estudantes em duas Universidades no estado de Chiapas, México. Em sua pesquisa, os autores abordaram quais eram as perspectivas desses jovens, motivos que migraram além dos estudos, relação com suas comunidades de origem, entre outras questões. O estudo foi realizado com a intenção de compreender quais eram as intenções de recampesinização desses jovens e como ela poderia contribuir estrategicamente para defesa dos territórios em Chiapas, um estado notadamente marcado por conflitos territoriais e ambientais.

Entre os entrevistados, os motivos para migrarem às cidades seriam relacionados aos estudos, em busca de empregos, entre as jovens mulheres um motivo recorrente era poder seguir com os estudos mesmo sem apoio de suas famílias, já que em suas comunidades às mulheres o destino era o trabalho doméstico. Uma grande parte desses jovens camponeses e indígenas, mantinha contato com o trabalho agrícola, outros comercializavam os produtos oriundos de suas comunidades, participavam de festas e comemorações como forma de manter os vínculos comunitários. No entanto, mesmo com a vontade de retornar quando formados para seus territórios, desejavam melhores condições de vida, acesso à terra, formas de geração de renda, contribuir nas decisões locais, as jovens mulheres buscavam poder trabalhar em sua profissão “Se as comunidades indígenas querem contar com as contribuições das mulheres jovens devem fornecer mais espaços para que elas possam desenvolver seus sonhos.” (Huet Macz *et al*,

2023, p. 26, tradução nossa). A conclusão dos pesquisadores foi que a recampesinização seria estratégica para o retorno desses jovens ao campo e à defesa de seus territórios, muitos deles estavam envolvidos em organizações sociais e ambientalistas, poderiam contribuir como profissionais e agricultores em suas comunidades de origem, em sua maioria os jovens pesquisados queriam retornar à terra e mantinham sua identidade indígena e camponesas fortalecidas (Huet Macz *et al*, 2023).

#### 4.2 A RECAMPEINIZAÇÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE

Nossas observações indicam a existência de um processo de recampesinização no território do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG. Um território de resistência constituído a mais de duas décadas, foco de um dos conflitos agrários mais antigos do Brasil. Nesses anos, muitas famílias chegaram e partiram dos acampamentos, mas um campesinato foi constituído a partir da experiência real de luta pela terra e reforma agrária, desenvolveram a produção, construíram suas casas, criaram seus filhos e filhas, permaneceram na terra e sonham com a conquista do assentamento.

A formação do campesinato nas áreas do Quilombo Campo Grande, decorre em nossa interpretação da convergência de três situações principais de recampesinização, no que concerne a origem das famílias acampadas. O primeiro grupo, seria composto pelos antigos trabalhadores da usina e seus descendentes, participantes antigos das primeiras ações de ocupação da terra. O segundo grupo, formado por trabalhadores relacionados a cultura do café na região Sul de Minas, assalariados rurais ex-moradores das cidades próximas e migrantes vindos de diversas regiões para a colheita cafeeira. O terceiro grupo, está relacionado a famílias oriundas da região metropolitana de Campinas-SP, que hoje compõe uma grande parcela dos acampados. Todavia, existem famílias que vieram de outra situação e por outros caminhos, através de movimentos de migração interna na região e de outros estados além de São Paulo. Mas acreditamos ser esses os três principais grupos que contribuíram para composição das famílias acampadas nos processos de recampesinização no Quilombo Campo Grande.

Desta forma, nossa análise sobre o campesinato nos acampamentos está centrada na experiência de recampesinização de cinco famílias, uma família de um antigo trabalhador da usina, uma família de migrantes e três famílias da região metropolitana de Campinas-SP, como abordaremos adiante. Assim, buscaremos compreender como ocorreram as dinâmicas de recampesinização em um território organizado por um movimento socioterritorial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que também estimula e fortalece a organização do campesinato. De acordo com Ploeg (2006), a recampesinização envolve uma dimensão qualitativa e quantitativa, as experiências de retorno à terra estabelecidas pelo MST podem ser um exemplo:

Recampesinização contempla uma mudança qualitativa: trata-se de pessoas tornando-se camponesas. Elas entram na condição camponesa, no modo de produção camponês, vindas de qualquer outra condição. Isso relaciona-se a uma dimensão quantitativa: o número de camponeses está aumentando. Neste caso, o MST no Brasil é um ótimo exemplo. (PLOEG, 2006, p. 42).

O processo de recampesinização não é automático, exige adaptação e persistência “Tornar-se um camponês não é compreendido, neste texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo.” (PLOEG, 2006, p. 43), ainda mais se levarmos em conta as dificuldades encontradas nos acampamentos (falta de energia, apoio governamental, despejos, etc.). As dinâmicas de recampesinização podem ser observadas em outras áreas onde foram criados acampamentos Sem Terra no período recente, como por exemplo os acampamentos da região metropolitana de Belo Horizonte MG, organizados pelo MST, que possuem em sua composição uma grande quantidade de famílias de origem urbana, vindas de bairros periféricos. Em artigo publicado em 2004, o professor Bernardo Mançano Fernandes chamava a atenção para uma mudança no perfil das famílias que buscavam a luta pela terra como alternativa de vida, indicando um aumento de famílias urbanas:

Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou. Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No Estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) começaram a organizar famílias para lutarem pela moradia ou por terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. (FERNANDES, 2004, p. 50).

Na mesma direção, as indicações de mudanças no perfil das famílias que participam de ações de ocupações de terra e de acampamentos nos últimos anos, não significam um abandono do horizonte e projeto de reforma agrária camponesa. A participação de famílias de origem urbana representa um alargamento da possibilidade que novos sujeitos se insiram na luta contra a concentração fundiária e busquem melhores condições de vida, conforme veremos, muitas dessas pessoas também possuem raízes no campo, nasceram em áreas rurais ou são filhos(as) de lavradores. Conforme Goldfarb (2007), podemos entender essas mudanças como uma “heterogeneização do sujeito da reforma agrária”, a autora comenta essa mudança na composição da base social do MST:

Estamos diante, portanto, de uma mudança de contexto histórico que coloca uma mudança na base social que compõe o MST, em especial na região sudeste do país, onde a modernização do campo jogou uma massa de trabalhadores nos centros urbanos, que se recusam a viver sem a possibilidade de uma vida digna. (GOLDFARB, 2007, p. 70-71).

Os dados referentes ao Laudo Socioeconômico<sup>49</sup> realizado em 2018 nos permitem descrever um panorama do acampamento Quilombo Campo Grande, sobre aspectos como religião, origem étnica, escolaridade, uso de agrotóxico, preservação das matas, etc. Outro aspecto abordado é o tamanho da área de cada acampamento, número de famílias por acampamento, origem das famílias, trabalhadores da antiga Usina Ariadnópolis. O documento possui 49 páginas, destacando também algumas características da produção, principalmente do café. O laudo Socioeconômico foi elaborado para contribuir com a comprovação de posse das famílias acampadas perante a justiça, na situação de conflito agrário instaurado na área. No ano de 2021, foram realizadas a atualização de dados<sup>50</sup> e acrescentados novas informações, participamos da equipe de coleta, percorrendo os acampamentos e dialogando com as famílias. Duas ressalvas são importantes, a primeira sobre o levantamento de 2018, que apresenta na sua totalidade 462 famílias, uma diferença de 3 famílias a menos para 2021 (459 famílias). Os acampamentos possuem atualmente uma estabilidade relativa, comparado com acampamentos recém criados, mas diante da demora na desapropriação da área, desistências são possíveis. A segunda

---

<sup>49</sup> O documento foi elaborado pelo Prof. Dr. Estevan Leopoldo De Freitas Coca; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Bezerra, doutoranda Michelle Neves Capuchinho (UFJF). Ele é fruto da parceria com instituições da região sul de Minas (UNIFAL-MG) com a Faculdade de Serviço Social da UFJF. Na ocasião, contribuimos com a escrita do tópico sobre a educação no Quilombo Campo Grande.

<sup>50</sup> Esse novo levantamento contou com a contribuição de militantes do MST e discentes da UNIFAL-MG, parte do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA).

observação refere-se a inclusão no levantamento da área chamada de “Coloninha”, trata-se de famílias que também aguardam a decisão de desapropriação, contudo com pouca organicidade nas atividades do MST, o que não retira o direito da posse, pois estão dentro dos limites denominado CAPIA (Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo) empresa responsável pela massa falida da Usina Ariadnópolis. O Quadro 3 apresenta a área (ha) e o número de famílias de cada acampamento, em 2018 o Quilombo Campo Grande possuía um total de 2.029 pessoas, os acampamentos com mais famílias são Sidney Dias e Rosa Luxemburgo, 78 e 76 famílias. Esses também são os maiores acampamentos em número de hectares, estão localizados próximos a sede da fazenda, com áreas planas e central do terreno, são acampamentos limítrofes.

Quadro 3 – Área e número de famílias de cada Acampamento

<b>Comunidades</b>	<b>Área (hectares)</b>	<b>Famílias</b>
Tiradentes	242	27
Coloninha	61	13
Resistência	160	43
Fome Zero	138	30
Girassol	166	45
Potreiro	297	63
Sidney Dias	672	78
Rosa Luxemburgo	439	76
Irmã Dorothy	180,2	13
Betinho	356	27
Chico Mendes	259	16
Vitória da Conquista	189	31
Remanescente Florestal	805	S.I.

Fonte: Laudo Socioeconômico 2018 – Editado.

Nesses dois acampamentos, apesar de grandes esforços no plantio de árvores por parte dos acampados, nota-se os efeitos de décadas de monocultura de cana-de-açúcar. As árvores plantadas nos lotes vão crescendo ao redor das casas e assim se expandindo de dentro pra fora. No acampamento Rosa Luxemburgo existe uma estrutura feita para reuniões e encontros, chamado de “barracão coletivo do Rosa” (Fotografia 4), ali são

realizadas atividades com as crianças pelo setor de educação<sup>51</sup> e os treinos do grupo de capoeira, com participação dos jovens. Além de assembleias, atividades de formação, encontros religiosos e festejos, como na época das festa juninas.

Na área entre esses dois acampamentos, Sidney Dias e Rosa Luxemburgo, está em andamento as obras de reconstrução da Escola Popular Eduardo Galeano, destruída covardemente no despejo de 2020, a antiga estrutura da escola ficava na frente da sede da Usina, local onde eram realizadas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), após o despejo no terreno foi plantado uma monocultura de Soja.

Fotografia 4 - Reunião dos acampados no “Barracão Coletivo do Rosa”



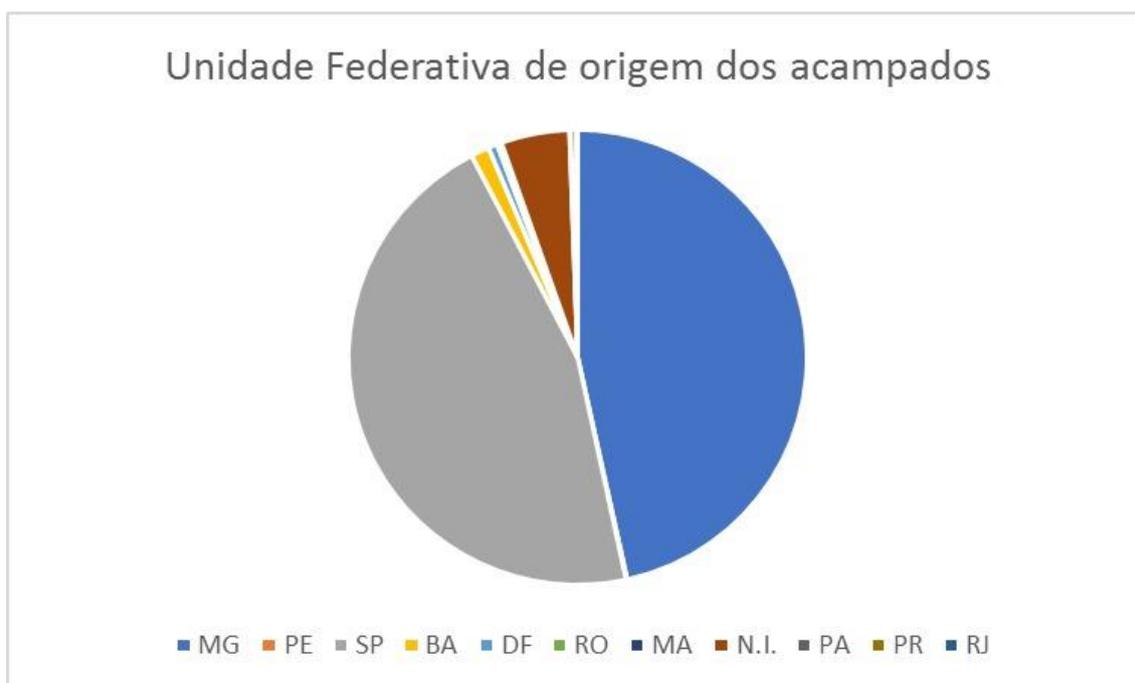
Fonte: Marcos Bertachi (Arquivo pessoal, 2021).

---

<sup>51</sup> O MST se organiza em setores para realização de suas tarefas e demandas, cada setor é responsável por uma área: Setor de Saúde, Setor de Educação, Setor de Formação, Setor de Produção e Cooperação, Setor de Frente de Massas, Setor de Comunicação, etc.

Desta forma, o levantamento de dados realizado em 2021, denominado pelo MST e os pesquisadores(as) participantes de “Censo Sem Terra”, demonstrou a procedência dos acampados(as) no Quilombo Campo Grande (Gráfico 1). Os acampamentos possuem moradores de diversas localidades, de municípios e estados diferentes da federação, no entanto, a predominância de origens dos acampados (92,2%) estão localizadas nos estados de São Paulo (45,7%) e Minas Gerais (46,5%). As sistematizações desses dados relativos ao “Censo Sem Terra”, foram analisadas por Leonardo Lencioni Santos (SANTOS, 2023) em sua dissertação de mestrado, abordando outras características do acampamento e o debate sobre a Reforma Agrária Popular.

Gráfico 1 – Unidade Federativa de origem dos acampados



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca.

Em nosso trabalho de campo, realizamos entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo com sete camponeses e camponesas acampados no Quilombo Campo Grande, que representam cinco famílias. Em duas famílias as entrevistas foram realizadas com o casal, que em nosso ponto de vista contribuiu para enriquecer nossas análises e compreender as trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A escolha das

famílias decorreu de nosso conhecimento prévio sobre a origem desses camponeses, queríamos compreender como sujeitos de origens distintas tornavam-se camponeses, na perspectiva da recampesinização. Deste modo, as famílias participantes foram divididas em três grupos de origem, como descrevemos anteriormente, sendo elas: Uma família de ex-trabalhadores da Usina Ariadnópolis, uma família de migrantes relacionados com as colheitas do café e três famílias de origem urbana. Os eixos de análises que apresentamos a seguir, serão divididos em três partes, as origens e mudanças, trabalho e produção, a luta pela terra e o MST.

### 4.3 ORIGENS E MUDANÇAS

O camponês Batista<sup>52</sup> reside com sua esposa no acampamento Sidney Dias, em um lote de aproximadamente 4,5 hectares. Na ocasião sua esposa estava ausente, realizamos a entrevista somente com o marido. Nascido e criado na zona rural, natural do município de Campo do Meio-MG, camponês Batista está com 60 anos de idade, sua infância e adolescência foram na Fazenda Jatobá, atual assentamento do MST - Primeiro do Sul. Sobre sua infância relata que desde os oito anos de idade já era obrigado a trabalhar, de origem camponesa, quando perguntado se sua família tinha terras, relata como perderam as terras e voltaram a trabalhar como empregados na Usina Ariadnópolis:

Os mais velhos, os avôs, tinham terra, mas foi destinada, já agregada, junto, perto dessa fazenda. Então, voltando, perdemos meus avôs, tios, tudo tinha, uns pedaço de terra, eram camponeses e ficou sem nada, voltou a ser empregado também da usina. Então, veio esse ciclo de gerações, terceiras gerações, que é do meu conhecimento, que é eu, estou nas terras até hoje. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

Durante muitos anos camponês Batista foi trabalhador da fazenda e Usina Ariadnópolis, ele descreve como era seu trabalho:

Era todo serviço manual da fazenda, que era manual, não era mecanizado, então, era tudo braçal, era capina de cana, planta de cana, planta de café, colheita de café, colheita de cana. Então, tudo isso era o ano todo a gente fazendo esse processo. Quando não estava colhendo, café, cana e capinando, né? Plantando, essa era nossa vida aqui. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

---

<sup>52</sup> Os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa serão preservados, utilizaremos o termo camponês ou camponesa e outros nomes.

Em sua descrição, fica nítido a rotina que era realizada na fazenda cotidianamente, na época a Fazenda Ariadnópolis também possuía plantações de café, como observamos no primeiro capítulo, pelo relato indica que todas as funções eram realizadas no ciclo produtivo tanto do café como da cana-de açúcar pelos assalariados rurais, no entanto chama atenção em sua fala o fato do serviço ser manual, representando um ciclo anterior à mecanização da agricultura e da reestruturação produtiva no setor canavieiro. Quando perguntado sobre quais motivos de ter entrado na luta pela terra comenta:

A minha intenção foi isso, porque, vamos supor, a gente já estava percebendo que a mecanização já estava chegando no campo. Então, não ia ter futuro. Como eu não tive oportunidade de ser qualificado, então, uma coisa que eu tinha aprendido é trabalhar na roça. Então, a mecanização, eu tinha certeza que a mecanização ia tirar 98% do serviço braçal da roça. Então, foi aonde que a primeira coisa que bateu, foi essa necessidade: Eu tenho que ocupar a terra, por direito de não ter recebido meus direitos trabalhistas, e eu, futuramente, eu não ia ter condições de ser empregado. Aí, foi aonde que a gente, a primeira coisa, ocupou, juntamos força, juntamos o MST, nós, trabalhador aqui da antiga Ariadnópolis, unimos força junto com o MST e nós ocupamos as terras. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

Notamos em sua argumentação, que um dos motivos para o despertar à luta, foi receio do desemprego diante do avanço da mecanização agrícola, indica que por não ter estudos não conseguiria mais trabalho. Contudo o outro motivo indicado, está no fato de não ter recebido seus direitos trabalhistas, junto com centenas de outros trabalhadores(as), no processo de falência da Usina Ariadnópolis. Como observado no primeiro capítulo, após um período de greves desses trabalhadores, sem perspectivas de receber seus direitos, articulações com o MST, camponês Batista e outros trabalhadores traçam uma estratégia, a solução encontrada foi a ocupação das terras por direito.

No acampamento Herbert de Souza (Betinho), vive o camponês Lima e sua esposa, moram com o casal o filho de 18 anos. O acampamento “Betinho” está localizado próximo a Comunidade do Limeira, nessa área encontra-se também o acampamento Chico Mendes. O lote da família possui 10 hectares, dedicados principalmente ao plantio e colheita do café, nos lotes próximos moram a família de sua esposa, composta por ex-trabalhadores rurais migrantes que se deslocavam todos os anos para trabalhar nas fazendas cafeeiras do Sul de Minas. Nascido na região de Bom Jesus da Lapa-BA, camponês Lima está com 39 anos, desde pequeno mora na zona rural, sem nunca ter vivido na cidade, suas lembranças de infância estão relacionadas ao trabalho, começou a

trabalhar com sete anos de idade, acompanhando o pai em fazendas de gado, realizando serviços para os pecuaristas, relata esse período:

A minha infância ela foi sempre na zona rural, então assim, a gente morou em Bom Jesus da Lapa, foi a região onde eu nasci. E a gente sempre foi trabalhador em fazenda. Então assim, meu pai sempre foi funcionário de fazenda. Então a gente sempre foi ali criado e se tornou adulto ali mesmo, na lida mesmo, de trabalhar em fazenda. Então sempre no trabalho alugado mesmo. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Apreendeu mesmo a lidar com o gado. Já que não tinha ninguém para lidar, então era nós mesmos que tínhamos que lidar, então... Então assim, era meio que no bruto mesmo, fazer cerca, mexer com arame, fazer colheita de milho, que aí os fazendeiros plantavam milho lá e tinha certas horas que era nós mesmos que tínhamos que plantar, nós éramos pequenos, mas nós tínhamos que plantar na matraquinha. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Lá era fazenda de gado. Então era só criamento de gado. Então a gente trabalhava mesmo, era fazenda de manutenção mesmo de cerca, olhando os gados mesmo, o que que precisava ser feito. Então fazendo roçada mesmo dos pastos. Para não deixar criar capoeira então. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Desta forma, camponês Lima descreve que após os trabalhos nas fazendas de gado, muda-se com a família para as áreas irrigadas do chamado Projeto Formoso<sup>53</sup>, local que tornou-se um grande produtor de bananas. Depois já maior passa a trabalhar no setor de frutas, Camponês Lima descreve como foi esse processo:

E daí quando a gente saiu desse processo, a gente saiu da fazenda e viemos para uma região que é de Bom Jesus da Lapa também, que se chama Projeto Formoso que é uma área só de irrigação. Então muitos pequenos agricultor conseguiu adquirir um lote lá através do próprio governo mesmo. Naquela época lá quem fazia essa distribuição era a CODEVASF. E então assim, lá a gente ficou também, não era trabalhando em fazenda, mas era trabalhando, fazendo bico, né? Trabalhando mesmo no dia a dia, embalando fruta, banana. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Lá em Bom Jesus da Lapa assim, lá foi criado uns modelos de povoadinho. A gente chamava lá de agrovila. Então assim, lá era cheio de agrovilinha, de povoadinho pequenininho assim que teria 700 pessoas ou 700 famílias, né? Tipo assim, em cada bairrozinho assim. Então aí a minha família ali foi e comprou um terreninho lá mesmo para construir uma casa. E aí só tinha mesmo sua casinha mesmo e ficava trabalhando mesmo, fazendo bico, sabe. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

---

<sup>53</sup> O Projeto Formoso foi instalado em 1988 na região de Bom Jesus da Lapa-BA pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com a instalação de um perímetro irrigado que atendesse as propriedades da região. Atualmente o projeto possui 1.190 lotes ocupados por irrigantes (945 lotes familiares e 245 lotes empresariais).

Desprende-se do relato acima, o fato de sua família ter conseguido uma casa própria por meio do Projeto Formoso, um passo muito importante para uma família. No entanto, como trabalhadores rurais, não conseguiram espaço para desenvolver uma produção familiar, conseguiram somente “um terreninho para construir a casa”. Esses fatores, levam camponês Lima a buscar trabalhos temporários como forma de sustento, fazendo “bicos” no setor de produção de frutas, mesmo com a conquista da casa, continuava dependente de outros agricultores para sua sobrevivência. Quando perguntado sobre como foi sua decisão para mudar de região e estado, de migrar para o Sul de Minas para se incorporar na luta pela terra, indica os caminhos percorridos:

Isso aí foi através do meu sogro, né? Por causa que eu estava falando, ele já tinha vindo aqui para o São Bento Abade, e de lá de São Bento ele teve o conhecimento daqui, da área aqui, e aí ele veio para cá, ajudou a fazer algumas ocupações. Que aí ele vinha fazer colheita de café lá no São Bento Abade, e aí ele retornou de volta para lá, e aí depois ele veio de novo para São Bento Abade e veio aqui de novo, depois voltou para a Bahia de novo. E aí quando eles vieram definitivamente embora já para a área aqui, aí eles ficaram me chamando para que eu viesse para cá, que era um lugar muito bom, que era uma área bem produtiva e que estava abandonada e não tinha perigo nenhum. E eu vim já direto para cá e hoje já tem 19 anos que eu estou aqui. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

O relato acima, representa a situação de uma grande quantidade de trabalhadores rurais, de inúmeras regiões do país, que se deslocam todos os anos para as colheitas de café no sul de Minas Gerais. Conforme aponta camponês Lima, seu sogro e familiares faziam parte dessa migração sazonal, colhiam café na cidade sul mineira São Bento do Abade-MG, depois retornavam para a Bahia. Em uma dessas idas e vindas, seu sogro conheceu a luta pelas terras em Campo do Meio-MG, contribuiu com as ocupações e passou a residir no acampamento, convidando posteriormente o genro e a filha para se somar aos Sem Terra, estão há dezenove anos no acampamento. A pesquisadora Glaucione Raimundo (2022), estudou as relações de trabalho na cafeicultura sul mineira e as grandes incidências de trabalho análogo escravo, ela indica as regiões de origem desses trabalhadores, a maneira como são contratados e a forma de remuneração, diz a autora:

Esses trabalhadores possuem origens variadas, podendo ser da região ou de fora dela, geralmente do Norte do Paraná, Norte de Minas, Maranhão e da Bahia, contratados por “gatos” em suas localidades. A remuneração desses empregados é proporcional a quantidade de café colhido, sendo uma estratégia utilizada por proprietários rurais para o aumento de sua produtividade na lavoura. (RAIMUNDO, 2022, p. 60).

O casal de agricultores, camponês Souza (57 anos) e camponesa Paula (52 anos), são moradores do acampamento Rosa Luxemburgo, o lote da família possui 8 hectares, moram no local somente o casal. Eles se conheceram após a separação da camponesa Paula de um outro casamento, depois de um tempo encontrou com camponês Souza e decidiram ficar juntos. Antes de viverem nos acampamentos do Quilombo Campo Grande, moraram aproximadamente trinta anos na cidade de Campinas-SP, mas conforme relatado pelos camponeses, nasceram e foram criados na “roça”, em estados distantes, ele natural de Araguaína-TO e ela de Umuarama-PR, de acordo com o casal:

Eu nasci em Araguaína, na época era Goiás, nasci em 1965, era Goiás ainda e se tornou Tocantins. Aí mudei para o Pará quando tinha 9 anos e do Pará eu vim para São Paulo, vivi em São Paulo uns 30 anos e de lá para cá eu mudei para Campo do Meio, acampamento do MST, no sul de Minas Gerais. Eu morei até os 20, 21 anos na Roça, nasci na Roça e vivi até os 21 anos. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Eu nasci no município de Umuarama, no Paraná, nasci na zona rural e vivi lá até os 19 anos de idade e depois me mudei também para Campinas, interior de São Paulo, lá eu vivi por 30 anos e agora tem 7 anos que eu voltei pra roça. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

O relato do casal, coincide com a história de migração dos camponeses brasileiros, ambos criados na zona rural, na lida com a terra, que em algum momento da vida partiram em direção aos grandes centros urbanos. Na cidade, desempenharam diversos ofícios, a camponesa Paula chegou a trabalhar em fábricas, mas grande parte de seus empregos foram como empregada doméstica, o camponês Souza por sua vez trabalhou no comércio, mas seu último emprego na cidade foi como operário metalúrgico:

Eu trabalhei um pouco em fábricas, mas a maioria do meu trabalho mesmo foi em casa de família. Pouco tempo, pouquíssimo tempo de operária, mais é casa de família mesmo. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Eu trabalhei no comércio e trabalhei também, antes de vir para cá, eu trabalhei 10 anos em metalúrgica. Operário. E aí, em 2013, eu vim para cá, para o acampamento. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Nas descrições realizadas sobre o campesinato historicamente, muitas estiveram pautadas na transformação do camponês em operário/proletário, o que observamos com a recampesinização e isso nos chamava atenção no Quilombo Campo Grande, era o movimento contrário acontecer, em uma dinâmica de (re)conversão representada por camponês- operário – camponês, como no caso camponês Souza descrito acima.

Nesse sentido, quando perguntados como conheceram o acampamento e tomaram a decisão de retornarem ao campo, em nosso estudo entendido como se recampesinizar, o casal relembra os passos seguidos:

Eu fiquei sabendo através de um amigo meu, que tinha lote aqui. Ele me convidou para conhecer. Eu vim, gostei e fiquei. Não voltei mais praticamente. Eu vim conhecer. Aí 15 dias depois eu voltei e fiquei vindo, cada 15 dias eu estava vindo. Aí consegui um lote, consegui esse lote que a gente mora hoje. E aí fiquei já, não voltei mais. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Essa história aí era meio longa. Eu conheci, na verdade, eu tinha um casamento de 24 anos e houve uma separação. E aí, um tempo depois da separação, eu conheci o “Souza”. E aí, quando eu o conheci, ele já estava morando aqui. E aí ele falou para mim que estava aqui na roça. E eu, como sempre, tive um grande desejo de voltar a morar na roça. Aí eu falei, vou conhecer. Aí vim aqui conhecer, amei, me apaixonei por tudo isso aqui. E falei para ele, é duas paixões. É uma por ele e uma pela terra. Então, coloquei minha mudança no caminhão e para cá eu vim. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Sobre as descrições acima, um fato constatado nos processos de recampesinização no acampamento Quilombo Campo Grande, foi que há muitos anos atrás o MST realizou algumas ações de trabalho de base na região metropolitana de Campinas-SP. Contudo, o que observamos após o estabelecimento de uma “comunidade” de moradores daquela região, foi que o fluxo de entrada e saída de famílias nos acampamentos, que em alguns momentos pode ocorrer, passou a acontecer de forma autônoma, a partir de pessoas que já residiam aqui ou conheciam as terras, algum conhecido ou parentes moravam no acampamento, fator que influenciou na composição de origem das famílias acampadas, grande parte vindas de Sumaré, Hortolândia e Campinas-SP. A desistência de alguma família da luta pela reforma agrária é vista com pesar, quando uma nova família chega ela é “acompanhada” pelo MST, são informados os princípios e valores do movimento, as regras internas de cada acampamento, entre outras ações. Um outro aspecto, está presente na fala da camponesa Paula, que reflete sua mudança para o acampamento dizendo “E eu, como sempre, tive um grande desejo de voltar a morar na roça” como um desejo que ficou adormecido e pode se concretizar através da recampesinização, quando também juntou “duas paixões”, uma pelo esposo e outra pela terra.

Desta forma, no acampamento Tiradentes, entrevistamos o casal camponês José (45 anos) e camponesa Maria (52 anos), junto com eles reside uma filha de 16 anos, a área do lote da família possui 11 hectares. As origens do casal também estão no campo, camponês José nasceu em uma comunidade rural do município de Cururipe-AL, por sua

vez camponesa Maria nasceu na zona rural da cidade de Nova Tebas-PR, como outras histórias que abordamos, migraram às cidades, morando no município de Sumaré antes de mudarem para o acampamento. Ambos trabalharam na roça com suas famílias durante a infância e adolescência:

Eu nasci em Nova Tebas, lá no Paraná. E eu vim do Paraná e eu tinha 12 anos. Então eu ajudava meu pai na roça. E eu vim para o Sumaré. (Camponesa Maria, Acampamentos Tiradentes, 2023).

Sempre eu trabalhei na roça. A gente vivia num sítio de um cunhado meu, então a gente sobrevivia dali. A gente plantava, colhia banana, mandioca, fazia farinha. (Camponês José, Acampamentos Tiradentes, 2023).

Em determinado momento da conversa, quando indicamos que a questão da experiência agrícola para o casal não seria um impeditivo, pois haviam crescido no campo, camponês José lembrou sua infância e o aprendizado agrícola com os pais, como cumpria tarefas específicas quando criança, com instrumentos de trabalho menores, por exemplo um “enxadinha”, ajudando a fazer as covas e na semeadura:

Da convivência dos nossos pais, né? Porque quando a gente tá ali de pequeno que pega uma enxadinha ou uma semente, um balde de semente e vai plantando junto com nossa mãe ou nosso pai, vai fazendo as covinhas, vai semeando junto, isso aí a gente não esquece. Com certeza, junto com os pais. É desse jeito que a gente aprende. A minha mãe sempre começa a levantar de manhã cedo, tinha sempre um caquinho de enxado pequenininho pra mim ir junto com ela, fazer também as covinhas pra aprender a fazer. Tanto pra plantar o feijão, plantar o milho, plantar a batata, mandioca, essas coisas aí, tudo eu fazia. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

As características de socialização das crianças camponesas foram observadas por Tavares dos Santos (1978), em seu estudo no Rio Grande do Sul. É interessante notar, que muitas das características descritas pelo autor, como os instrumentos de trabalho em menores tamanhos, apareçam no depoimento de camponês José, sobre a questão diz Tavares dos Santos “Desta maneira, o trabalho passa a fazer parte do mundo infantil, levando as crianças a internalizarem a sua importância como meio de ganhar a vida.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 45). No entanto, não possuímos elementos suficientes para afirmar que hoje as coisas ocorram da mesma forma como a trinta anos atrás, mas sabemos que crianças contribuem com pequenas tarefas nas unidades produtivas.

Sobre a questão, Tavares dos Santos (1978) realiza uma reflexão da forma que através do trabalho ocorre a socialização das crianças e dos adolescentes, como aspectos da unidade produtiva camponesa:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 44-45).

O casal entrevistado relata alguns fatos de como ocorreu a migração para as cidades, Camponês José revela que saiu de Alagoas em direção a cidade de Ribeirão Preto-SP, convidado por alguns colegas que estavam no município e o animavam em relação ao salário, ele migrou sozinho a contragosto de sua família. Em Ribeirão Preto foi trabalhar no corte da cana-de-açúcar na região, construiu sua vida na região sudeste, mas sempre enviava uma parte de seu salário para família que havia ficado:

Aí, eles sempre, quando eles voltavam, falavam que lá é bom de trabalhar, conviver lá. É melhor de viver para a questão do salário, né. Eu falei, então, se eu for lá... Eu falei para a minha irmã, um dia, se eu sair daqui, eu vou para construir a minha vida lá, em Ribeirão Preto. Se eu voltar aqui, eu só volto a passear. Minha irmã: "não vá não, porque você vai ficar longe da gente, que não sei o quê. Só tem você de caçula, porque eu sou caçula da família." Eu falei, não, mas não tem problema, quando eu puder, eu volto para fazer visita para vocês. E mesmo se eu estiver de lá, eu consigo mandar alguma coisa para vocês aqui. Como, de fato, todo mês eu mandava. Porque sempre eu mandava um dinheiro para a minha irmã, do meu salário que eu ganhava. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

Por sua vez, a camponesa Maria relembra que mesmo após a saída de sua família do campo para a cidade, que não abandonaram alguns hábitos camponeses, nas casas onde moravam os espaços de terra eram ocupados por pequenas plantações, também criavam galinhas nos terreiros, como ela diz "o costume a gente não deixou da roça":

Porque meu pai sempre criou galinha, mesmo que ele veio da roça, mas ele criava galinha, ele plantava e quando a gente morava lá no Santo Antônio, plantava mandioca ali, num limpado que tinha lá na favela, sempre sobram os pedaços. Aí ele continuava a plantar, plantava pimenta, fazia alface, tudo a gente plantava. Então esse costume a gente não deixou, mesmo que saiu da roça, foi pra cidade, mas o costume a gente não deixou da roça. (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes, 2023).

Nesse sentido, o depoimento da camponesa Maria e a permanência de costumes camponeses, mesmo nos centros urbanos, nos remete ao que denomina Goldfarb (2007) como uma “permanência de elementos do modo de vida camponês”. Para autora, a permanência desses elementos são recriados nas cidades, através de pequenas plantações, mas também de práticas e valores de uma vida camponesa. De outra forma, é a permanência desses elementos que possibilitam a recriação de um campesinato através dos processos de recampesinização:

Trata-se de uma possibilidade do retorno ao campo que se dá à permanência de elementos do modo de vida camponês nessa população espoliada dos grandes centros urbanos, mas também na possibilidade de recriação desses elementos, ainda que com diferenças. Essa população manteve elementos do modo de vida camponês, mesmo nos grandes centros urbanos, justamente como um fator de sociabilidade. [...] Mesmo nas cidades, muitos mantiveram uma pequena horta onde fosse possível, estabeleceram redes de solidariedade na vizinhança, tentaram reproduzir a família unida, trazendo, quando se dava oportunidade, membros de longe para viverem juntos. Isso indica que práticas ou valores da vida camponesa são recriados nas periferias dos grandes centros urbanos. (GOLDFARB, 2007, p. 73-74).

No conjunto dos acampados no Quilombo Campo Grande, encontramos pessoas que participaram em algum momento de suas vidas de outros acampamentos Sem Terra, com a parcela significativa vindas das grandes cidades, a participação anterior em movimentos de bairro e associações também é comum, a presença de acampados que contribuíram em ocupações urbana é recorrente. Assim, muitas famílias ao ingressarem na luta pela terra podem ter experiências anteriores de organização, como os camponeses José e Maria, que durante um período participaram do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Eles comentam que não conseguiram ficar o tempo suficiente na ocupação para conseguir o apartamento, mas camponesa Maria relata como contribuía nas tarefas dentro da organização, as experiências e aprendizados que obteve através da luta dos trabalhadores Sem Teto:

Eu fui do MTST que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e eu também cozinhava lá nesse movimento, eu sempre tinha atividade, a gente participava, das viagens também. Tinha viagem, a mesma coisa, ia pra prefeitura, ia pra câmara, ia pra não sei pra onde, tudo tinha essas coisas, então a gente já veio já desse movimento de luta já e eu agradeço muito a Deus, porque nesses movimentos aí eu aprendi muita coisa. E aqui eu aprendi mais ainda. (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes, 2023).

Ocupação também, né. A gente ficou nessa luta também, é do MTST também. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

O conhecimento sobre o acampamento Quilombo Campo Grande, segundo os camponeses José e Maria veio através de vizinhos em Sumaré, posteriormente tios e tias da camponesa Maria se mudaram para o acampamento, sempre reiterando o convite para o casal conhecer as áreas. Em uma visita aos parentes, decidiram ficar, procuraram uma das coordenadoras do MST que os recebeu e os orientou, indicando a ocupação das casas da chamada “coloninha”. A proposta feita à família era que em quinze dias retornassem, contudo voltaram antes do prazo, com apenas alguns pertences dentro de um carro, conforme o relato a previsão era ficar alguns dias, mas estão na terra até hoje:

E aí, o meu tio veio para cá. E aí, chamaram a gente para vir. Aí, nós falamos que não. Aí, um dia, nós viemos passear. Viemos passear, nós saímos de lá em uma segunda-feira, chegamos aqui. Na quarta-feira, nós voltamos. E ficou de voltar com 15 dias. A gente foi conversar com a coordenadora, né? Aí, ela falou assim, a gente vai e volta com 15 dias. Quando foi na segunda-feira, nós já estávamos aqui de volta. Nós esperamos nem dar 15 dias. Viemos conhecer, só com a roupa do corpo, algumas coisinhas, panela, e ficamos aqui. (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes 2023).

A nossa companheira lá, a coordenadora, graças a Deus, recebeu a gente bem. Então, eu agradeço muito isso a ela. Porque, finalmente, quando a gente chegou a conversar com ela, ela falou, se depender de mim, no último mês, você já pode ficar só em uma casinha lá na colônia [...] Aí, a gente conversou com ela para voltar. Ela falou, pode voltar. Aí, ela me pediu para dar os 15 dias. Só que, daí, a gente falou então, vamos se ajeitar aqui e vamos voltar. Aí, foi o tempo. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

Com mudança? Nada. Só com o Monza. Aquele Monza ali, só com as coisas dentro, a filha veio num quadradinho assim. Aí, pra ficar um mês. Não era nem um mês, era pra ficar só nas férias dela. Nessas férias, tá até hoje. (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes, 2023).

Deste modo, no início a família residiu na “coloninha”, em um segundo momento conseguiram passar para um lote e desenvolver sua produção. A “coloninha” foi um local ocupado pelo MST como forma de resistência e territorialização, tratavam-se de casas abandonadas de antigos colonos da Usina Ariadnópolis, situadas ao lado da sede da fazenda, com a mudança de famílias para área o conflito foi acirrado. Nesse local não haviam muitos espaços para produção, conforme houvesse alguma desistência nos acampamentos as famílias eram encaminhadas para os lotes. Na “coloninha” existia um salão que era utilizado pelo MST para reuniões e atividades, uma sala do setor de saúde foi estabelecida no local, um espaço de uso coletivo. Após o despejo de 2020 no Quilombo Campo Grande, os antigos proprietários da fazenda mandaram derrubar as casas, para que o MST não reocupasse a área.

Nas margens do Lago de Furnas está localizado o acampamento Fome Zero (Fotografia 5), nele residem a camponesa Lordes e seu esposo, o casal mora com três filhos pequenos, o lote da família possui 2,89 hectares, uma área pequena em comparação aos lotes de alguns acampamentos do Quilombo Campo Grande. A família viveu durante muitos anos na cidade de Campinas-SP, outros filhos(as) do casal retornaram à cidade, por motivo de casamento e trabalho. A camponesa Lourdes conta que está com 49 anos, nasceu na zona rural da cidade de Virgem da Lapa-MG, na região do Vale do Jequitinhonha, seu esposo é natural da Bahia, também nascido no campo, no entanto não estava presente no momento da entrevista. Sobre sua infância, camponesa Lourdes descreve a vivência no campo e na agricultura camponesa em companhia dos pais, relembra a variedade da produção da família:

Desde minha infância eu sempre...tudo que eu sei hoje em dia eu aprendi na infância. A gente sabia trabalhar na roça [...] porque pequeno agricultor mexe com tudo um pouco, né. A gente mexia com plantação de algodão, a gente mexia com milho, feijão, de tudo um pouco. Criava galinha, porco, essas coisas assim, cabrito, gado. Então tudo isso eu aprendi lá desde criança. Fazer queijo, feijão, fazer farinha, a gente mexia com farinha. [...], mexiam com alambique, rapadura, todas essas coisas eles mexiam. Então de tudo eu sei um pouco, eu aprendi na infância. (Camponesa Maria, Acampamento Fome Zero, 2023).

Fotografia 5 - Foto panorâmica do Acampamento Fome Zero



Fonte: Laudo Socioeconômico (2018).

Dessa forma, o relato de camponesa Lordes descreve um movimento de idas e vindas de sua terra natal à cidade no estado de São Paulo, saiu de casa com 14 anos para trabalhar como doméstica em Campinas-SP, com 18 anos retornou para Virgem da Lapa-MG, contudo um ano depois voltava à cidade grande novamente. Quando perguntada sobre seus trabalhos na cidade, revelou sua insatisfação com os horários determinados pelo ritmo industrial e dos encarregados em vigilância sobre os funcionários, seus empregos foram em firmas e fábricas:

Morava lá em Campinas, né. Sempre trabalhando em firma, essas coisas assim, mas nunca que era a mesma coisa daqui. É completamente diferente. Porque trabalhar em firma, você tem uma pessoa que toda hora tá no seu pé, mandando, e você tem que cumprir o horário. Cumprir o horário, a hora de entrar, a hora de comer e a hora de sair. E eu cumpria o horário. E aqui não. Aqui é você que faz o seu horário. Tudo dentro do seu limite. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Lá eu trabalhei de auxiliar de almoxarifado. Eu trabalhei de auxiliar de limpeza. Trabalhei de líder, que hoje em dia a gente fala que é encarregado. Lá eu seria líder. Eu tomava conta de pessoas, de turma, na área da limpeza. E trabalhei na fábrica de... Na Singer. Um negócio que faz agulha, que tem agulha de costura. Tem duas Singer. Tem uma de Indaiatuba e a de Campinas. Eu trabalhei nas duas. Na de Campinas faz máquina. E na de Indaiatuba faz agulha. Então eu trabalho nessas duas firmas também. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

A família ficou sabendo do acampamento através de vizinhos em Campinas, camponesa Lourdes conta que combinou com o marido dele vir primeiro conhecer as terras, no começo de 2008, nesse período o acampamento não possuía muitas casas de alvenaria, os barracos eram a forma de moradia predominante, ainda não existia energia elétrica, entre outras estruturas. Em seu depoimento ela comenta que inicialmente viviam em outra área, no acampamento Rosa Luxemburgo:

Então vai ver como é que é, que depois a gente vai. Inicializou no comecinho de 2008. Aí veio. E a gente ficou pra lá. Ficou acampado ali onde hoje em dia é o Rosa. Metade Rosa, metade Sidney Dias. Era ali que nós ficava. E a gente veio. Só que eu não ficava aqui definitivamente por causa das crianças. Ele ficava e eu não ficava. Mas todo feriado eu vinha. E com isso foi vindo aos poucos, e acabei ficando de vez, até hoje eu estou aqui. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

No início, como descreve camponesa Lourdes, ela e suas crianças não ficavam de forma permanente no acampamento, seu esposo cuidava do lote. A decisão de retornar para o campo definitivamente, encontrou uma breve resistência do marido, ela estava mais decidida a acampar que o esposo. Com o tempo, ela percebeu que seus filhos

gostavam do local, da sensação de liberdade que não tinham na cidade, de poder brincar livremente, camponesa Lourdes conta que esse foi um dos principais motivos para decidir ficar de vez na terra, além do sonho de retornar para o campo, encontrar as plantas e frutos de sua infância e região de origem:

E o fato das crianças terem vindo e ter a liberdade. Foi a primeira coisa que a gente adaptou mais foi na liberdade. A liberdade dos meninos [...] Aí só a liberdade deles ter de brincar à vontade, subir e descer, esse negócio aí a gente não preocupava. Não tava nem aí pra eles. Só isso aí, a gente foi vendo que era diferente. Que lá tinha que ligar pros meninos. Chegou da escola, já saiu da escola, tudo isso controlava. E aqui não precisava de controle nenhum. Não precisava de controle nenhum, eles foram vendo que era isso que eles mesmos queriam. E aí foi onde segurou nós, mais os meninos, os que mais puxaram foram eles no começo. Quem mais quis vir foram os meninos no começo. Quando eles começaram a chegar aqui e brincar na liberdade, falava "vamo embora" e aí choravam pra ir embora. Ninguém queria ir embora, na semana. Dava segunda-feira brava de ir embora pra Campinas, ninguém queria ir. Aí foi onde a gente veio de vez e ficou. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Porque o sonho de gente que é da roça é voltar pra roça um dia, e ver o que tinha na roça. Eu me lembro que quando eu era criança andava muito na chapada. No meio do mato tinha muita fruta do mato. Então meu sonho era voltar pra Minas achando que eu ia ver tudo isso aí. Que eu ia achar pequi, gabirola, rufão, brinquinho, essas coisinhas do mato. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Uma outra questão que buscamos compreender em nossas entrevistas foram quais as dificuldades encontradas no processo de adaptação das famílias ao se recampesinizar. O sentido dessa questão, estava no fato que algumas famílias não possuíam terras quando trabalhadores e assalariados rurais, por outro lado, as famílias oriundas das cidades enfrentariam uma mudança de realidade do contexto urbano para o rural, como demonstramos possuem origem camponesas, mas estavam a décadas no ambiente urbano. Nesse ponto, os acampados mais antigos relembram as ameaças e concretização dos despejos como uma fator de insegurança, um outro ponto foi a estrutura que possuíam os acampamentos na época, com restrições de água, energia, posto médico e outros serviços:

Foi difícil, foi difícil, porque aí o agro bateu em cima para tirar, não deixar, e foram várias integrações de posse, mas nós ia, voltava e foi resistindo até que estamos no momento que estamos hoje, juridicamente. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

A adaptação foi meio um pouco difícil, porque lá tudo é mais fácil. Você quer uma água, você vai ali e abre a torneira. Luz, você coloca o dedo na tomada e já tem luz. E aqui não tinha nada disso. Não, foi mais difícil. Bem mais difícil. Mas devagarzinho foi conquistando. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

A questão financeira aparece em alguns relatos sobre as dificuldades de adaptação, ela também foi citada quando perguntamos sobre dificuldades de viver no campo, para ter um dinheiro inicial para compra de instrumentos de trabalho, sementes, construção de estruturas, reforma das casas, compra de animais, maquinários, implementos, entre outros pontos. As passagens descritas abaixo, se referem a transição de um trabalhador assalariado na cidade para um agricultor camponês:

A dificuldade na roça mais era financeira, né? Mas o prazer de viver na roça é muito grande. Então a gente tinha dificuldade de manter, porque lá a gente tinha o salário. E aqui a gente veio pra cá e não tinha salário. Então essa era a dificuldade. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Não, a dificuldade que tem é difícil, se você não tiver uma renda, é difícil. Tem que ter uma renda. Mas se não for isso, só por causa da renda, é muito bom morar na roça, é um sossego! (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes, 2023).

Uma outra dificuldade relatada sobre a adaptação, refere-se as formas que podem assumir a agricultura em diferentes regiões e biomas, as mudanças nos manejos entre os diversos tipos de plantações, o clima, a mecanização, foram questões citadas pelos camponeses ao se referirem como foi a mudança para a região sul de Minas:

Porque assim, para lá por mais que a gente tenha criado, morado em fazenda, depois de fazenda, se adaptar em questão de estar trabalhando, fazendo bico depois assim, mas a gente nunca mexeu com uma coisa que era nossa, né? Então assim, a gente nunca mexeu com a cultura branca ou com a cultura de raiz assim, mas sendo nossa mesmo, então assim, a gente nunca mexeu com isso. Então assim, quando chegou para cá, e aí totalmente um clima diferente, então assim, foi bem desafiador, porque lá é uma área bem quente, aqui já é uma área mais fria, então foi bem desafiador. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Até tivemos uma certa dificuldade, porque quando eu trabalhava na agricultura com meu pai, a gente trabalhava no sul do Pará, onde era tudo diferente. Era pegar a mata, virgem, derrubar e plantar no meio do estouco dos gados. Só que produzia sem adubação. Entendeu? E agora aqui não, a gente teve que começar diferente. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Eu lembrava que tudo que a gente ia fazer era na enxada. Tudo era na enxada. Você ia plantar, você tinha que dar a cova na enxada, carpe na enxada, roçar com foice, acerar e pôr fogo. Lá no Norte era assim. E aqui não. Tudo que ia fazer era trator. (Camponesa Lordes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Desta forma, encontramos famílias acampadas que percorreram diferentes caminhos até se estabelecerem no Quilombo Campo Grande, de locais de nascimento, empregos no campo ou na cidade, mas também muitos outros pontos em comum, como

a forma como conheceram o acampamento, a vontade que mantinham de um dia poder realizar a recampesinização, como realizaram. Entretanto, nos parece como um denominador comum entre essas famílias suas origens camponesas e as migrações que realizaram durante suas trajetórias. Destacamos um passagem interessante do professor José de Souza Martins (1996) sobre a relação do avanço do capitalismo no Brasil, o campesinato e as migrações:

No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. [...] Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados pelo avanço do capital sobre a terra. (MARTINS, 1996, 17).

#### 4.4 TRABALHO E PRODUÇÃO

Encontramos entre as famílias entrevistadas, uma situação diversa em relação ao trabalho, a força de trabalho familiar é central entre esses camponeses, alguns realizam o trabalho acessório, a pluriatividade, a contratação trabalho remunerado na colheita. As formas de ajuda mútua e cooperação também ocorrem, as principais identificadas foram as trocas de dias de trabalho e o mutirão. Esses camponeses buscam uma autonomia de seus processos de produtivo e de trabalho, esforçam-se para melhorar a base de recursos de seus lotes, possuem uma produção diversificada e praticam a comercialização de seus produtos por muitos canais.

No cotidiano de trabalho das famílias camponesas do Quilombo Campo Grande, está o trato dos animais, as capinas, o cuidado com o café, a manutenção das hortas de verduras, entre uma série de tarefas diárias, como relata camponês Batista:

A minha jornada é das oito às cinco horas. Então eu faço um pouquinho de cada um, né, que é o meu serviço, eu mexo na horta de verdura, cuido de uma criação, a questão da outra roça, né, colheita, né, então a gente vai fazendo um pouco de cada coisa das oito às cinco da tarde. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

As mulheres camponesas realizam um trabalho intenso, cuidam das plantações e animais, realizam as tarefas domésticas, preparação dos alimentos, se existirem crianças nas famílias a sobrecarga aumenta significativamente. A camponesa Lourdes comenta sua rotina de trabalho com três filhos pequenos em casa:

Porque pra começar, eu já tenho que levantar às 5 horas da manhã pra começar a organizar. Aí cuida, me trata das criação, tem que pôr, além vai tratando as criação, e deixando alguma coisa pronta pras meninas da escola, já deixa as coisas prontas, depois vai trabalhar, depois tem que vir dar almoço pra ir pra escola. É uma correria, não é uma correria e tanta, mas, enfim, dá pra controlar. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

O camponês José também é pedreiro, divide seu tempo entre o campo e as obras, quando retorna do trabalho da construção contribui na manutenção do lote, que na maior parte do dia é “tocado” como dizem os sem terras pela sua esposa camponesa Maria, como ele indica em sua fala:

Nossa atividade de manhã cedo é se levantar cedo, que nem eu mesmo, que tem que trabalhar fora, aí eu pego, se levanto cedo, já tem as criações que eu tenho que dar comida já pra deixar mais poucos serviços pra ela, aí depois ela vai fazer atividade em volta da casa, depois que ela acaba o serviço da casa, que ela vai capinar a mandioca, né, feijãozinho quando tá "emprantado" ela também capina, então ela ajuda muito graças a Deus nesse ponto aí, e eu tô pra fora mexendo em outro serviço, de tarde quando eu chego, às vezes ainda dou uma força pra ela, que é avisar quando ela tá até ali agarrada na enxada carpindo, eu vou lá e ajudo ela também, e a gente fica assim. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

O exemplo de trabalho de Camponês José, como pedreiro e agricultor, são considerados formas de Pluriatividade. No acampamento Quilombo Campo Grande, encontramos muitas pessoas que vieram para o campo com profissões que aprenderam nas cidades, desta forma encontramos mecânicos, cozinheiras, funileiros, eletricitas, professoras, uma infinidade de ofícios, ocorrendo formas de pluriatividade entre os acampados. Assim, muitos estudos tem compreendido a pluriatividade como uma questão importante para agricultura familiar e camponesa, como analisa Ploeg:

Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Através da pluriatividade, a dependência de circuitos bancários e de prestamistas pode ser evitada. Numa análise superficial, pode parecer que a pluriatividade apenas substitui um padrão de dependência por outro. Contudo, existe uma diferença estratégica. Quando as sementes, fertilizantes, etc, foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato "pagos" (PLOEG, 2008, p. 49).

Nesse sentido, outra maneira de geração de renda complementar que encontramos entre os camponeses entrevistados está relacionado ao trabalho acessório. O pesquisador Tavares dos Santos (1978) define o trabalho acessório da seguinte forma “Quando isso ocorre, dá-se a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo por jornada de trabalho.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 37). Portanto, encontramos entre os camponeses do acampamento a utilização do trabalho acessório, ele ocorre nas lavouras de café, no feijão, no milho, como também em outros serviços agrícolas realizados pelos camponeses. A camponesa Lourdes explica como acontece na prática a importância do trabalho acessório para a família camponesa:

A gente trabalha assim. Ele trabalha de pedreiro, eu pego café pra fora, pros outros também, eu trabalho nessa... Vamos de pessoal pra pegar café. A gente trabalha fora. Na época do café eu trabalho na desbrota e na panha. E trabalho também no feijão. Aprendi a arrancar feijão, tenho que trabalhar também. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

E, é um dinheiro mais rápido que dá pra cobrir. Às vezes a conta chega antes da outra renda, então você já tem um dinheirinho pra cobrir. Igual tem as crianças, tem um dinheirinho pra...Precisou de alguma coisa, já tem. Então, é um dinheiro que ajuda. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Enquanto eu fiquei fora, buscando a renda de fora pra já abastecer as maquininhas, que vai gasolina. E aí, enquanto um trabalha fora, eu trabalho dentro de casa pra manter. (Camponesa Lourdes, Acampamentos Fome Zero, 2023).

Do relato acima, destacamos que o esposo da camponesa Lourdes também é pedreiro, realiza a pluriatividade, ela por sua vez realiza o trabalho acessório, em um arranjo interno da família conseguem uma renda complementar para além da produção diversificada do lote. Como descrito por camponesa Lourdes, o trabalho acessório permitiu receber uma renda que entra mais rápido na unidade camponesa, que consegue cobrir as contas de luz, despesas com as crianças, no último trecho de sua descrição ela comenta que enquanto seu café era colhido pela “maquininha” ela buscava o dinheiro para abastecer a ferramenta através do trabalho acessório.

No mesmo sentido, vamos usar o exemplo do casal camponês Souza e camponesa Paula, os dois realizavam o trabalho acessório, com a renda obtida puderam investir na produção do lote, com tempo sua produção aumentou e exigiu mais trabalho para manutenção, dessa forma camponês Souza deixou de trabalhar fora e passou a se dedicar somente para sua produção, enquanto sua esposa mantém de forma periódica o trabalho no café em propriedades vizinhas. Em nossa concepção, o trabalho fora da unidade

produtiva camponesa pode ser um problema quando se torna permanente, que em outras palavras significa a proletarização do camponês. O casal camponês Souza e camponesa Paula comentam como foi o processo de trabalho dos dois:

Trabalhamos muito fora. E ainda trabalha. Hoje a gente está trabalhando menos porque a gente já está começando a aumentar a nossa produção. Mas antes a gente trabalhava muito fora. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

É. Agora não. Agora a gente está trabalhando menos porque a gente está dando preferência aos nossos produtos. Mas o tempo que sobra, ela, por exemplo, ontem estava colhendo café fora. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Agora como o nosso lote está dando bastante mão de obra, porque graças a Deus a gente está conseguindo produzir bastante, esse ano mesmo o Souza nem conseguiu colher café fora. Ele está cuidando do café, está arrancando feijão, está cuidando aqui em volta da casa. Tem outras plantações aí que precisa cuidar, os animais, agora a gente tem bastante animais. E aí quem está indo mais fora é eu, ele está ficando aqui para dar conta aqui também. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Na produção de café do camponês Lima, no acampamento Herbert de Souza, em períodos de colheita são contratados outros trabalhadores para complementar a força de trabalho familiar. No entanto, durante muitos anos camponês Lima para se estabilizar no acampamento, trabalhou em outras fazendas da região, ele comenta essa época e que hoje não precisa mais realizar essas atividades:

Demorou, demorou, porque assim, a gente quando vinha para cá, a gente não tinha condições nenhuma, então assim, foi muito difícil, então a gente tinha que levantar 5 horas da manhã e chegar às 7 horas da noite e trabalhar para o fazendeiro, colhendo café, então assim, isso foi bem puxado, até conseguir ter uma condiçãozinha para que a gente pudesse estar plantando o nosso próprio. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Graças a Deus, desde 2014, eu não sei o que é trabalhar para os outros. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

A sua produção cafeeira se desenvolveu de forma significativa, gerando renda para a família e uma boa comercialização de seu produto. Na época da colheita do café a necessidade de “mais braços” aumenta, Camponês Lima e o filho precisam de reforços, decorre daí a necessidade de contratar trabalhadores temporários. Pelo seu relato, camponês Lima procura chamar para colheita pessoas do acampamento, como uma forma de ajuda, quando não é possível encontrar entre os acampados chama pessoas da cidade.

No ano de 2023, seu café foi colhido por máquinas, quando perguntado se isso foi favorável, faz uma avaliação que a vantagem é o produto ser retirado na hora, mas do ponto de vista de geração de emprego avalia:

Eu não coloco que seja rentativo. Não preciso pôr assim de... Mas o que agrega ali é mesmo só de você tirar um produto na hora. Mas com a mão de obra, vamos dizer, o que favorece é porque você está gerando emprego. Está assim, está ajudando de alguma maneira. E, principalmente, enquanto nós mesmo, pela luta mesmo. Não é aquilo que se representa que a gente agora não gera emprego, né? Que a gente acaba gerando. Porque... Acaba. Além de não ser na hora da panha de café, mas até fora de época de café, a gente não consegue cuidar da roça sozinho, então a gente, de todo jeito, tem que contratar ali uma pessoa ali, o bico de serviço ali, para estar ajudando a gente. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Um aspecto ressaltado na fala de camponês Lima, seria que a pequena agricultura também é geradora de empregos, sua visão do trabalho parte da colaboração, não enxerga os trabalhadores contratados como força de trabalho a ser explorada, uma concepção muito diferente da forma como o capital e as grandes propriedades compreendem a mão de obra. Portanto, quando relata que procura contratar pessoas do acampamento, entende a importância do trabalho acessório para o campesinato, como forma de renda complementar. O pesquisador Tavares dos Santos (1978) comenta sobre a contratação de trabalho temporário em unidades camponesas “Ocorre, porém, que a família camponesa não basta para os momentos críticos do ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços, como na colheita da uva. Então, contratam -se trabalhadores temporários [...]” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 40). Um outro exemplo, camponesa Paula que em determinados períodos realiza o trabalho acessório para obter uma renda suplementar, quando necessário contrata outros camponeses para complementar a força de trabalho familiar:

Agora mesmo, na colheita do feijão, eu contratei duas pessoas para ajudar a arrancar um pouco. E no dia de bater o feijão também, duas pessoas para ajudar. E para limpar o café lá em cima também. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Entre os camponeses do Quilombo Campo Grande, identificamos duas principais formas de ajuda mútua e cooperação, a troca de dias de serviço e o mutirão. Sobre a troca de dias de serviço Tavares dos Santos descreve “Quando não é capaz de dar conta do serviço somente com sua família, o camponês pede auxílio ao vizinho, havendo

expectativa de que retribua com um tempo de trabalho equivalente.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 36). Os camponeses Batista e José explicam como ocorre:

A gente pede e conversa com as pessoas, né, para que a gente possa fazer uma troca de serviço. Troca de dia. Eu ajudo ele, ele me ajuda para que a gente consiga desempenhar o trabalho. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

Eu vou lá e dou uma força pra ele, também quando eu preciso dele, se eu precisar ele vem aqui também e me dá uma ajuda, o irmão dele também eu ajudo, a mesma coisa. Agente troca dia de serviço mesmo, normal, não paga nada, não. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

Por sua vez, o mutirão pode configurar-se de algumas formas, no momento de construção de casas ou colheita, nesse caso o camponês que recebe os participantes oferece um almoço ou uma festa, pode também ocorrer quando acontece uma situação de doença em alguma família, que a força de trabalho encontra-se reduzida, um outro exemplo, de um camponês que não consegue desempenhar todo o trabalho pela idade avançada. Nesses casos o vizinhos e conhecidos se unem e realizam o mutirão como forma de ajuda mútua entre os camponeses, como podemos observar nos relatos seguir:

Inclusive esse dia eu estava lá no vizinho, ajudando lá. Eu era para ter voltado, hoje o pessoal está lá de novo. Estão colhendo café pro vizinho, o vizinho não está bem de saúde. Então eles juntaram o pessoal e foram lá, pra ajudar ele. (Camponês Souza, Acampamento Sidney Dias, 2023).

Aqui no Fome Zero que eu faço, sempre o senhor ali na frente, o senhor Antônio, por ser uma pessoa de idade, ele planta todas as águas, ele planta muito feijão. E aí é onde a gente faz mutirão pra ajudar ele, senão o feijão dele perde tudo. Esse ano mesmo nós ralou lá, tirando o feijão dele, que a chuva... Aí nós tirávamos o feijão de manhã, de tarde tinha que cobrir por causa da chuva. Foi uma luta assim, mas nós conseguimos. Ele colheu 68 sacos de feijão com toda essa luta no mutirão. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

A outra forma encontrada de mutirão é a formação de grupos de camponeses, forma-se um coletivo que o número pode variar e em dias alternados realizam tarefas agrícolas nos lotes dos participantes, como descreve camponês Lima:

Hoje, nós temos nossa equipe de mutirão. Então, assim, hoje, a gente trabalha com o nosso mutirão, então, vai uma equipe, tipo, lá na minha roça hoje, no dia de amanhã, a gente vai na roça do outro companheiro, então, assim, a gente criou um coletivo nosso, que isso vem favorecendo a gente por demais, rapaz, então, assim, uma hora você tá apertado com um serviço ali, você chama essa turma, assim, e vai todo mundo lá, além de trabalhar, a gente vamos se divertir, vamos aprender. O que o outro tá trabalhando ali, na roça dele ali, então, isso é positivo. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

A produção das famílias camponesas que estudamos é diversificada, produzem uma variedade de alimentos e frutas, para consumo da família e venda de excedentes, possuem a criação de animais, desenvolvem as lavouras de café, guardam sementes para o próximo ciclo agrícola. A produção diversificada dos acampados fica clara no relato das camponesas Lourdes e Paula:

Aqui é um pouquinho de tudo. Aqui nós produzimos café, milho, feijão, um pouco de amendoim, sabe? Um pouquinho de cada coisa. Agora mesmo, nessa época mesmo, abacate é o que mais tem aqui. Tem muito. Então, nessas coisas de produção, lá fora é mesmo o milho, o feijão e o café. Mas pra consumo mesmo é muita coisa. Tem muita coisinha que a gente arruma um pedacinho e vai plantando um pouco de cada. Verdura também. Tem na horta, a gente planta de tudo. A gente planta alface, cebola, repolho, couve, tudo um pouquinho naquela horta tem. Tem, porco, galinha. Só o gado que eu tive que trocar. Ou eu ficava com o café ou eu ficava com as vacas. Aí o esposo queria café e eu queria vaca. Ficou naquela. E a terra pequena, então nós tivemos a proposição de vender as vacas e ficar só com o café. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Pesca. E eu tava com o tanque também. Teve o tanque que eu criei o peixe. Mas aí, agora na Semana Santa eu acabei com os peixes porque ele tava grande. E tirei o tanque pra limpar, pra colocar de novo. Aí tava passando essa correria da panha de café pra colocar o tanque de volta com o peixe de novo. O peixe é comercializado, o café e o milho, o feijão. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Aqui no momento nós estamos produzindo o milho, o feijão, um pouquinho de amendoim, as frutíferas aí que a gente chegou também e plantou, né? A maioria já está produzindo. E plantamos um café lá em cima também que está no primeiro ano e meio só ainda, né? Ainda não produz. Mas já está plantado, dez mil pés de café lá em cima. E aí tem os porcos, as galinhas. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

E a gente vai dar conta de fazer os oito hectares de nosso lote todo em produção. Está todo produzindo, não tem nem um pedacinho que não produz. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

O café é uma das culturas agrícolas predominantes da região Sul de Minas e do município de Campo do Meio-MG, uma grande parcela dos acampados no Quilombo Campo Grande têm se dedicado a produção cafeeira. Neste aspecto, camponês Lima hoje consegue oferecer toda sua produção à Cooperativa Camponesa do MST, que possui a marca de café “Guaií”, ele comenta sobre a cadeia produtiva do café na região:

Então assim, aí a gente acabou que indo mudando também para o café também, não deixando as outras culturas, né? Mas colocando o café ali, na frente ali, e essas outras coisas para ir paliando ali, vamos dizer, para que a pessoa só não tenha um café, mas que tenha um feijão, que tenha um milho, que tenha um arroz. Então, mas hoje o café, ele vem hoje como um carro-chefe, não só por um interesse nosso, mas já é a cadeia mesmo daqui da região. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Os traços do que Ploeg (2008) denomina de co-produção podem ser encontrados entre os camponeses “A co-produção, um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva.” (PLOEG, 2008, p. 40). A interação dos agricultores com a natureza fica evidente no singelo relato do camponês Souza sobre a terra:

A gente cativa ela e ela cativa a gente. A gente vai cuidando dela e ela não deixa faltar nada pra nós. A gente vai plantando, a gente põe na terra lá, espera um tempo e ela te devolve. Nós estávamos arrancando feijão ali e analisando: um pé de feijão, um caroço de feijão, eu arranquei um pé que deu mais de duzentos caroços. Entendeu? Não são todos. Uns dão cinquenta, uns dão quarenta, uns dão trinta, mas tem uns que dão cem, outros passam de cem. Mas tem uns que estouram! Uma baixinha tem normalmente uns cinco caroços. Então tem dez que baixam. Tem vinte, tem trinta. Então... É a terra. Se dá um pra ela, ela te devolve em uma grande quantidade. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Por fim, queríamos entender como era compreendida pelos camponeses entrevistados a busca pela autonomia, entendendo esse fator como um dos elementos primordiais da recampesinização (PLOEG, 2008). Deste modo, para chegar a esse ponto nossas perguntas foram expostas de outra forma “Como é poder trabalhar para você, ter sua terra?” ou “Como é não ter patrão”, as respostas revelaram que esse é um dos objetivos centrais dos camponeses pesquisados, a conquista da autonomia:

Olha, a gente sente uma felicidade porque você está pisando dentro de um chão, em cima de um chão, que ali você está tirando teu alimento de qualidade, sem química, sem agrotóxico, a primeira felicidade que a gente tem é essa. É que quase tudo que eu produzo aqui é sem química e sem agrotóxico, então essa é a felicidade, e de chegar, igual eu nasci na roça, fui obrigado, expulso para a cidade, porque a tecnologia vinha, os fazendeiros já começaram a expulsar os empregados, mas aí voltar, qual que é a maior felicidade? É voltar, morar na roça e lembrar o tempo de infância, essa é a maior alegria da gente. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

E quando você trabalha, igual a gente trabalha por conta, você ganha muito mais. Além de a gente ganhar a liberdade, que não é picar no cartão, não tem, sabe, marcar a presença toda hora, lá no cartão. Você ganha em paz, em sossego. Porque o patrão toda hora tá mandando. E assim, não tem patrão pra mandar. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

Rapaz, isso é sem brincadeira, eu, desde quando eu me entendo dos sete anos pra cá, que é o que a gente vem lembrando mais, que a gente sempre viveu sendo subordinado ali, e o patrão fala no que você tinha que fazer e você não podia dizer não, depois, até quando a gente chegou pra cá, que a gente tinha que trabalhar e você não podia, até uma hora tava até chovendo, e você ia ali e o patrão tinha que mandar você trabalhar, porque tem que cumprir aquela carga horária ali, e hoje você saber que você é o seu patrão, que você vai trabalhar a hora que você quiser, sei lá, quanta hora que você quiser, então, assim, ó, ô, tá doido, hoje é uma vida da gente mesmo, trabalhar pra gente mesmo, não tem coisa melhor do mundo, não. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

#### 4.5 A LUTA PELA TERRA E O MST

A nossa intenção durante a pesquisa, era compreender como os camponeses(as) acampados no Quilombo Campo Grande chegaram nas terras, suas trajetórias de vida, as formas que eram realizadas suas dinâmicas de trabalho e produção, para entender como esses camponeses enxergavam os processos de recampesinização e essas questões se materializavam na realidade desses camponeses. No entanto, embora nosso foco de análise central não fosse o MST em si, a recampesinização é conduzida e estimulada por esse movimento socioterritorial, desta forma entendemos o MST como um dos promotores primordiais de dinâmicas de recampesinização (PLOEG, 2008; GOLDFARB, 2007). O fortalecimento da recampesinização pelo MST ocorre de diversas formas, na organização das famílias, no estímulo à produção, na conexão entre os camponeses e outros setores da sociedade, na abertura de canais de comercialização, na formação política e educação do campo, ao pautar igualdade nas relações de gênero, ao construir a transição agroecológica, na busca pela Soberania Alimentar, realizando práticas de saúde coletiva e popular, uma infinidades de ações que são condutoras do estabelecimento da recampesinização. A luta pela terra e por reforma agrária popular é central para a recampesinização ser consolidada no acampamento Quilombo Campo Grande, como a própria recampesinização é uma luta social:

Simultaneamente, a recampesinização é um processo massivo e generalizado que é impulsionado e fomentado pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos. Isso faz dela uma luta social. A recampesinização implica enfrentar problemas, oposição, interesses adversos, oponentes hostis e uma concorrência feroz. Ela também implica o esforço para ultrapassar esses problemas, a luta contra a maré para poder prosseguir. (PLOEG, 2008, p. 201).

Nesse sentido, podemos compreender como a importância da luta social e do MST era interpretada pelos camponeses(as) do Quilombo Campo Grande. De acordo com camponês Souza, sem o MST seria muito difícil retornar à terra:

O Movimento é uma instituição que ajuda nós, os trabalhador rural a voltar para a terra. A gente voltar sozinho, a gente não volta. A gente volta através do Movimento. Sem o Movimento a gente não consegue. Então a gente precisa participar desses trabalhos do Movimento, dessas reuniões, de tudo que se refere ao Movimento. É para exatamente fortalecer, para não deixar que isso acabe. Porque nós precisamos e os outros depois de nós também precisam. A gente não pode deixar o Movimento acabar. Então se a gente participa desse trabalho, a gente está fortalecendo o Movimento para que o Movimento possa dar oportunidade para os demais que virão depois de nós. (Camponês Souza, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Uma outra forma de conceber a luta pela terra, passa pelo senso de justiça com viés religioso, de que a natureza e suas “riquezas” foram criadas pelo divino para o uso comum. Nesta visão, a apropriação privada da terra desrespeitaria o direito de todos(as) a um pedaço de chão, para camponês Batista o MST representa uma causa justa por respeitar a “Lei de Deus” ao buscar dividir a terra entre os camponeses:

Porque o movimento ele luta por uma causa justa, então nós lutamos por uma causa justa, por vários fatores, nossos direitos foram despojados, então isso é bíblico, lá desde o início, os majoritários despojando os bens das pessoas, porque se fosse para respeitar a lei de Deus, todo mundo tinha um pedaço de chão, uma gleba de chão para trabalhar, porque quem repartiu a primeira gleba de terra no mundo, lá no início, não foi o homem, foi Deus. Ele chegou nos acampamentos, olhou a comunidade e repartiu a terra, ele não vendeu, ele deu, mas o homem corrompeu, veio governo, príncipe, rei e criou um grupo e esse grupo é dominador até hoje, então a luta do movimento é justa por esse sentido, lutar pelos direitos que nós temos. (Camponês Batista, Acampamento Sidney Dias, 2023).

Neste aspecto, podemos indicar que existe a consciência entre grande parte do campesinato do Quilombo Campo Grande, pelas diversas ações de resistência realizadas em duas décadas, que direitos são conquistados através da luta social e por isso deve ser realizada por todos, em coletivo. Assim, a participação e a coletividade nas ações do MST são primordiais, como destacado pelas camponesas Lourdes e Paula:

Porque é assim, se eu não participo, eu não tenho como exigir nada. Porque se eu participo, eu tenho como assim, igual, eu tenho a luz hoje em dia porque eu participei da luta. Se eu não estivesse junto com todo mundo, com muitos, dormir na porta da CEMIG, semana mais semana, dormir em pedágio com criança, eu não teria esse direito. Porque eu acho que a luta é pra todos, não pra um. Se a gente quer conquistar alguma coisa, a gente tem que lutar todo mundo junto. Não é eu ficar dentro de casa, de braços cruzados, esperando os companheiros sozinhos lutar pra vir as coisas de mão beijada pra mim. (Camponesa Lourdes, Acampamento Fome Zero, 2023).

O que mais me chamou atenção também é a importância do coletivo. Da união faz a força. Que nas cidades grandes as pessoas são muito individualistas. Elas aprendem a ser individual, cada um por si. E aqui não. Aqui a gente aprende o coletivo. A gente aprende a partilha. A gente aprende que lutar junto se conquista melhor. Não só a terra, mas também produção, que um vizinho ajuda o outro. E isso é muito importante. É um aprendizado maravilhoso. A gente passa a ser mais humano. Passa a entender melhor a dor do outro, a dificuldade do outro. Então, assim... Até espiritualmente, isso muda tudo a vida da gente. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Os relatos acima abordam as dimensões da participação e coletividade, dois elementos de suma importância à organização das famílias que compõem o MST. A participação como forma de modificar uma dada realidade injusta e construir alternativas,

o coletivo como força motriz das transformações e aprendizados. Um outro fator é a luta social de caráter massivo, com gente organizada na busca por direitos, uma marca do MST ao realizar ocupações de terras e marchas pelo país, entre diversas ações. Esses elementos, entre outros, possuem uma dimensão educativa, modificam as pessoas que participam da luta por reforma agrária, experiências de uma organização como o MST ao longo de décadas, que foram sistematizados por Roseli Caldart como constituintes de uma “Pedagogia do Movimento Sem Terra” (CALDART, 2004). Esses aprendizados, da luta coletiva como forma de conquista da terra, estão presentes entre os acampados, como observamos em outra fala, desta vez do camponês José:

Eu acho que isso é um objetivo nosso mesmo, ter esse compromisso da luta com certeza, a gente se unir e quanto mais união do povo mais força a gente ganha. Eu acho que sozinho é muito difícil. A pessoa achar que sozinho ele consegue conquistar as coisas é muito difícil, você pode até conseguir, dependendo que Deus te dê o caminho para isso, mas se tem união com certeza faz a força. (Camponês José, Acampamento Tiradentes, 2023).

A luta por uma educação do campo, para que camponeses e seus filhos possam desenvolver processos formativos e de consciência, são considerados dinâmicas de recampesinização (ULE; ROSSET, 2022). O fechamento de escolas do campo contribuiu para o enfraquecimento do campesinato e para êxodo rural, principalmente entre os jovens, portanto são promotores de descampesinização. Por esse motivo a reconstrução da Escola Popular Eduardo Galeano, destruída durante o despejo de 2020, torna-se uma peça fundamental para consolidar a reforma agrária popular e a conquista da terra, ao garantir o direito à educação para os agricultores e seus filhos(as) no território onde vivem e trabalham. A necessidade e importância da escola do campo é descrita pela camponesa Paula, ela foi estudante da antiga escola demolida, em suas palavras:

O sonho de voltar para a escola, de voltar a estudar, foi muito bom. Inclusive durante dois anos eu passava oito horas por dia na escola, porque a gente fazia o curso técnico de manhã, fizemos em Pronatec, aí era quatro horas no período da manhã. Depois a noite ia para a escola, era mais quatro horas na escola. Então foi um período de muito aprendizado, foi muito bom. O curso técnico voltado para agroecologia, foi maravilhoso, tudo o que aprendemos lá. Ajudou muito aqui no sítio. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

Porque pra quem trabalha na roça geralmente o tempo é mais curto, ir para pegar ônibus, ir para a cidade. E aqui na escola é diferente, na roça é diferente. Aprende a matemática, o português lá né, o inglês, mas a gente aprende também muito do que necessita aqui para a roça, voltado para a agricultura, para dentro da roça. Então ter aula na zona rural é muito importante. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

O Coletivo de Mulheres Raízes da Terra do MST constrói há mais de uma década o trabalho com mulheres camponesas do Quilombo Campo Grande, podemos considerar conforme descrevemos nesse capítulo (GADELHA, 2022), as ações desenvolvidas por esse coletivo como promotoras de recampesinização. O coletivo trabalha com as mulheres camponesas para fomentar geração de renda, fortalecer a construção de relações de igualdade de gênero e promover a agroecologia, a trajetória deste coletivo foi sistematizado por Gabriela Xavier (2022) em sua dissertação de mestrado. Entre outros aspectos, no coletivo as mulheres debatem a importância da saúde popular e comunitária, aprendem a fazer xaropes naturais, plantam ervas medicinais em um espaço coletivo, elaboram pomadas, entre uma série de ações desenvolvidas por esse grupo de mulheres. A camponesa Maria relata seus aprendizados adquiridos com a participação no Coletivo de Mulheres Raízes da terra:

Eu aprendi muita coisa lá, aprendi a fazer sabonete, aprendi a mexer com xarope, aprendi as ervas. Sobre as ervas eu não conhecia, tem tanta erva aí que eu nunca imaginava, que é do mato mesmo, e eu não conhecia. Eu gostava porque eu conheci muita erva, era muito bom o aprendizado lá. (Camponesa Maria, Acampamento Tiradentes, 2023).

No acampamento Quilombo Campo Grande, a participação das mulheres é fundamental para estabelecer a recampesinização, elas estão presentes nas coordenações de áreas e dos setores, participam ativamente das equipes de trabalho, assumem a liderança dos processos de lutas e resistências, compõem de forma paritária os espaços de direção do MST, do local ao nacional. O estudo de Renata Gadelha (2022) sobre agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Paraná, demonstrou a importância de se construir novas relações de gênero entre os camponeses, para consolidar a recampesinização e a transição agroecológica nas unidades produtivas, em suas conclusões a pesquisadora afirma que:

Em uma sociedade patriarcal como a nossa, a ressignificação da recampesinização dificilmente seria possível se fosse iniciada pelos homens, pois eles não abririam mão de seus privilégios ou nem mesmo teriam consciência desses. Nesse caso, as técnicas mudariam, mas as relações de gênero permaneceriam intocadas e não haveria transformação social. Ao contrário, nesse processo que se inicia com a participação das mulheres no MMC, a primeira transformação é a das relações de gênero. Primeiro, as mulheres precisam conseguir seu espaço de diálogo e participação efetiva. Quando isso é conquistado, um imenso passo é dado para diminuir as diferenças de gênero, o que possibilita o resgate de antigas práticas e a reflexão sobre novas técnicas para o processo de transição agroecológica na propriedade. (GADELHA, 2022, p. 153).

Nesse sentido, caminhar em direção à transição agroecológica é fundamental para o estabelecimento da recampesinização (ROSSET; MARTÍNEZ TORRES, 2016). Os esforços do MST são notáveis, internamente se propõe a discutir e fomentar entre os camponeses a adoção das práticas agroecológica, por exemplo, na transição do café convencional para o café orgânico, entre outras culturas. Um dos objetivos da futura Escola Popular Eduardo Galeano é se tornar um polo regional de formação e irradiação da agroecologia. A participação de camponeses sem terra na organização “Orgânicos Sul de Minas” têm contribuído à certificação participativa de muitos produtores(as), o MST foi um dos grandes incentivadores da constituição do Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas<sup>54</sup>, uma articulação regional de entidades, movimentos sociais, Universidades e Institutos Federais, produtores orgânicos, visando fortalecer e construir um território agroecológico no Sul de Minas.

As ações e projetos do MST em parcerias com as Universidades e Institutos Federais no Sul de Minas, fortaleceram o desenvolvimento territorial nos acampamentos Sem Terra, mas também fomentaram a formação política e técnica do campesinato. Em conjunto com o Instituto Federal de Machado (IFMACHADO), o MST formou duas turmas de técnicos agropecuários nesta instituição, as turmas nomeadas “Paulo Freire” e “Ana Primavesi”, experiências inovadoras na região. Com as universidades foram realizadas duas turmas do Curso de Realidade Brasileira (CRB), visando a articulação e formação de militantes sociais, com base na leitura e discussão de autores(as) que debruçaram-se sobre os dilemas e perspectivas da sociedade brasileira. O MST participa e constrói desde 2012 o Encontro Regional de Agroecologia, uma iniciativa do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) do IFMACHADO, que anualmente realiza palestras sobre a temática agroecológica e a exposição da produção orgânica. Em 2023, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) completaram dez anos de construção contínua na região, estabelecendo a consolidação de um grupo de estudantes, professores(as) e pesquisadores(as) que contribuem para demarcar o debate sobre a questão agrária e a reforma agrária popular nos ambientes universitário.

---

<sup>54</sup> O estabelecimento do Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas foi instituído pela Lei Estadual nº 23.939 de 23/09/2021, projeto de autoria da deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT). O Polo Agroecológico reflete o acúmulo de movimentos socioterritoriais, produtores(as) agroecológicos, sindicatos rurais, Institutos e Universidades Federais do Sul e Sudoeste de Minas. A inspiração para o projeto, vem da constituição anterior do Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira.

A construção de canais alternativos de comercialização, através da venda direta aos consumidores, são formas na atualidade de fortalecimento do campesinato, com novas iniciativas se espalhando pelo país. Durante o período da pandemia do Covid-19, foram criadas as cestas de produtos agroecológicos do Quilombo Campo Grande, realizando a entrega semanal de frutas, legumes e hortaliças, além de produtos beneficiados pelas agroindústrias e cooperativas do MST em nível regional e nacional. Com a volta das atividades presenciais, foram retomadas as vendas através da Feira Agroecológica e Cultural da UNIFAL –MG (FACU), promovida pelo projeto de extensão “Semeando a Terra” do NETASA. A feira acontece quinzenalmente dentro das dependências da UNIFAL-MG, permitindo o diálogo e a proximidade entre os agricultores(as) e o público universitário, uma oportunidade às famílias sem terras demonstrarem sua produção e propagandarem a reforma agrária popular, essas são ações importantes da relação do MST com as Universidades.

A Cooperativa Camponesa do MST, fundada no ano de 2012, representa a consolidação de um instrumento importante para organizar a produção e a comercialização do acampamentos e assentamentos da regional Quilombo Campo Grande, disponibilizando nacionalmente seu café da marca “Guaii” como principal produto da agricultura sem terra do Sul de Minas. Assim, destacamos duas passagens da fala do camponês Lima sobre as cooperativas, a primeira realiza uma avaliação das cooperativas “tradicionais” de café da região e o valor pago pela produção aos agricultores, na segunda comenta com orgulho a comercialização de sua lavoura de café através da Cooperativa Camponesa:

Uma questão dessa cooperativa até, principalmente essa cooperativa convencional, é que ela não dá valor ao seu produto. Então, assim, eles já criam uma norma ali dentro do mercado deles ali mesmo, uma taxa ali, um preço e você tem que vender por aquilo. Então, hoje os preços da cooperativa, eles estão bem inferior até da nossa própria cooperativa, sabe? Bem inferior mesmo [...] Então, assim, eles não reconhecem, né? E hoje a nossa cooperativa ainda tem esse entendimento. De reconhecer qual que é o valor realmente dos nossos produtos e ainda vem pagando o justo. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

Então, hoje a comercialização do meu café é na nossa cooperativa camponesa, né. Que tem aí a nossa marca Guaii, então o meu café, ele é todo destinado para lá. Então, hoje, quem tomar seu cafézinho Guaii por aí, certeza que deve ter um grãozinho do meu café rodando por aí. (Camponês Lima, Acampamento Herbert de Souza, 2023).

A luta pela terra, a reforma agrária popular e a recampesinização podem interpretadas de diversas formas, elaborações e sistematizações que contribuem para o avanço do conhecimento e a transformação social. Mas essas temáticas também podem ser compreendidas através do relato de uma camponesa, sobre a esperança da terra dividida na mão dos trabalhadores e trabalhadoras:

A esperança... O que eu mais sonho é chegar ali em cima e ver meu café todo branquinho, igual uma noiva. Ver ele todo florido, produzindo. E eu peço pra Deus, Deus me dá saúde pra eu trabalhar, e tempo pra eu poder ver, porque é um sonho, ver meu café ali em cima, todo branquinho. Eu sempre chego lá em cima e falo assim, tá logo chegando o tempinho de eu ver a noiva aqui em cima. Então, assim... É um sonho. O sonho maior é esse. E a gente poder viver bem da terra. Porque a gente veio pra terra não é pra viver com dificuldade, não, é pra viver bem, sim. Poder ter uma casa boa pra morar, sim. Ter um carro bom, sim. Ter bom alimento na nossa despensa, sim. Viver e viver bem. Viver feliz. (Camponesa Paula, Acampamento Rosa Luxemburgo, 2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da formação territorial da região Sul de Minas foi marcada pela composição de médias e grandes unidades produtivas de caráter escravista, com a presença de pequenas posses camponesas, voltadas para produção de alimentos e criação de animais, isso revela um traço singular da região, o desenvolvimento de uma agricultura e pecuária direcionadas para o abastecimento interno. Neste aspecto, indicamos a constituição de uma região que frente a crise aurífera enfrentada por Minas Gerais no século XVIII, volta-se para produção agrícola e torna-se peça fundamental para o mercado interno, principalmente da região sudeste do Brasil, diferenciando-se das áreas sob vigência do modelo das *Plantations*. Por outro lado, a existência de quilombos no Campo Grande era uma ameaça para ordem social vigente, o combate aos quilombolas e a destruição dos seus núcleos de povoamento, abriu caminho para expansão da fronteira agrícola e a concessão de terras para os caçadores de negros. A memória e a história dos quilombos do Campo Grande ainda carecem da atenção dos pesquisadores(as), contudo ressaltamos que nos últimos anos novos estudos surgiram sobre o tema, talvez em algum momento teremos um quadro mais completo da resistência quilombola na região.

No Sul de Minas constitui-se o município de Campo do Meio-MG, uma localidade que viveu sob o domínio de coronéis e sua expressão política, o coronelismo do início do século XX, através da “Família Azevedo”, donos de terras e da Usina Ariadnópolis, empreendimento canavieiro que marcou época na região. Acreditamos que nossa pesquisa contribui para o resgate de alguns aspectos da história da região e desta cidade, ainda são poucos materiais e fontes que abordam o município, o mesmo podemos dizer sobre a Usina. No entanto, conseguimos traçar algumas linhas de interpretação sobre as origens e desenvolvimento de Campo do Meio e da Usina Ariadnópolis, como a formação do povoado, sua emancipação, características agrícolas, onde se destacou a produção de alho, cana-de-açúcar e o café, sendo a cafeicultura predominante no município na atualidade. Sobre a Usina Ariadnópolis, indicamos como sua constituição esteve entrelaçada com a formação do município, seus donos foram doadores de terras e financiaram a construção da primeira capela, que dariam origem ao povoado, comandaram a política local por décadas através da prefeitura municipal. Desta forma, apontamos que o desenvolvimento da produção de açúcar e álcool da Usina Ariadnópolis, ganhou grande impulso com a implementação durante a ditadura civil-militar no Brasil

do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que sua falência esteve possivelmente atrelada ao cenário de crise da produção canavieira no final da década de 1980, de reestruturação produtiva e queda dos subsídios governamentais, ocasionando o fechamento de diversas usinas pelo país, como o caso da Usina Ariadnópolis.

Neste aspecto, procuramos descrever e ligar algumas pontas soltas sobre a falência do empreendimento canavieiro, ainda existem outras lacunas, mas o que encontramos nos possibilitou entender as razões que levaram centenas de trabalhadores a serem espoliados de seus direitos trabalhistas e gerar um dos conflitos agrários mais antigos do Brasil. A chegada do MST na região em 1996 foi um marco, que transformou o território, as organizações políticas, estabelecendo um novo período da questão agrária sul mineira, buscamos demonstrar o início desta luta e algumas características gerais da formação dos acampamentos e assentamentos hoje existentes. Nesse período, foram conquistados três assentamentos de reforma agrária, o conflito de terras na antiga Usina Ariadnópolis percorreu momentos de tensão com as reintegrações de posse e despejos de famílias sem terra, mas que ao longo de duas décadas consolidaram os onze acampamentos que fazem parte do chamado Quilombo Campo Grande. A resistência dos camponeses(as) e do MST possibilitou a conquista de energia elétrica para a maioria das famílias, o desenvolvimento da produção agrícola, casas de alvenaria foram construídas substituindo os barracos de lona e madeira, os setores do movimento ganharam organicidade, uma cooperativa foi fundada, a escola destruída no despejo de 2020 está em reconstrução, uma ação apoiada por muitas organizações da classe trabalhadora. Todavia, as famílias aguardam a solução definitiva do conflito através da desapropriação da área, para garantir a posse da terra na justiça e implementar o futuro assentamento popular “Quilombo Campo Grande”, somente esse caminho poderá trazer a segurança e a paz que as famílias necessitam, para cessar as ameaças dos antigos proprietários da Usina e o assédio do agronegócio, representado pelo grupo econômico “Terra Forte” do setor cafeeiro, um dos maiores interessados nas terras que estão em posse dos camponeses e camponesas.

A parte intermediária de nossa pesquisa foi elaborada no sentido de demonstrar quais foram as leituras e sistematizações realizadas sobre o campesinato durante o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, elementos da chamada Questão Agrária. Deste modo, percorremos as previsões de desintegração do campesinato, a vigência dos regimes alimentares, a subordinação e sujeição do camponês ao capital, a espoliação de recursos naturais e territórios, esses temas como parte dos processos denominados de

descampesinização. Nossas descrições partiram da identificação da origem agrária do capitalismo, como as relações de produção pautadas na lógica do capital se instauraram no campo inglês, forçando o campesinato a sair de suas terras, permitindo a acumulação primitiva de capital, conforme indica Marx (1996). Os pensadores revolucionários do século XIX, compreendiam que o desenvolvimento capitalista traria consigo o desaparecimento do campesinato, no entanto muito desses autores(as) reavaliaram suas posições, como Marx e Lenin, entendendo os camponeses(as) como possíveis agentes de transformação social, na medida que o próprio capitalismo não se instalava de forma homogênea pelas diversas partes do mundo.

Neste período, na segunda metade do século XIX, com o avanço dos transportes e da comunicação, se estabelece um comércio mundial de alimentos interligando as áreas produtoras com centros comerciais, com a hegemonia da Inglaterra teve início o primeiro regime alimentar. O período seguinte, corresponde ao momento de ascensão dos Estados Unidos como potência militar e econômica, consolidando o segundo regime alimentar, com a predominância do capital industrial sobre a agricultura, implementando a denominada “revolução verde”. Assim, buscamos demonstrar como o capital passa a subordinar a produção camponesa através da extração da renda da terra, mas também por mecanismos de comércio desigual entre pequenos agricultores e o grande capital, criando a dependência dos camponeses de insumos, fertilizantes, maquinários, créditos bancários, entre outras formas de desvalorização da agricultura campesina.

Na atualidade, identificamos a consolidação do terceiro regime alimentar ou regime alimentar corporativo, que tem como marca o grande poder das corporações multinacionais e do agronegócio na produção, circulação e comercialização de alimentos, domínio que se estende por toda a cadeia produtiva agrícola. A ascensão do regime alimentar corporativo corresponde com a emergência do neoliberalismo em escala global, portanto ele seria a face desse sistema econômico na agricultura. Como descrevemos, para Ploeg (2008) estaríamos vivendo em um período de avanço dos “Impérios Alimentares”, uma análise similar para conceituar o regime alimentar corporativo e seus impactos sobre os territórios camponeses e a apropriação dos bens naturais. O que observamos são as retomadas das dinâmicas de descampesinização pela atuação das corporações na agricultura, através de processos de “acumulação por espoliação” como destacou David Harvey (2004), essa espoliação ocorre sobre as terras e recursos naturais

de comunidades camponesas do sul global, no caso do Brasil também afeta os povos tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Desta forma, com base neste capítulo destacamos o surgimento de novas “questões agrárias”, que apontam para temas na contemporaneidade enfrentados pelos camponeses, por exemplo, as sementes transgênicas, o uso abusivo de agrotóxicos, mercados desiguais, a estrangeirização de terras, relações de trabalhos arcaicas, controle e a ameaça do agronegócio sobre os territórios, as mudanças climáticas em curso, entre outras ações promotoras de descampesinização, esses assuntos tem chamado a atenção de pesquisadores(as) da questão agrária. Desta realidade, em oposição às corporações, surgem novos movimentos de resistência camponesa e indígena em nível mundial, através da organização da Via Campesina e da luta pela Soberania Alimentar, que para Philip McMichael (2016) possui similaridades com a temática da recampesinização. Assim, abordamos nesse capítulo as dinâmicas de descampesinização, ele foi um impulso para entendermos as atuais características de uma parte do campesinato, que contra as previsões de desintegração desmonstradas parcialmente em nosso trabalho, sobreviveu e se reproduz através dos processos de recampesinização.

Na última parte de nosso trabalho, procuramos compreender como ocorrem as atuais dinâmicas de recampesinização, sobre diversas perspectivas, recorrendo as elaborações presentes na Europa, América Latina e Brasil. Portanto, realizamos uma sistematização de alguns desses estudos, apresentando como o debate entorno da recampesinização se coloca atualmente, além de recolher elementos teóricos para o estudo do campesinato no acampamento Quilombo Campo Grande. De acordo com os estudiosos(as), podemos analisar o campesinato através de suas características gerais, mas que devem ser entendidas primordialmente a partir da unidade produtiva familiar, local de reprodução material da vida camponesa, território por onde se desenvolve a cultura e modos de existência. Com base nos estudos de Tavares dos Santos, elencamos uma série de fatores estruturais da produção camponesa, podemos citar a força de trabalho familiar, práticas de ajuda mútua, a parceria, o trabalho assessorio, o trabalho assalariado, a socialização do camponês, formas de propriedade da terra, propriedade dos meios de produção, jornada de trabalho, entre outras questões. Esses elementos estruturais foram observados durante a pesquisa, de forma teórica e no período do trabalho de campo, para captar como as famílias que vivenciavam a experiência da recampesinização incorporavam essas práticas camponesas descritas.

Em relação a recampesinização, apresentamos as formas como podem ocorrer esses processos, indicando alguns estudos de caso e pesquisas em diferentes países, para os estudiosos a recampesinização surge como uma resposta do campesinato diante da atuação das corporações multinacionais na agricultura em escala global. Como indicamos, a recampesinização pode desenvolver-se em três situações principais, a primeira seria uma transformação dentro da própria agricultura camponesa e suas unidades produtivas, quando pequenos agricultores voltam-se à busca de autonomia (parcial) em relação aos mercados, diminuir ou acabar com a dependência de insumos industriais e agrotóxicos, novos arranjos produtivos são aplicados para tornar a agricultura “mais camponesa”. A segunda forma como podem ocorrer dinâmicas de recampesinização, está na volta de camponeses(as) à terra ou de trabalhadores advindos de outras situações que tornam-se camponeses, nesse caso as lutas dos movimentos socioterritoriais pela reforma agrária são exemplos de recampesinização. O terceiro modo como a recampesinização acontece, está na conversão de agricultores de tipo empresarial em agricultores camponeses, uma transformação interna nas unidades produtivas, na direção de construir uma autonomia em relação aos grandes mercados.

Deste modo, existem ações que podem fortalecer as dinâmicas de recampesinização, construídas e incentivadas pelas organizações camponesas de forma coletiva, mas também através mudanças internas desenvolvidas pelas famílias camponesas para estabelecer a recampesinização. Entre essas ações, em nosso trabalho demonstramos como a atuação dos movimentos socioterritoriais, Via Campesina e o MST, são promotoras da recampesinização. A implementação da transição agroecológica nas unidades produtivas camponesas tem demonstrado grandes avanços, ao construir uma base de recursos dentro de suas propriedades o campesinato diminui sua dependência e endividamento, contribui para regeneração dos sistemas ecológicos e garante sua Soberania Alimentar, colocando a agroecologia como central à recampesinização. O enfrentamento ao machismo no campo, na busca por relações mais igualitárias de gênero entre os camponeses(as), fortalece o emponderamento das mulheres agricultoras e impulsiona a diversidade produtiva e agroecológica das unidades camponesas, contribuindo com os processos de recampesinização. Na atualidade, um outro desafio às comunidades camponesas está relacionado a permanência da juventude no campo, com acesso aos bens de lazer e educação, com a criação de fontes de renda para os jovens,

entre outras questões que devem ser consideradas para efetivar a recampesinização e garantir a continuidade da agricultura campesina.

Por último, abordamos em nossa pesquisa as dinâmicas de recampesinização existentes entre o campesinato que compõe o Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG. Nossa intenção foi compreender as razões e motivos que levaram as famílias a migrarem para o campo e se inserirem na luta pela reforma agrária, como foram os períodos de adaptação na terra, as formas de desenvolvimento do trabalho nas unidades produtivas, que lavouras eram plantadas nos lotes, de que forma a comercialização da produção era realizada, a relação das famílias com o MST, entre outros pontos. Assim, indicamos a mudança do perfil de acampados que participam das ocupações de terra nas últimas décadas, fato descrito por outros(as) estudiosos(as), principalmente na região sudeste do país uma parcela da classe trabalhadora urbana transferiu-se para o campo, em conjunto com antigos assalariados rurais e camponeses sem terra formam as bases do MST na atualidade.

No Quilombo Campo Grande, a origem diversa das famílias é um fator componente do campesinato das áreas de acampamento, buscamos demonstrar essa questão através das entrevistas com os camponeses(as). Em nossas análises, apontamos ser três os principais grupos formadores do campesinato nesse território, existindo famílias oriundas de outras situações. Deste modo, entrevistamos uma família de ex-trabalhadores da Usina Ariadnópolis, uma família migrante de trabalhadores rurais relacionados a colheita do café e três famílias vindas da região metropolitana de Campinas-SP. As duas primeiras famílias praticamente nunca saíram do campo, mas também não possuíam terras, daí o sentido histórico e emancipador da reforma agrária, hoje são camponesses posseiros, Sem Terra com orgulho, que desenvolvem suas produções nos acampamentos. Sobre as famílias de “origem urbana”, o que observamos é o aspecto migrante do camponês brasileiro, são pessoas que nasceram em comunidades rurais e migraram às cidades, passaram por diversos locais na busca por melhores condições de vida, até o momento da entrevista não sabíamos dessa origem camponesa das famílias. A volta para o campo representou para essas famílias o desejo de retornar à terra e dela viver de seu próprio trabalho, plantar e colher o alimento produzido em conjunto com a natureza, ter tranquilidade e paz em seu local de moradia, voltar às raízes mesmo após algumas gerações, sobretudo ter o direito a um pedaço de chão, onde antes vigorava o latifúndio e a concentração fundiária, a terra foi dividida.

Nesse sentido, processos de recampesinização ocorreram no território do Quilombo Campo Grande, essas famílias ao retornarem à terra passaram a incorporar características e modos camponeses de ser, procuramos demonstrar essas questões em relação a forma como ocorrem as relações de trabalho, a produção voltada para unidade camponesa, mas com vendas de excedentes, a construção de uma base de recursos dentro dos lotes, entre outros fatores. No entanto, o que podemos presenciar é a diversidade de arranjos dentro de uma família camponesa e das unidades produtivas, destacamos que em nossa área de estudo, as famílias tornaram-se menores, muitos jovens partiram em direção a cidade, mas é da realidade que partimos e dela devemos compreender as mudanças em curso. A recampesinização, como a própria agricultura, deve ser entendida como um movimento de fluxos e refluxos, uma luta diária para garantir a sobrevivência em cenários muitas vezes adversos, de oportunidades dispares entre o campesinato e os grandes fazendeiros e as corporações do agronegócio. Todavia, uma das características comum para todas famílias participantes do estudo é a busca constante por autonomia e esse é um traço fundamental da recampesinização em movimento.

A recampesinização é estimulada e organizada pelo MST no Quilombo Campo Grande através de muitas ações, entre elas a construção de uma escola do campo, fortalecendo da participação e autonomia das mulheres, articulando com outros setores da sociedade, criando canais de comercialização pela cooperativa e as feiras da reforma agrária, pautando a transição agroecológica como estratégia produtiva, realizando encontros e festividades para comunidade, consolidando a organicidade dos setores e acampamentos, mas principalmente resistindo e lutando pela efetivação da reforma agrária popular. O campesinato no Quilombo Campo Grande se constituiu como um coletivo em luta, que sabe de seus direitos e procura concretizá-los. Contudo, para efetivar de fato a recampesinização é necessário ter a terra, a desapropriação da falida Usina Ariadnópolis é urgente e uma reparação por tantos anos de espera, de ameaças e despejos. Esse campesinato sonha e não desiste, se recria e se transforma, a recampesinização é possível e ela acontece.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro - Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ALENTEJANO, Paulo R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.
- AMARAL, Jessica Danielle Ferreira do. **As relações de gênero nos acampamentos e assentamentos de Campo do Meio-MG**. 2019. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRANDÃO, Carlos R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007. DOI: 10.5216/sec.v10i1.1719. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1719>. Acesso em: 15 mar. 2023
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CARRARA, Angelo A. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História Econômica & História de Empresas**, v. 3, n. 2, p. 47-63, jul. 2012.
- CLEPS JUNIOR, João. Territorialização do capital no campo: a atualidade das lutas sociais e os impasses da reforma agrária no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.15, p. 55-72, jan./jun. 2010.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 32, p. 14-33, 2016.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; BEZERRA, Cristina; CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Dossiê Quilombo Campo Grande: aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos para implantação definitiva do assentamento Quilombo Campo Grande, antiga Fazenda Ariadnópolis, Campo do Meio-MG**. Alfenas-MG: UNIFAL-MG, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *et al.* Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 34, dez. 2019. DOI: 10.14393/RCT143407. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50740>. Acesso em: 03 mar. 2023.

COCA, Estevan Leopoldo De Freitas; XAVIER, Gabriela Taise Poiati; BERTACHI, Marcos Vinicius. Geografia agrária crítica e pesquisa militante: apontamentos teórico-metodológicos. *In: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA*, 14., 2021, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78085>. Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. *In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: interpretação sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 23-34.

FELÍCIO, Munir J. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. *In: CAMPOS, Janaína; COCA, Estevan, FERNANDES, Bernardo (org.). Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 17-38.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Quando a agricultura familiar é camponesa. *In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: interpretação sobre o camponês e o campesinato*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 309-327.

FERNANDES, Bernardo Fernandes Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. São Paulo: MST, 2004. Disponível em: <https://mst.org.br/download/questao-agraria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2014.

FILETTO, Ferdinando; ALENCAR, Edgar. Introdução e expansão do café na região Sul de Minas Gerais. Organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração Ufla**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2001.

FRANZIN, Rodolfo; VALE, Ana Rute do. A geografia no acampamento: compreendendo os atores da luta pela terra em Campo do Meio- MG. *In: CONGRESO DE CIENCIAS SOCIALES AGRARIAS*, 2012, Montevidéo. **Contribuciones y Desafíos para el Desarrollo Rural**. Montevidéo: Facultad de Agronomía, 2012. p. 1-12.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo (org.). **MST: universidade e pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 109-135.

GADELHA, Renata R. **Recampesinização e ressignificação do campesinato: histórias de vida no movimento de mulheres camponesas do Paraná (MMC/PR)**. Chapecó: Editora UFFS, 2022.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra, sua gestão, principais atores e desafios**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 28, p. 32-67, 2015.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa Do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no Século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 157-185.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUET MACZ, Chahim C. *et al.* Recampesinização de jovens indígenas como estratégia de defesa territorial em Chiapas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, p. 1-32, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14870>. Acesso em: 14 jan. 2022.

IBGE. **Cidades - Campo do Meio**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campo-do-meio/panorama>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958. Livro 24.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LOURENÇO, Arthur Rodrigues; SOUZA, Alex Cristiano de. **A luta pela terra no sul/sudoeste de Minas Gerais: o espaço da resistência e o território conquistado.** Alfenas: UNIFAL, 2010.

LOURENÇO, Arthur; VALE, Ana Rute. Os conflitos de terras em Campo do Meio no contexto da questão agrária no Sul de Minas. 2012. *In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL*, 7., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/013.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LOWY, Michael. Pontos de Referência para uma história do marxismo na América Latina. *In: LOWY, Michael (org.). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.* 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 9-63.

LUCAS, Kelson S.; VALE, Ana Rute. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 7-22, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7417>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: a história de Minas que se devolve ao povo.** Contagem: Editora Santa Clara, 2008.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. Livro I, tomo 2.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias.** São Paulo: Unesp, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Boletim Assembleia Informa**, Belo Horizonte, n. 360, p. 1-6, abr. 1993. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/7923>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MOREIRA, Gilvander Luis. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? experiências de luta da CPT e do MST.** 2017. 557 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção na agricultura.** 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

RAIMUNDO, Glaucione. **Trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas: entre a lei e a realidade.** 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

RIBEIRO, Isaac Casseiro. Sertões a oeste do Sapucaí: concentração fundiária e a formação do espaço rural nos registros paroquiais de terras das freguesias de Caldas e Alfenas (MG, 1855-1856). *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-MS*, 26., 2022, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Grande: Ed. dos Autores, 2022. p. 370 - 385. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1uMmWOx7Wp6yQ0b81gS\\_gg1KTUJWv7v-4/view](https://drive.google.com/file/d/1uMmWOx7Wp6yQ0b81gS_gg1KTUJWv7v-4/view). Acesso em: 25 fev. 2023.

RODRIGUES, Henrique W. Quando a memória é ressignificada em luta pela posse da terra: a Usina Ariadnópolis (1908), o acampamento Quilombo Campo Grande (1998) e os embates de memória, Campo do Meio, MG. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 4, p. 112-126, 2021.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução de Claudia Freire. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. *In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 13-54.

RIO, Gisela Aquino do. Trabalho de campo na (re)construção da pesquisa geográfica: reflexões sobre um tradicional instrumento de investigação. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 13, n. 25, p. 42-58, 2011.

ROSSET, Peter Michael; MARTÍNEZ Torres, María Elena. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, v. 25, n. 47, enero/jun., p. 275-299, 2016.

SANTOS, Adriano Pereira. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP**. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

SANTOS, Adriano Pereira. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A equipamentos pesados de Sertãozinho-SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. **Territorialidades camponesas e reforma agrária popular em Campo do Meio-MG**. 2022. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SILVA, Gerson Henrique da. **Impacto da desativação do programa nacional do álcool (PROÁLCOOL) sobre a agricultura do município de Visconde do Rio Branco-MG**. 1996. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 1996. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/66161>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SILVA FILHO, Edson da; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; CASTRO, José Flávio Morais. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA\\_FILHO\\_EDSON\\_ET\\_AL.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf). Acesso em: 09/01/2023.

SOUZA, Laura de Mello e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas: Minas Gerais, 1796. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 220-242.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

TOLEDO, Víctor. M. La agroecología en latinoamérica: tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2011. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160651>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ULE, Cindy L.; ROSSET, Peter M. La recampesinización y sus expresiones territoriales. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 64, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9364>. Acesso em: 21 nov. 2022.

VALE, Ana Rute do *et al.* A produção agroecológica nos assentamentos de Campo do Meio-MG no contexto do agronegócio do café. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 8., 2018, Araraquara. **Anais** [...]. Araraquara, SP: UNIARA, 2018.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Revista Terra Livre**, n. 52, p. 163-189, 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro; apresentação de Emir Sader. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo “Raízes da Terra”, do acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG**. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.